

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG FABIANO FERRO VILELA

O EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA:  
CAPACIDADES E LIMITAÇÕES

Rio de Janeiro

2015

CMG FABIANO FERRO VILELA

O EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA:  
CAPACIDADES E LIMITAÇÕES

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para conclusão do Curso de  
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antonio Carlos  
Rodrigues Martins

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2015

## DEDICATÓRIA

À minha querida esposa Adriana, sempre  
companheira e amiga.  
Aos meus amados filhos Thiago, Matheus e  
Henrique, razões da minha existência.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela vida e por ter me concedido a oportunidade de realizar este trabalho. Aos meus pais, pelo incentivo aos estudos e à carreira naval. Ao meu primo 1ºSG (FN-EF) Ricardo (em memória), pela disposição em ajudar o próximo em todos os momentos de sua vida, tendo inclusive servido na Unidade Médica Expedicionária da Marinha, o que me inspirou na escolha do tema em lide. À minha esposa, exemplo de companheira incansável e mãe exemplar, pela compreensão dos sacrifícios impostos e necessários à consecução desta tarefa. Aos amigos da turma C-PEM 2015, pelo privilégio de ter compartilhado experiências únicas e inesquecíveis durante nosso curso. Foi uma honra e um privilégio ter dividido com os senhores os conhecimentos que nos foram transmitidos pelo corpo docente desta Escola. Ensinaamentos vitais para nossas carreiras, que nos foram brindados por verdadeiros mestres – exemplos de dedicação e amor ao Brasil. Uma homenagem especial aos nossos encarregados do curso, CMG (RM1) Calmon Bahia e CMG (FN) Da Silva, pela maneira cordial e amigável que nos trataram na EGN. Um sentimento de gratidão por ter tido a oportunidade única de conhecer novos amigos da MB, da FAB, do EB e da Marinha Mercante, bem como, de aprofundar antigas amizades. Agradeço, em particular, ao meu orientador, o CMG (RM1-FN) Rodrigues, que, com sua simplicidade e segurança, permitiu que eu desenvolvesse, com a tranquilidade necessária, todas as etapas deste trabalho. Da mesma forma, ao CMG (RM1) Cláudio, por ter disponibilizado seu tempo e conhecimento, fundamentais para balizar a realização desta monografia.

Somos todos eternos aprendizes – é com esse pensamento que iniciei e termino essa jornada. Faço ainda uma menção ao nosso querido e saudoso Comandante Prado que nos deixou este ano. Seus ensinamentos e lições de vida estão presentes nas orações e nas recordações de todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

## EPÍGRAFE

“Quem salva uma vida, salva a humanidade”.

*Provérbio Judaico*

## RESUMO

Com o propósito de estudar como a Marinha do Brasil (MB) vem exercendo seu papel na ajuda humanitária, o presente trabalho propõe-se a analisar as atuais capacidades e limitações da participação dessa Força no socorro às vítimas de desastres naturais, seja quando a demanda surge dentro do País, em cooperação com a Defesa Civil (DC), seja em Operações Humanitárias (OpHum), no exterior. A metodologia utilizada engloba descrição, pesquisa, comparação e análise das informações levantadas e o resultado é uma monografia estruturada em seis capítulos, nos quais são abordados: a expectativa de aumento na ocorrência de desastres naturais e como isso pode impactar a MB; o arcabouço conceitual da pesquisa; o papel dos organismos internacionais e regionais enquanto instâncias normatizadoras; os diplomas legais brasileiros que balizam a conjuntura em que as Forças Armadas, em especial a MB, atuam na ajuda humanitária; a atuação das marinhas do Brasil, do Reino Unido, dos EUA e do Chile na ajuda humanitária e o embasamento logístico dessa tarefa. A seguir, são apresentadas as capacidades e limitações da MB nessa atuação e é feita uma análise comparativa entre os principais meios empregados pela MB nessa tarefa e aqueles utilizados pelas outras marinhas. Na conclusão, é demonstrado o posicionamento do autor que, em síntese, concluiu que na medida em que a MB se prepara para empregar o Poder Naval na defesa do Estado e possui os meios para isso, já está se preparando para agir em momentos de desastres. Assim, o quanto mais capacitada estiver a MB para cumprir suas tarefas básicas, sobretudo a de projetar poder sobre terra, maiores serão suas capacidades para atuar na ajuda humanitária. O autor não pretende esgotar os debates sobre o tema, mas acredita que as sugestões apresentadas servirão para mitigar as limitações visualizadas e, de alguma forma, contribuir com o aprimoramento do emprego da MB em atividades de Cooperação com a DC e nas OpHum.

Palavras-chave: Ajuda Humanitária; Cooperação com a Defesa Civil; Desastres; Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais; Hospital de Campanha; Operação Humanitária; Projeção Anfíbia; e Unidade Médica Expedicionária da Marinha.

## ABSTRACT

In order to study how the Brazilian Navy (BN) has exercised its role in humanitarian aid, this paper proposes to analyze current capabilities and limitations of the participation of this force in helping the victims of natural disasters when demand arises in the country, in cooperation with the Civil Defense (CD), or in Humanitarian Operations (HumOp), abroad. The methodology includes description, search, comparison and analysis of information obtained and the result is a monograph structured into six chapters, in which are covered: the expected increase in the occurrence of natural disasters and how it can impact the BN; the conceptual framework of the research; the role of international and regional organizations as normalizing instances; Brazilian legislation that guides the conjuncture in which the Armed Forces, especially the BN, acts in humanitarian aid; the actions of the navies of Brazil, UK, USA and Chile in humanitarian aid and logistical basis to this task. Afterwards, the capabilities and limitations of BN are presented in this role and is made a comparative analysis between the principal means employed by the BN in this task and those used by the other studied navies. In conclusion, it is shown the position of the author who, in summary, concluded that to the extent that the MB is preparing to employ the Naval Power in the defense of the State and have the resources for that, is already preparing to act in disaster times. Thus, the more capable the MB is to fulfill its basic tasks, especially to project power on earth, the greater their capacity to act in humanitarian aid. The author does not intend to exhaust the debates on this issue, but believes that the suggestions will serve to mitigate observed limitations and, somehow, contribute to the improvement of the use of BN in cooperation activities with CD and HumOp.

Key words: humanitarian aid; cooperation with the Civil Defense; disasters; Marine Expeditionary Unit; field hospital; humanitarian operation; amphibious projection; Navy's Expeditionary Medical Unit.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO -	Ações Cívico-Sociais
AHI -	Ajuda Humanitária Internacional
ASSHOP -	Assistência Hospitalar
BAnf -	Brigada Anfíbia
C2 -	Comando e Controle
CA -	Contra-Almirante
CASC -	Componente de Apoio de Serviços ao Combate
CCT -	Componente de Combate Terrestre
CDS -	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEMOS -	Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores
CEMADEN -	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CENAD-MI -	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério da Integração Nacional
CF -	Constituição Federal
CFN -	Corpo de Fuzileiros Navais
CFTNM -	Comandante da Força-Tarefa Naval Multinacional
CGCFN -	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CHM -	Centro de Hidrografia da Marinha
CIEVS-MS -	Centro de Informação Estratégica em Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde
CIVC -	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CLAnF -	Carro-Lagarta Anfíbio
CMG -	Capitão-de-Mar-e-Guerra
CMOpM -	Centro de Medicina Operativa da Marinha
CNI -	Conferência Naval Interamericana
COC-MD -	Centro de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa
COCM -	Centro de Operações Cívico-Militares
Com1ºDN -	Comando do 1º Distrito Naval
ComemCh	Comando-em-Chefe
ComFFE -	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
ComOpNav -	Comando de Operações Navais
CONPDEC -	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CPEM -	Curso de Política e Estratégia Marítimas
CteC -	Componente de Comando

CteCA -	Componente de Combate Aéreo
DART -	Deep-ocean Assessment and Reporting of Tsunamis
DBM -	Doutrina Básica da Marinha
DC -	Defesa Civil
DHN -	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIRDN -	Década Internacional para Redução de Desastres Naturais
DMD -	Doutrina Militar de Defesa
DN -	Distrito Naval
DSM -	Diretoria de Saúde da Marinha
EB -	Exército Brasileiro
EDCG -	Embarcação de Desembarque de Carga Geral
EDVM -	Embarcação de Desembarque de Viatura e Material
EGN -	Escola de Guerra Naval
ElmAnf -	Elemento Anfíbio
EMA -	Estado-Maior da Armada
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EPE -	Equipe de Pronto Emprego
EUA -	Estados Unidos da América
EVAM -	Evacuação Aeromédica
FAB -	Força Aérea Brasileira
FA -	Força(s) Armada(s)
FBDS -	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FER -	Força de Emprego Rápido
FGV-	Fundação Getúlio Vargas
FN -	Fuzileiro Naval
FT -	Força-Tarefa
FTM -	Força-Tarefa Marítima
FTNMI -	Força-Tarefa Naval Multinacional Interamericana
GADE -	Grupo de Apoio a Desastres
GF -	Governo Federal
GptOpFuzNav -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GT -	Grupamento Tarefa
HA/DR -	Humanitarian Assistance/Disaster Relief
HMS -	Her Majesty Ship
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCC -	Intergovernmental Panel on Climate Change
JID -	Junta Interamericana de Defesa
LBDN -	Livro Branco de Defesa Nacional
MB -	Marinha do Brasil
MCTI -	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD -	Ministério da Defesa
Md -	Médico
MERCOSUL -	Mercado Comum do Sul
MEU -	Marine Expeditionary Unit
MI -	Ministério da Integração Nacional
MINUSTAH -	Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti
MRE -	Ministério das Relações Exteriores
MS -	Ministério da Saúde
NAe -	Navio-Aeródromo
NAsH -	Navio de Assistência Hospitalar
NDCC -	Navio de Desembarque de Carros de Combate
NDD -	Navio Desembarque-Doca
NPM -	Navio de Propósito Múltiplo
NTrA -	Navios-Transporte de Apoio
OCHA -	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
OEA -	Organização dos Estados Americanos
OM -	Organização Militar
ONEMI -	Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior
ONG -	Organização Não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
OpHum -	Operações Humanitárias
ORCOM -	Ordens do Comandante da Marinha
PAEMB -	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil
PND -	Política Nacional de Defesa
PN -	Poder Naval
RFA -	Royal Fleet Auxiliary
RMM -	Resposta Médica Militar
SAR -	Search and Rescue
SAT -	Sistema de Alerta de Tsunami
SEDEC -	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SINPDEC -	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SISCOMIS -	Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SMM -	Serviço Meteorológico Marinho
START -	Simple Triage and Rapid Treatment
UAnf -	Unidade Anfibia
UH -	Utility Helicopter
UMEM -	Unidade Médica Expedicionária da Marinha
UMND -	Unidade Médica Nível Dois
UNASUL -	União de Nações Sul-Americanas
UNDRO -	United Nations Disasters Relief Organization
UNESCO -	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIFIL -	United Nations Interim Force in Lebanon
UNIMOG -	Universal Motor Geraet (Caminhão off-road da Mercedes-Benz)
UNSAS -	United Nations Standby Arrangements System
USCG -	United States Cost Guard
USNS -	United States Naval Ship
USS -	United States Ship
UTI -	Unidade de Tratamento Intensivo

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL NORMATIVO DA AJUDA HUMANITÁRIA.....</b>	<b>19</b>
2.1	REFERENCIAL NORMATIVO INTERNACIONAL.....	24
2.1.1	<b>Organização das Nações Unidas.....</b>	<b>24</b>
2.1.2	<b>Junta Interamericana de Defesa.....</b>	<b>28</b>
2.1.3	<b>União de Nações Sul-Americanas.....</b>	<b>29</b>
2.1.4	<b>Conferência Naval Interamericana.....</b>	<b>31</b>
2.2	REFERENCIAL NORMATIVO BRASILEIRO.....	34
2.2.1	<b>Constituição Federal.....</b>	<b>34</b>
2.2.2	<b>Ministério da Defesa.....</b>	<b>35</b>
2.2.2.1	Livro Branco de Defesa Nacional.....	35
2.2.2.2	Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa.....	36
2.2.2.3	Doutrina Militar de Defesa.....	37
2.2.2.4	Protocolo de Ações.....	38
2.2.2.5	Plano de emprego das Forças Armadas em caso de desastres.....	39
2.2.3	<b>Marinha do Brasil.....</b>	<b>40</b>
2.2.3.1	Doutrina Básica da Marinha.....	41
2.2.3.2	Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais e Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.....	43
<b>3</b>	<b>EMPREGO DAS MARINHAS NA AJUDA HUMANITÁRIA.....</b>	<b>47</b>
3.1	MARINHA BRITÂNICA.....	47
3.2	MARINHA NORTE-AMERICANA.....	49
3.3	MARINHA CHILENA.....	52
<b>4</b>	<b>MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA.....</b>	<b>55</b>

4.1	MARINHA DO BRASIL EM APOIO À DEFESA CIVIL.....	57
4.1.1	<b>Atuações recentes</b> .....	60
4.1.2	<b>Atuação na Região Serrana do Rio de Janeiro</b> .....	62
4.2	MARINHA DO BRASIL EM OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS.....	63
4.2.1	<b>Terremoto no Haiti</b> .....	64
4.2.2	<b>Terremoto no Chile</b> .....	65
4.2.3	<b>Enchentes na Argentina</b> .....	67
4.2.4	<b>Erupção vulcânica em Cabo Verde</b> .....	67
5	<b>CAPACIDADES E LIMITAÇÕES DA MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA</b> .....	68
5.1	REDUÇÃO.....	68
5.2	ATENÇÃO.....	71
5.2.1	<b>Transporte</b> .....	72
5.2.1.1	Meios Navais.....	73
5.2.1.2	Meios Aeronavais.....	75
5.2.2	<b>Saúde</b> .....	76
5.2.2.1	Hospital de Campanha.....	77
5.2.2.2	Unidade Médica Nível Dois.....	79
5.2.2.3	Navios de Assistência Hospitalar.....	80
5.3	RECUPERAÇÃO.....	81
5.4	ANÁLISE COMPARATIVA.....	82
6	<b>CONCLUSÃO</b> .....	86
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
	<b>GLOSSÁRIO</b> .....	96
	<b>APÊNDICE A</b> – Entrevista com o CMG (Md) Carlos Eduardo de Loureiro Araújo.....	102
	<b>APÊNDICE B</b> – Entrevista com o CMG (RM1-FN) Pedro da Silva Moreira Filho.....	104

<b>APÊNDICE C</b> – Entrevista com o CMG (FN) João Carlos dos Santos Cherem.....	106
<b>APÊNDICE D</b> – Entrevista com o CMG (FN) Carlos da Silva Peixoto.....	110
<b>APÊNDICE E</b> – Entrevista com o CA (Md) Humberto Giovanni Cãnfora Mies.....	113
<b>APÊNDICE F</b> – Quadros descritivos do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil.....	116
<b>APÊNDICE G</b> – Entrevista com o CF (Md) Kleber Coelho de Moraes Ricciardi.....	117
<b>APÊNDICE H</b> – Entrevista com o CF (FN) José Carlos Silva Gioseffi.....	123
<b>APÊNDICE I</b> – Quadros dos helicópteros de emprego geral das marinhas do Brasil e do Chile.....	126

## 1 INTRODUÇÃO

Avalanches de lama provocadas pelas chuvas foram destruindo casas. A maioria das pessoas dormia quando a força das águas arrastou suas vidas, junto com terra e entulho. Famílias inteiras morreram soterradas. Não houve distinção entre áreas rurais e urbanas, ricos e pobres, crianças, adultos, velhos e animais.

Estradas e pontes foram destruídas por enxurradas, deixando bairros inteiros isolados, sem luz e sem sinal de telefonia. Quando as equipes de resgate começaram a chegar, encontraram destruição, morte e moradores perambulando pelas ruas cheias de lama sem saber o que fazer – parecia um cenário de guerra.

Foi dessa forma que a imprensa noticiou, em janeiro de 2011, a “maior tragédia climática brasileira”<sup>1</sup>, na Região Serrana do Rio de Janeiro. Mas, mesmo não sendo a primeira vez que um desastre natural causou mortes e prejuízos materiais, os acontecimentos ganharam tamanha dimensão, que acabaram se tornando um marco na implementação de políticas públicas para enfrentar problemas como esse.

E é assim que reagem os governos. Para o pesquisador Mark Phillips, “a resiliência e as contingências cívicas não são geralmente consideradas como temas que atraem atenção ou investimentos, até que algo dá errado”<sup>2</sup>.

O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais<sup>3</sup> daquele ano descreveu bem o momento em que o Governo Federal (GF) inseriu o tema Gestão de Riscos e Desastres em sua agenda prioritária e adotou diversas iniciativas para consolidar essa decisão:

O Megadesastre '11 da Região Serrana do Rio de Janeiro foi um evento catastrófico na história do Brasil. A ocorrência de chuvas intensas em um curto período de tempo, aliado aos altos volumes acumulados no mês antecedente, desencadeou ventos geológicos e hidrológicos em larga escala, que deixaram um enorme rastro de destruição – 912 vítimas e mais de 45.000 pessoas desalojadas e desabrigadas.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/chuva-na-regiao-serrana-e-maior-tragedia-climatica-da-historia-do-pais.html>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

<sup>2</sup> PHILLIPS, 2012.

<sup>3</sup> Publicação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), com o perfil dos desastres naturais ocorridos no Brasil. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960)>. Acesso em: 24 jun. 2015.

Essas consequências lastimáveis foram responsáveis por uma mudança de paradigma no que tange à gestão dos Desastres Naturais. A maneira de pensar, tanto da população quanto das autoridades, mudou drasticamente, e trouxe à tona a importância da prevenção, mitigação e criação de cidades mais resilientes, ou seja, que suportem melhor as adversidades naturais e diminuam as vulnerabilidades as quais a população está exposta (BRASIL, 2012e, p. 63).

Desde então, outros desastres já aconteceram – como enchentes em Santa Catarina<sup>4</sup> (2013), no Sudeste<sup>5</sup> (2013) e no Amazonas<sup>6</sup> (2015) – e, segundo especialistas<sup>7</sup>, outros irão acontecer, fazendo com que as Forças Armadas (FA) sejam cada vez mais empregadas pelo Poder Executivo e tenham que se preparar para essa tarefa. Afinal, as FA apresentam as melhores condições para agir nessas ocorrências, sobretudo no território nacional, em apoio à Defesa Civil (DC), como: rapidez de resposta (prontidão), atuação em todo o País (capilaridade), Comando e Controle (C2) e logística militar.<sup>8</sup>

E como as previsões não são animadoras para o resto do mundo<sup>9</sup>, a demanda pela participação das FA brasileiras em operações de ajuda humanitária<sup>10</sup> no exterior também tende a crescer. Nesse caso, os fatores a serem considerados são diferentes, com destaque para a importância de o Brasil cumprir seu papel na diplomacia, enquanto um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU) e como signatário de documentos, como a Carta Internacional dos Direitos Humanos<sup>11</sup>.

A tendência pode ser percebida pela presença dos temas solidariedade, cooperação e integração nos discursos de posse dos presidentes da República dos últimos 30 anos. José Sarney, em 1985, afirmou que “o Brasil esteve sempre pronto a unir seus esforços aos da comunidade internacional em busca de um mundo melhor”<sup>12</sup>. Fernando Collor foi mais específico e destacou a importância da integração latino-americana:

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/ultimas-noticias/2515-dados-atualizados-sobre-a-chuva-em-santa-catarina.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Enchentes\\_no\\_Sudeste\\_do\\_Brasil\\_em\\_2013](https://pt.wikipedia.org/wiki/Enchentes_no_Sudeste_do_Brasil_em_2013)>. Acesso em: 24 jun. 2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1Pal66q>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/ambiente/eventos-climaticos-extremos-vaio-aumentar/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

<sup>8</sup> PHILLIPS, 2012.

<sup>9</sup> Previsão do estudo do Ministério da Defesa britânico: *Global Strategic Trends*. Disponível em: <[http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2014/global-strategic-trends-2045\\_uk-mod.pdf](http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2014/global-strategic-trends-2045_uk-mod.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>10</sup> Neste trabalho, as expressões: ajuda humanitária, auxílio humanitário e assistência humanitária devem ser entendidas como equivalentes, uma vez que são comumente usadas como sinônimas entre si em documentos de organizações internacionais e parte da doutrina, conforme referido em PEREIRA, 2009, p. 44.

<sup>11</sup> A Carta é composta pela Declaração Universal, pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Todos adotados pela ONU.

<sup>12</sup> BONFIM, 2004, p. 346.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. As tradições de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. [...]. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias [...]. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido (BONFIM, 2004, p. 382).

Em seu discurso, Itamar Franco falou em solidariedade: “o que a Nação mais aspira é o que [...] temos para oferecer: democracia mais forte, porque solidária e humana, aliada à honradez na administração do Estado”<sup>13</sup>. Fernando Henrique Cardoso retoma o tema:

O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante. Nós, brasileiros, somos um povo solidário. [...]. Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade (BONFIM, 2004, p. 414).

Quatro anos depois, ao iniciar o segundo mandato, Fernando Henrique falou em afirmação da soberania pela participação e cita o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como “dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia, [...] um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul”<sup>14</sup>.

O MERCOSUL também foi destaque no discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apontou como prioridade na política externa a construção de uma América do Sul politicamente estável, com base no ideal de justiça social. Disse ele:

O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. [...] Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul (BONFIM, 2004, p. 450).

Dilma Rousseff, atual Presidente da República, tomou posse para seu primeiro mandato em 2011 com a promessa de aprofundar o relacionamento do Brasil com os demais países da América Latina e do Caribe: “podemos transformar nossa

---

<sup>13</sup> BONFIM, 2004, p. 396.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 428.

região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia”<sup>15</sup>. Um compromisso que foi reafirmado por ela quatro anos depois:

“[...] manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o MERCOSUL, a UNASUL e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (CELAC), [...]”<sup>16</sup>

Dessa forma, a assistência humanitária também se posiciona como um elemento que contribui para a integração entre os Estados, uma preocupação que se reflete na política externa brasileira, conforme prevê o parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal (CF): “[...] o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1999a, p. 4).

Isso posto, este trabalho tem o propósito de, com base em documentos governamentais, normas vigentes e informações sobre as marinhas britânica, norte-americana e chilena, estudar como a MB vem exercendo seu papel na ajuda humanitária, analisando as atuais capacidades e as limitações de sua participação no socorro às vítimas de desastres naturais, seja quando a demanda surge dentro do País, em apoio à DC, seja em Operações Humanitárias (OpHum), no exterior, na forma como definidas na Doutrina Básica da Marinha (DBM).

Operações Humanitárias são realizadas em outros países para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência (BRASIL, 2014b, p. 84).

Para alcançar esse objetivo, a metodologia utilizada engloba descrição, pesquisa, comparação e análise das informações levantadas. O resultado é um trabalho estruturado em seis capítulos, sendo que o presente capítulo retrata, em linhas gerais, os principais tópicos a serem abordados, iniciando pela expectativa de aumento na ocorrência de desastres naturais e como isso pode impactar a MB, principalmente se levarmos em conta o papel político dessa atuação.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1IBD41J>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/480013-integra-do-discurso-de-posse-da-presidente-dilma-rousseff-no-congresso.html>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

No capítulo dois, serão apresentados os conceitos empregados na pesquisa, o papel da ONU e das organizações regionais enquanto instâncias normatizadoras, e ainda os diplomas legais brasileiros que balizam a conjuntura em que as FA, em especial a MB, atuam na ajuda humanitária. O arcabouço normativo vai desde a CF até o Manual de Operações Humanitárias dos Fuzileiros Navais, passando pela Doutrina Militar de Defesa (DMD) e a DBM.

No capítulo três, será apresentada a atuação nas OpHum das marinhas do Reino Unido – que influenciou a origem da MB –, dos Estados Unidos da América (EUA) – que detém a atual hegemonia militar nos mares – e do Chile que, segundo o sítio Janes<sup>17</sup>, tem a “marinha mais moderna e bem equipada da América do Sul”.

O quarto capítulo apresenta a atuação da MB na ajuda humanitária, tanto em cooperação com a DC, durante as catástrofes que ocorrem no território nacional, como nas OpHum no Haiti, no Chile, na Argentina e em Cabo Verde. Será apresentado também o embasamento logístico para essa atuação.

No capítulo seguinte, o desafio é proceder à identificação das capacidades e limitações da MB para atuar em ajuda humanitária. Isso será feito por intermédio da apresentação dos principais meios utilizados pela MB nessa atuação, avaliando as características que os tornam aptos a esse emprego. Adicionalmente, será realizada uma análise comparativa entre a Força Naval brasileira e a das marinhas britânica, norte-americana e, com maior detalhamento, da chilena, no tocante a atividades dessa natureza.

Na conclusão, será demonstrado o posicionamento do autor quanto às capacidades e limitações dos principais meios da MB empregados na ajuda humanitária, bem como a pertinência do aprestamento de parcela da Força para essa missão específica. Serão também apresentadas sugestões para mitigar as limitações visualizadas.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://janes.ihs.com/CustomPages/Janes/DisplayPage.aspx?DocType=Reference&ItemId=+++1304586&Pubabbrev=SAM>>. Acesso em: 27 maio 2015.

## 2 REFERENCIAL NORMATIVO DA AJUDA HUMANITÁRIA

Amenizar o sofrimento humano. Esse é o principal objetivo de qualquer atividade de ajuda humanitária e foi o fundamento da criação, ainda no século XIX, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – a maior rede humanitária do mundo<sup>18</sup>. “O direito a receber e a oferecer assistência humanitária constitui princípio fundamental que assiste a todos os cidadãos de todos os países”<sup>19</sup> – a ideia preponderante nesse modo de agir é garantir a universalidade das ações:

A assistência prestada não está condicionada pela raça, pela religião ou pela nacionalidade dos beneficiários, nem por qualquer outro tipo de distinção. A ordem de prioridade da assistência é estabelecida unicamente em função das necessidades existentes.<sup>20</sup>

Esse papel social torna-se cada vez mais relevante diante das grandes transformações pelas quais o mundo vem passando, principalmente das alterações no meio ambiente, que vem ocasionando o aumento na ocorrência de catástrofes naturais e na intensidade de seus efeitos. Como consequência, um número cada vez maior de meios militares tem sido mobilizado para agir no alívio de desastres. Uma tendência que Mark Phillips<sup>21</sup> atribui a quatro fatores: o contexto estratégico, as crescentes expectativas do público por melhoria das respostas, a natureza mais dura dos desastres, e o fato de os militares estarem mais bem preparados que a maioria das outras organizações para operar em circunstâncias adversas, notadamente devido às habilidades e capacidades únicas que as FA têm desenvolvido, e que têm aplicabilidade em contextos civis.

Dentre esses fatores, o impacto dos desastres naturais é a variável mais difícil de ser controlada. E são muitas as pesquisas que mostram um panorama preocupante. Por exemplo, o estudo *Global Strategic Trends – Out to 2045* divulgou que eventos extremos,

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.cruzvermelha.pt/actividades/emergencia-social/1378-movimento-internacional-cvcv-e-componentes.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<sup>19</sup> Princípios de Conduta para o CICV e as Organizações Não-Governamentais (ONG) em Programas de Resposta Humanitária em Situações de Desastre. Disponível em: <<https://www.ifrc.org/Global/Publications/disasters/code-of-conduct/code-portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 314

<sup>21</sup> PHILLIPS, 2012, tradução nossa.

como inundações e secas, devem aumentar em frequência e intensidade, sobretudo nas regiões com os mais altos níveis de desigualdade e de pobreza<sup>22</sup>.

A projeção do *Global Strategic Trends* é que o crescimento populacional vai exigir mais recursos, gerando mais pressão sobre o meio ambiente até 2045, quando o aumento do nível do mar será visível. Uma elevação que, somada à crescente urbanização – em particular nas cidades perto de zonas costeiras –, colocará cada vez mais pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Relatório Global “Redução de Riscos de Desastres – Um Desafio para o Desenvolvimento”<sup>23</sup>, da ONU, divulgou que cerca de 75% da população mundial vive em locais onde, pelo menos uma vez, foram atingidos por um desastre, como terremotos, ciclones tropicais, inundações e secas. Os dados são do período entre 1980 a 2000, no qual cerca de 184 pessoas morreram por dia, em todo o mundo.

Em adição, pelas previsões do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC)<sup>24</sup>, o aquecimento global aumentará a ocorrência de eventos como chuvas e secas, e elevação do nível do mar<sup>25</sup>. Uma ameaça difícil de reverter. De acordo com os estudos, nos próximos 100 anos poderá haver um aumento da temperatura média global entre 1,8°C e 4,0°C. Para se ter uma ideia do efeito, basta considerar que o planeta levou dez mil anos para que a temperatura aumentasse 5°C. E agora pode levar somente 200 anos para que o mesmo incremento se repita.

Com relação ao Brasil, as projeções do IPCC para o próximo século, apontam para um quadro de: diminuição do volume de chuvas na região Norte, aumento da temperatura no Centro Oeste, seca no Nordeste, aumento de extremos de seca, de chuva e de temperatura no Sudeste e aumento do volume de chuvas no Sul, mas com alta evaporação por causa do calor, o que afeta o balanço hídrico.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1fcoYYI>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>23</sup> Do inglês: *A Global Reporter Reducing Disaster Risk: A Challenge for Development*. Disponível em: <[http://www.preventionweb.net/files/1096\\_rdrenglish.pdf](http://www.preventionweb.net/files/1096_rdrenglish.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

<sup>24</sup> Do inglês: *Intergovernmental Panel on Climate Change*.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1TD2Vx1>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Os locais apontados como mais vulneráveis são os grandes centros que se aglomeram em áreas como as regiões costeiras, uma vez que o nível médio do mar deve subir, o que pode aumentar o risco de inundações, afetando significativamente a atividade humana e os ecossistemas:

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a grande maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.<sup>26</sup>

Permanece o mito de que o Brasil é um lugar a salvo de desastres naturais<sup>27</sup>, entretanto, estudo divulgado pelo CICV<sup>28</sup> revelou que cerca de 12 milhões de brasileiros foram afetados por diferentes desastres, como enchentes ou secas, entre 1993 e 2002 – o maior número de vítimas do continente americano. No mesmo período, 2.056 pessoas morreram no País em consequência dessas mesmas causas. E nem entraram nessa conta os quase mil mortos na tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Segundo o Comitê, a grande população e a extensão territorial ajudam a explicar esses números, mas a situação é agravada pelas desigualdades sociais.

Potencializa o problema o fato de que a maior parte da população brasileira se concentra no litoral do País. A informação, constante no mapa de Densidade Demográfica de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013<sup>29</sup>, revela que as maiores densidades demográficas (acima de 100 hab./km<sup>2</sup>) estão situadas no entorno de São Paulo e do Rio de Janeiro e em regiões como o Vale do Paraíba e as áreas distantes até 100 km do extenso litoral brasileiro, de 7.367km.

A preocupação não é novidade no Brasil. Ao analisar o período de 1991 a 2012, o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais<sup>30</sup> alertou que todos os tipos de desastres naturais característicos do continente americano apresentaram crescimento. O que mais preocupa é o fato de o maior aumento ter sido registrado na ocorrência de inundações e

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1080852.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>27</sup> COUTO; SOARES, 2013, p. 175.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://bbc.in/1HMeAgP>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1J9cnkR>>. Acesso em: 07 jun. 2015

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev%202.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

de movimentos de massa, como deslizamentos, identificados como os que mais geram vítimas fatais: entre 1991 e 2010, cerca de 2.500 pessoas morreram no Brasil por conta do problema, principalmente na região Sudeste.

A tendência de aumento também fica clara no estudo “Mudanças Climáticas e Eventos Extremos no Brasil”<sup>31</sup>, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)<sup>32</sup>. A conclusão dos estudiosos é que, como resultado das mudanças climáticas provocadas pelo homem, a frequência dos eventos climáticos extremos aumentou – tanto em termos de quantidade quanto de intensidade –, o que passou a ser observado de modo mais nítido a partir da segunda metade do século XX.

Couto e Soares encaram a situação no Brasil com grande preocupação:

Estima-se que 80% da população do Brasil seja de habitantes urbanos. Estão em cidades que cresceram de forma rápida e desorganizada nas últimas décadas. Alguns de seus serviços essenciais – eletricidade, esgoto, água saúde, segurança pública – são frágeis e uma falha generalizada em qualquer de seus setores pode gerar um quadro de caos. Em suma, mesmo sem terremotos, algumas cidades brasileiras são um ninho óbvio de alguma possível catástrofe (COUTO; SOARES, 2013, p. 169).

Dentro desse contexto de eventos maiores, simultâneos e mais complexos, Phillips coloca que é cada vez mais provável que a capacidade das organizações civis para operar de forma eficaz em uma ampla área será sobrecarregada.

Os militares serão sempre adequados a manter altas capacidades que não serão usadas em seu dia-a-dia, e as quais representariam um alto custo para organizações da sociedade civil desenvolver, manter e dedicar o tempo de treinamento significativo necessário (PHILLIPS, 2012, p. 36, tradução nossa).

A partir da análise de catástrofes, Phillips identificou fatores determinantes para a eficiência da resposta militar a desastres. Destacam-se: a prontificação dos efetivos; a adequação dos recursos utilizados; a interoperabilidade dos meios militares com os esforços de ajuda mais ampla, inclusive a internacional, vindos das diferentes organizações envolvidas no esforço de ajuda; a capacidade de absorção do país que recebe a ajuda para acomodar um grande fluxo de bens e pessoas, e ainda como as instituições desse país gerenciam desastres e coordenam a assistência externa.

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-504.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

<sup>32</sup> Fundação sem fins lucrativos que se diferencia pelo *network* que tem com a comunidade científica, entidades de fomento internacionais e corporações nacionais.

Phillips concluiu que as unidades militares, para serem bem-sucedidas nessas operações, precisam ter capacidade de autodireção, serem ágeis, autossuficientes e multiqualificadas. Assim, estarão prontas para operar em questão de horas, levando os equipamentos que lhes permitam estabelecer uma posição avançada de comando central das operações e atividades subsequentes. Devem ser capazes de se adaptar e de responder ao que lhes for exigido, mesmo distantes da sua cadeia de comando e sede, tomando decisões rápidas, com base em sua avaliação do ambiente.

Tendo essas capacidades, as FA brasileiras podem contribuir para projetar o País como ator importante em um cenário no qual a comunidade internacional vem buscando coordenação e cooperação para dar respostas a demandas por ajuda humanitária decorrentes de desastres naturais, tanto por meio dos Estados (incluídas aí as ações humanitárias efetuadas por FA), quanto por intermédio das Organizações Intergovernamentais e das diversas Organizações Não-Governamentais (ONG), principalmente no âmbito do entorno estratégico brasileiro<sup>33</sup>.

Nesse panorama, as FA brasileiras têm a oportunidade de demonstrar seu preparo também para a ajuda humanitária, colocando em prática as características do Poder Naval (PN): mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade. Afinal, segundo o Manual de Ajuda Humanitária para uma Força-Tarefa Naval Multinacional Interamericana (FTNMI), uma ação de ajuda humanitária é, na verdade, uma “operação logística de grandes proporções”<sup>34</sup>.

Nesse ponto, é importante destacar que o presente trabalho considera o conceito de Ajuda Humanitária Internacional (AHI) sob a perspectiva estatal, como faz o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

AHI é toda e qualquer ação que contribua, de forma imediata e eficaz, para prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir, mitigar sofrimento e auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população (JID, 2013, p. 36).

<sup>33</sup> Segundo o LBDN, o entorno estratégico brasileiro extrapola a América do Sul, incluindo o Atlântico Sul e os países da costa ocidental da África, assim como a Antártica e os países do mar do Caribe.

<sup>34</sup> JID, 2013, p. 36.

Daí a importância de conhecer os compromissos firmados pelo Brasil em nível internacional, além dos documentos brasileiros que norteiam a atuação das FA na ajuda humanitária, bem como, as normas que especificam o papel da MB.

## 2.1 REFERENCIAL NORMATIVO INTERNACIONAL

### 2.1.1 Organização das Nações Unidas

Não é possível falar sobre ajuda humanitária sem considerar o papel da ONU – instituição criada com os objetivos de promover e estimular a defesa dos direitos humanos e coordenar a participação dos Estados-membros e de outras instituições na AHI. A começar pela Carta das Nações Unidas<sup>35</sup>, assinada em 1945, e que, em seu artigo 1º, inciso III, elencou dentre os objetivos da instituição:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (ONU, 1945).

Apesar da referência tímida, a vocação do organismo para protagonizar questões humanitárias já ficava clara, e se consolidou em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 30 artigos, Estados de todo o mundo se comprometeram a garantir aos povos e às nações os direitos fundamentais. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”<sup>36</sup>

Em 1971, a ONU canaliza esforços para uma atuação em caso de desastres naturais, com a criação da Coordenação de Alívio de Desastre das Nações Unidas (UNDRO, em inglês), uma agência que atua no tratamento e armazenamento de

<sup>35</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm)>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>36</sup> Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

informação sobre catástrofes naturais, na coleta de doações e na canalização de ajuda aos Estados no sentido do planejamento da atuação de emergência.<sup>37</sup>

O papel da ONU se expande na década seguinte com a instituição, no final dos anos 80, do Dia Internacional para prevenção das catástrofes naturais<sup>38</sup> e na titulação dos anos 90 como a Década Internacional para Redução dos Desastres Naturais<sup>39</sup> (DIRDN), mostrando ao mundo que era a hora de voltar os olhos para o tema.

Em 1988, por meio da Resolução da Assembleia Geral A/RES/43/131, a ONU reafirma a importância da “Assistência Humanitária às vítimas de desastres naturais e situações de emergência similares”<sup>40</sup>. O documento destaca a soberania dos Estados, enquanto atores principais na iniciativa em seus próprios territórios.

Em dezembro de 1991, com a intenção de concentrar a ajuda a Estados afetados, a Resolução da Assembleia Geral 46/182<sup>41</sup> criou o Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)<sup>42</sup>. Ainda nos anos 90, o OCHA adquiriu a configuração atual, exercendo importante papel na prevenção e mitigação de desastres naturais, atuando em todo o mundo em conjugação com agências, ONG e em articulação com estruturas de prevenção regional.

Além de criar o OCHA, a Resolução 46/182 estabeleceu os princípios orientadores da assistência humanitária, dentre os quais, destaca-se a diretriz de que deve ser realizada de acordo com os princípios da humanidade, da neutralidade e da imparcialidade. E que a assistência somente poderá ser prestada com o consentimento do Estado afetado, respeitando assim a soberania e a integridade territorial.

Em acréscimo, o documento ressalta que, embora cada Estado seja responsável, em primeiro lugar, por cuidar das vítimas de desastres naturais e de outras emergências que ocorrem em seu território, a magnitude e a duração de muitas delas

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1fcoWzH>>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>38</sup> Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/44/236](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/44/236)>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>39</sup> Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/43/202](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/43/202)>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1HMfsBO>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>41</sup> Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/46/182](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/46/182)>. Acesso em: 02 maio 2015.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1N7TUHV>>. Acesso em: 02 maio 2015.

estão além da capacidade de resposta, daí a relevância da cooperação internacional para essas situações, buscando fortalecer a capacidade de resposta dos países afetados.

Em 1992, teve início um esforço para a elaboração das Diretrizes de Oslo, apresentadas e aprovadas na Conferência Internacional celebrada na Noruega, em janeiro de 1994, e revisadas em 2007, recebendo o nome de Diretrizes para a utilização de recursos estrangeiros em operações de socorro no caso de desastre<sup>43</sup>. O objetivo foi estabelecer um marco básico para formalizar e aumentar a efetividade da utilização desses recursos nas operações internacionais de socorro nos casos de desastres.

Uma orientação que ganha destaque no documento é relativa à responsabilidade do Estado anfitrião com a segurança dos efetivos em missão de socorro, uma vez que os militares deverão atuar desarmados. Por outro lado, é de responsabilidade das organizações militares (OM) manter seus efetivos autossuficientes em água, alimentação, combustível, transporte e comunicações.

Ainda em 1994, dentro da DIRDN, foi realizada a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres Naturais em Yokohama, Japão. Representantes de 147 países e de 37 ONG, além de observadores de agências especializadas da ONU, participaram da conferência e aprovaram a Estratégia de Yokohama, com as diretrizes para prevenir desastres naturais e para enfrentar e mitigar seus efeitos.<sup>44</sup>

Destaca-se no documento o entendimento de que, embora fenômenos naturais estejam fora do controle humano, a vulnerabilidade das populações geralmente resulta da atividade social. Por isso, a importância da cultura da prevenção. E, nessa linha, vêm a educação, a formação em prevenção de desastres, o reforço da investigação e a melhoria da conscientização de comunidades vulneráveis, por meio, sobretudo, da comunicação.

A conferência convocou os países a se comprometerem com a redução da vulnerabilidade, por meio de leis e decisões políticas para mobilizar recursos, desenvolver programas de avaliação de risco e planos de emergência. Também recomendou a

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1hD84Eb>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

<sup>44</sup> Disponível em: <[http://www.preventionweb.net/files/10996\\_N9437607.pdf](http://www.preventionweb.net/files/10996_N9437607.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

concepção de projetos para cooperação internacional, com a melhoria na capacidade de comunicação entre os países em matéria de prevenção e de sistemas de alerta precoce.

E esse foi exatamente o tema do Relatório (A/50/526) apresentado no ano seguinte pelo Secretário-Geral, pontuando a preocupação da ONU com o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce no campo das catástrofes naturais. A ideia era lançar mão de uma estratégia para reduzir o número de vezes em que ocorrem esses desastres e o número de pessoas atingidas.<sup>45</sup>

O assunto continuou em pauta nos anos seguintes. Em 1997, por exemplo, foram publicados os “Princípios Orientadores para Aumentar a Eficácia dos Alertas Precoces”<sup>46</sup>, com destaque para a preocupação com a capacitação das comunidades ameaçadas por desastres naturais e com a cooperação internacional, convocando os países tecnologicamente mais avançados a incentivar e oferecer suporte aos demais sobre as práticas de alerta precoce.

O lançamento da estratégia "Um mundo mais seguro no século XXI: redução do risco de desastres”, durante o Fórum de encerramento da DIRDN, promoveu a interligação com o processo de implementação da Agenda 21, dando maior destaque às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável.

Encerrando o século XX, a ONU aprovou a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres<sup>47</sup> (Resolução 54/219) a fim de incrementar a capacidade das comunidades no enfrentamento dos desafios oriundos de desastres naturais. No âmbito dessa Estratégia, em janeiro de 2005, a cidade de Kobe, no Japão, sediou a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres. Na ocasião, 168 Estados-Membros da ONU aprovaram o Marco de Ação de Hyogo, para o período de 2005 a 2015.

O objetivo foi reforçar a resiliência das nações e comunidades diante dos desastres, ressaltando a importância das organizações regionais no cumprimento das metas estabelecidas de redução de risco. O documento significou o primeiro plano que

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/50/plenary/a50-526.htm>>. Acesso em: 08 maio 2015.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1TD5JKi>>. Acesso em: 08 maio 2015.

<sup>47</sup> Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/54/219](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/54/219)>. Acesso em: 08 maio 2015.

detalha o papel de setores e agentes na criação de um sistema comum de gestão com a finalidade de reduzir perdas.

O Brasil é um dos signatários do Marco de Hyogo e tem empreendido ações para cumprir as metas estabelecidas<sup>48</sup>. Dentre as ações, destaca-se o lançamento, em 2011, da campanha “Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade está se preparando”. O objetivo é aumentar o compromisso em torno de práticas de desenvolvimento sustentável, diminuindo vulnerabilidades e propiciando bem-estar e segurança aos cidadãos.

Outra iniciativa foi a aprovação da Lei 12.608/12, que instituiu a Política Nacional de DC e ditou as regras do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), órgão colegiado, do qual o Ministério da Defesa (MD) faz parte, e que cuida da formulação, implementação e execução do Plano Nacional de Proteção e DC.

### **2.1.2 Junta Interamericana de Defesa**

O Brasil é um dos 27 Estados Membros da Junta Interamericana de Defesa (JID), a entidade regional de defesa mais antiga do mundo. Criada em 30 de março de 1942, a JID presta assessoramento técnico e consultivo à Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>49</sup> nos temas militares e de defesa, inclusive com foco na prestação de assistência humanitária às populações atingidas por desastres. A base dessa assessoria é o "Plano para melhorar a Orientação e Aconselhamento da JID ao Sistema Interamericano em caso de Desastres"<sup>50</sup>, que se concentra na importância de uma resposta militar eficaz no apoio às autoridades civis.

No Plano, são propostas ações para as três fases do trabalho, começando pela redução (fase prévia ao desastre, que envolve atividades que correspondem às

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/defesacivil>>. Acesso em: 09 maio 2015.

<sup>49</sup> A OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e atua com base em democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/quem\\_somos.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2012/CP28390P.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

etapas de: prevenção, mitigação, preparação e alerta), passando à fase de atenção (que inclui as atividades de resposta, durante o período de emergência ou imediatamente depois de ocorrido o evento, como evacuação da comunidade afetada, a assistência, a busca e o resgate) e chegando à recuperação (cujas etapas são a reabilitação e a reconstrução da região afetada por uma catástrofe).

Com relação à adoção de medidas preventivas por parte dos países e de outras organizações, o Centro de Análise e Manejo da Informação da JID mantém um banco de dados com informações de natureza militar e também provenientes de organizações da sociedade civil que contribuam para o desempenho nas OpHum, detalhando os pontos de contato de OM e as publicações essenciais que facilitem a assistência a um país que sofreu um desastre natural e está buscando ajuda internacional, normalmente fornecida por meio das FA dos países parceiros.

Para tanto, a JID deixa claro no Plano o que se espera das FA enquanto instituição de pronta-resposta no caso de desastres naturais:

As instituições militares têm capacidade de planejamento e mobilização, flexibilidade organizacional, auto-sustentabilidade, adaptabilidade aos meios, sistemas integrados de logística e comunicações, existência em suas estruturas de unidades de apoio médico e de engenharia, possibilidade de realizar ações de busca e resgate, de mobilizar-se rapidamente em virtude de um estado de preparação de suas tropas e meios de transporte próprio. Essas características apresentam as Forças Armadas como instrumentos possíveis para, em curto prazo, desenvolver esforços de mitigação aos efeitos de desastres (JID, 2012, p.4).

Por conta disso, independentemente da dimensão do comprometimento, as FA saem na frente: chegam e trabalham em primeiro lugar. Sobretudo, como consequência do poder de rápida mobilização, decorrente do fato de possuírem parcelas de seu efetivo em permanente estado de prontidão.

### **2.1.3 União de Nações Sul-Americanas**

Desde 2004, quando a Comunidade Sul-americana de Nações surgiu, o Brasil já era integrante do organismo, que congrega os doze países independentes da América do Sul, e que recebeu o nome de UNASUL em 2007. Seu objetivo é construir um espaço de

integração cultural, econômico, social e político, além de eliminar as desigualdades e alcançar a inclusão social. Como objetivo, destaca-se a “[..] a cooperação na prevenção das catástrofes e na luta contra as causas e os efeitos das mudanças climáticas”<sup>51</sup>.

Em 2008, a Reunião Extraordinária da UNASUL foi no Brasil e resultou na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Dentre os objetivos definidos, interessa ao presente trabalho: “Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, [...], a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas”<sup>52</sup>.

O Brasil também foi a sede, em 2014, do “Seminário de Operações de Manutenção da Paz e Ações Humanitárias: Lições Aprendidas e Perspectivas”, um momento de compartilhamento de informações e experiências de cada país-membro da UNASUL sobre temas relacionados às Operações de Manutenção da Paz e Ações Humanitárias, com ênfase nas lições aprendidas e perspectivas para as FA.

O relatório do evento<sup>53</sup>, coordenado pelo Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), sublinhou a relevância da participação de meios navais nessas operações, sobretudo porque esses meios podem ser empregados para transportar grandes quantidades de recursos em apoio a populações litorâneas, com a infraestrutura destruída.

Ainda segundo o documento, como em uma OpHum, as FA interagem com as agências locais e internacionais, a participação dessas agências nos debates e exercícios é relevante. Da mesma forma, ficou claro que a coordenação entre os países envolvidos é de extrema importância para evitar duplicidade de esforços.

Durante as discussões, diz o relatório, foram propostas diversas medidas:

- criar Grupo Assessor do CDS para ser ativado, em caráter eventual, na ocorrência de desastres e catástrofes;
- manter uma relação das capacidades mínimas a serem disponibilizadas por cada país para esse tipo de ajuda, as quais seriam atualizadas anualmente; [...]
- incumbir o CDS de manter atualizadas as legislações existentes nos países sul-americanos que regulamentam o emprego das FA em prol da ajuda humanitária;
- confeccionar publicação do tipo glossário, no âmbito do CDS, procurando definir termos comuns para emprego em Ações Humanitárias combinadas;
- desenvolver uma estrutura de Comando e Controle mínima, para início de planejamento, baseando-se em lições aprendidas com a execução dos exercícios e em

<sup>51</sup> Alínea g, do artigo 3º, do Tratado Constitutivo da UNASUL, firmado em 23 de maio de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2015.

<sup>52</sup> Alínea h, do artigo 5º, do Estatuto do CDS. Disponível em: <[http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO\\_CDS.pdf](http://www.ceedcds.org.ar/Portugues/09-Downloads/PORT-ESTATUTO_CDS.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2015

<sup>53</sup> BRASIL, 2015a.

situações reais ocorridas, procurando estabelecer em planos as origens de pessoal e de meios para seu estabelecimento emergencial; e  
– desenvolver uma doutrina regional própria e integradora acerca das Ações Humanitárias (BRASIL, 2015a, p. 2).

Fica clara a necessidade de padronizar linguagem e procedimentos a fim de facilitar o planejamento do emprego das FA dos países da UNASUL em OpHum.

#### **2.1.4 Conferência Naval Interamericana**

A MB representa o País na Conferência Naval Interamericana (CNI). A reunião, realizada pela primeira vez em 1950, se repete a cada dois anos, promovendo laços profissionais entre as marinhas dos países membros, sendo considerada pelo secretário geral da 24ª edição do evento, o Contra-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, como “o fórum mais importante para debate e troca entre as marinhas das Américas”<sup>54</sup>.

Uma das principais realizações da CNI foi a aprovação do Manual de Ajuda Humanitária para uma FTNMI<sup>55</sup>, estabelecendo parâmetros para a participação ativa, oportuna e coordenada das Forças Navais Interamericanas em OpHum, na resposta a desastres naturais ou gerados pelo homem.

O Brasil assinou o Manual durante a IV CNI especializada em Interoperabilidade, realizada na Escola de Guerra Naval (EGN – RJ), em agosto de 2013, assumindo o compromisso de participar da FTNMI, se for chamado, e de acordo com suas disponibilidades. O documento é como um guia que orienta o Comandante da FTNMI e sua equipe no momento de traçar as linhas de ação no preparo e condução desse tipo de operação. E como cada desastre é único, cada operação de resposta associada deve considerar o tipo de ajuda requerida, a natureza e a magnitude do desastre, as repercussões do seu impacto no sistema de saúde vigente, as diferenças de escala, os fatores do entorno, a geografia, dentre outros aspectos.

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/viewpoint/2011/01/01/feature-02>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

<sup>55</sup> Disponível em: <<http://iadb-pt.jid.org/documentos-e-publicacoes/manuais>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Orientação importante desse Manual é com relação à identificação de elementos relacionados ao Estado Anfitrião que podem impactar diretamente no trabalho dos militares. São eles: implicações políticas, aspectos culturais, restrições legais, práticas e limitações religiosas, capacidade médica e de DC, criminalidade, assuntos relacionados com meio ambiente, hábitos alimentares e rituais costumeiros.

O documento destaca também a relevância de se considerar os aspectos jurídicos que venham a amparar os atos praticados pelo Estado que se dispõe a prestar a ajuda, notadamente quando o auxílio não envolver a interveniência da ONU. A sugestão do Manual é que se celebre ato internacional bilateral ou multilateral, dispondo sobre obrigações e direitos, e que assume papel de lei entre os Estados Participantes.

A forma como o Manual descreve a participação das Forças Navais em OpHum organizadas para dar resposta a desastres é fruto da incorporação de lições aprendidas em ações já empreendidas:

Serão estabelecidas bases no mar, próximas da área da ajuda humanitária para entregar rapidamente o abastecimento. O mar será utilizado para facilitar a mobilização de esforços, onde quer que estes sejam mais necessários. A velocidade para a execução é essencial, não somente a fim de salvar vidas e mitigar o sofrimento humano, mas também para fornecer uma via efetiva de abastecimento até que outros atores possam posteriormente continuar a operação. Reitera-se que neste aspecto será mais importante a eficácia (chegar com o apoio) do que a eficiência (atuar de forma econômica).

O sistema de C2 poderá ser estabelecido em um Comando (Quartel General) localizado em uma base marítima, pois isto facilitaria a integração com a equipe operativa combinada e outras agências. A partir do momento em que o sistema de C2 esteja estabelecido, será necessário atuar imediatamente, assim que a equipe de resgate e contenção da emergência chegar ao local do desastre, ainda que não se encontrem outros atores na área, a fim de minimizar a perda adicional de vidas (JID, 2012, p. 14).

O Manual ressalta a importância de “prontificar a logística o mais rapidamente possível” e deixa clara a relevância da função logística saúde ao dedicar um capítulo inteiro à questão da Resposta Médica Militar (RMM), nele definida como:

Toda situação em que seja necessária a instalação de uma estrutura de saúde especial, hierarquizada, inserida numa cadeia de comando, com a tarefa de realizar a triagem, o transporte e o tratamento de vítimas, incluindo muitas vezes a localização e o resgate de vítimas (JID, 2012, p. 40).

Como em toda ação de atendimento médico, o objetivo principal é minimizar os danos à saúde da população afetada, por meio do atendimento pré-hospitalar e de tratamento médico das doenças e das consequências diretas do desastre.

De acordo com o Manual, nesse contexto em especial, também deverá ser considerada a prevenção de epidemias e outras enfermidades tardias decorrentes do comprometimento da infraestrutura sanitária do país atingido. A prioridade na ajuda deve refletir os desejos do Estado Anfitrião e suas necessidades emergentes.

O documento destaca ainda que a resposta médica deverá ser estruturada de maneira a facilitar a interoperabilidade, racionalizando os esforços dos diversos Estados e organizações participantes, uma vez que é comum a complementação da RMM com recursos humanos e materiais oriundos da esfera civil e de diferentes países.

O objetivo é racionalizar esforços, empregando, se possível, as facilidades disponíveis na área afetada, a fim de reduzir a complexidade logística e, conseqüentemente, diminuir o tempo de resposta. A capacidade de resposta dependerá, essencialmente, do tipo de ajuda requerida, da natureza e magnitude do desastre, além das repercussões do seu impacto no sistema de saúde vigente.

O Manual traz os pressupostos da RMM, visando restaurar os serviços essenciais de saúde e complementar o atendimento emergencial. São eles: celeridade, inserção da RMM no sistema de C2, interoperabilidade (das equipes médicas multinacionais com os serviços de saúde locais), disponibilização de equipes de resgate e evacuação aeromédica (EVAM), uso de recursos locais, logística de abastecimento de material de saúde, credibilidade, qualidade, conforto e segurança das equipes e entendimento entre as partes. No âmbito da MB, conforme será visto no decorrer deste trabalho, as peculiaridades do Grupamento Operativo de FN (GptOpFuzNav) o habilitam como a melhor opção para corresponder a esses pressupostos.

Outra orientação refere-se à padronização de condutas, com o uso de protocolos universais no atendimento de saúde. Segundo o manual, o uso de um método padronizado de triagem – como o protocolo internacional START (Triagem Simples e Tratamento Rápido<sup>56</sup>), já utilizado pela MB – otimiza o tempo e os recursos, além de identificar os pacientes com risco de morte, priorizando seu atendimento.

---

<sup>56</sup> Do inglês: *Simple Triage and Rapid Treatment*.

O apoio militar em OpHum para resposta a desastres tem como característica a curta duração, se comparada à totalidade do período da crise. Assim, as equipes devem estar preparadas para conduzir a transição das atividades para os civis. Diante da situação estabilizada, a ONU, as organizações governamentais, as ONG e o Estado Anfitrião deverão assumir funções que inicialmente eram realizadas por militares.

É fundamental que os atores internacionais envolvidos em uma OpHum em sequência a desastres sejam capazes de dar respostas rápidas e tempestivas, sem comprometer a efetividade. Para garantir o bom resultado final, as ações que irão prover conforto e segurança às equipes de saúde não deverão ser relegadas a segundo plano.

## 2.2 REFERENCIAL NORMATIVO BRASILEIRO

### 2.2.1 Constituição Federal

Na esfera nacional, a CF é a base de toda a legislação e doutrina que regem a atuação da MB na ajuda humanitária, tanto quando se trata dos normativos do MD quanto no momento em que a referência é a doutrina da própria MB. E não poderia ser diferente, já que, sendo vigente no Brasil o Estado Democrático de Direito, os rumos gerais que o Estado deve seguir estão definidos na CF. As quatro últimas CF (1937, 1946, 1967 e 1988) definem as FA conforme o artigo 142 da Constituição vigente:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas (BRASIL, 1999a, p. 82).

Como visto, a Constituição de 1988 previu que uma lei detalharia o papel das FA. E foi o que aconteceu em 1999, com a promulgação da Lei Complementar 97. O dispositivo prevê o emprego das FA em apoio à DC, como atribuição subsidiária geral.

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República (BRASIL, 1999a).

E, em outro artigo, destaca que tal atuação não pode significar prejuízo à missão principal das FA.

Artigo 1º [...]

Parágrafo Único. “Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar (BRASIL, 1999a).

Vale destacar ainda que o texto constitucional elenca como competência da União a defesa contra as calamidades públicas, especialmente secas e inundações. Assim, as FA possuem obrigação de cumprir tarefas de socorro e assistência às vítimas de desastres, até mesmo, atuando na reconstrução de áreas atingidas, em apoio à DC.

## **2.2.2 Ministério da Defesa**

No âmbito do MD, as principais diretrizes são: o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a DMD, o Protocolo de Ações assinado entre o MD, o Ministério da Integração Nacional (MI) e o Ministério da Saúde (MS) e o Plano de Emprego das FA em caso de desastres. Vale ressaltar ainda as “Instruções de emprego das FA em apoio à Defesa Civil” (MD-I-01), que está em fase final de estudos.

### **2.2.2.1 Livro Branco de Defesa Nacional**

A Lei Complementar 97/99, modificada pela Lei 136/10, estabeleceu em seu artigo 9º, parágrafo 3º, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, o LBDN, como um marco de transparência que direciona a atuação do Brasil como ator na construção de uma comunidade global participativa e inclusiva. Nesse sentido, o livro orienta que o País deve consolidar mecanismos de governança voltados para a paz e a segurança mundiais e para o bem-estar da humanidade:

Para ampliar a projeção do País no contexto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil promove ações que se destinam a [...] intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais (BRASIL, 2012c, p. 56).

O LBDN reafirma a capacidade da MB para atuar com seus meios (navais, aeronavais e de FN) nessas ações, “projetando uma tropa anfíbia, independentemente do grau de hostilidade e do tipo de missão a ser cumprida”<sup>57</sup>. Trata-se de uma das quatro tarefas básicas<sup>58</sup> que o LBDN atribui ao PN, e que é realizada com a participação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), definido como “uma tropa profissional e voluntária, em permanente condição de emprego, de caráter expedicionário por excelência”<sup>59</sup>.

#### 2.2.2.2 Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa

A PND explicita o planejamento de ações voltadas, essencialmente, para ameaças externas, estabelecendo objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil, em prol da Defesa Nacional. A PND considera que um eficiente instrumento de reafirmação do compromisso com a paz mundial é a atuação em OpHum:

Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais (BRASIL, 2012d, p. 9).

No âmbito interno, ao tempo em que amplia o conceito de segurança, a PND destaca a atuação das FA em apoio à DC:

Preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial (BRASIL, 2012d, p. 2).

A END, por seu turno, prevê que “na elaboração das hipóteses de emprego, a Estratégia Militar de Defesa deverá contemplar o emprego das FA considerando [...] a

<sup>57</sup> BRASIL, 2012c.

<sup>58</sup> As tarefas básicas do Poder Naval são: negar o uso do mar ao inimigo, controlar áreas marítimas, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão.

<sup>59</sup> BRASIL, 2012c.

participação do Brasil em operações de paz e humanitárias, regidas por organismos internacionais”<sup>60</sup>. Ao hierarquizar os objetivos estratégicos das FA, a END aborda também o papel da MB, destacando a atuação dos FN como força expedicionária:

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial [...] para atuar em operações internacionais de paz e em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo (BRASIL, 2012b, p. 11).

Para se adequar à END e aproximar a doutrina da realidade, a MB atualizou a DBM em 2014 incluindo uma quinta modalidade de Operação Anfíbia: a projeção anfíbia. Diferentemente das modalidades tradicionais (assalto anfíbio, incursão anfíbia, demonstração anfíbia e retirada anfíbia), a projeção anfíbia aparece como ação “apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como [...], resposta a desastres ambientais e OpHum”<sup>61</sup>.

Na visão do Contra-Almirante (FN) Nélio de Almeida, a incorporação foi bem-vinda. Para ele, a projeção anfíbia passou a englobar diversos tipos de ações de projeção de força a partir do mar, não enquadradas nos tipos clássicos, reforçando e ampliando a ênfase nas operações anfíbias e as responsabilidades dos FN.<sup>62</sup>

### 2.2.2.3 Doutrina Militar de Defesa

A DMD brasileira estabelece os fundamentos doutrinários, que visam ao emprego de forças militares na defesa da Pátria e em outras missões previstas na CF e demais leis. A DMD também tem o propósito de prover as FA de entendimentos comuns, que favoreçam a operação conjunta<sup>63</sup>.

Nesse sentido, a DMD estabelece, em seu capítulo seis, os conceitos e características da atuação das FA, que ocorrerá em situações de guerra, em defesa da

<sup>60</sup> BRASIL, 2012b, p. 30.

<sup>61</sup> BRASIL, 2014b, p. 3-6.

<sup>62</sup> ALMEIDA, 2011.

<sup>63</sup> Operação que se caracteriza pelo emprego de meios ponderáveis de mais de uma Força Singular, sob comando único (BRASIL, 2014b, p. 111).

Pátria, e de não-guerra, que, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito.

Dentre essas situações, as que mais diretamente interessam a este estudo são as atribuições subsidiárias das FA, que dizem respeito à cooperação com a DC. Como exemplos, o documento cita: a participação em campanhas de utilidade pública ou interesse social e a participação em planos e programas públicos. “Essas atribuições promovem uma saudável integração das FA com a sociedade, principalmente com respeito às classes mais carentes e mais afastadas dos grandes centros”, ressalta a DMD<sup>64</sup>.

Outra forma de emprego não-guerra prevista na DMD são as ações sob a égide de organismos internacionais, que incluem arranjos de defesa coletiva, operações de paz (quando em assistência à população civil) e ações de caráter humanitário. Nesse ponto, a DMD destaca que as FA podem participar dessas ações, por solicitação de Estados-Membros da ONU ou de qualquer outro organismo do qual o Brasil seja integrante, para prestação de socorro a cidadãos de países atingidos por catástrofes naturais ou decorrentes de guerra, tudo com o objetivo de proteger, amparar e minimizar o sofrimento das populações vitimadas, respeitado o princípio da não-intervenção.

#### 2.2.2.4 Protocolo de Ações

Em 31 de dezembro de 2012, o MD celebrou um protocolo de ações com o MI e o MS. O objetivo foi estabelecer normas e procedimentos a serem seguidos por esses ministérios na execução de ações integradas e complementares na resposta a situações de desastre no País. Os ministérios assumiram compromissos de atuação e cooperação mútua, por meio do Centro de Operações Conjuntas (COC-MD), do CENAD-MI e do Centro de Informação Estratégica em Vigilância em Saúde (CIEVS-MS).<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> BRASIL, 2007a, p. 42.

<sup>65</sup> BRASIL, 2013d.

O Protocolo prevê o passo-a-passo da resposta aos desastres, desde a mobilização dos ministérios signatários até a desmobilização, especificando a quem cabe cada procedimento, quem é o responsável pela coordenação das atividades, como se dará o fluxo de informação e também a quem cabe o custeio das ações.

#### 2.2.2.5 Plano de emprego das Forças Armadas em caso de desastres

O documento trata da atuação das FA em cooperação com os órgãos do SINPDEC em resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico<sup>66</sup>. O objetivo é orientar as FA no planejamento, na coordenação com outros órgãos e na execução de ações a serem desenvolvidas em apoio à DC, com vistas a propiciar maior eficiência ao pronto atendimento e à capacidade de autossustentação em ambiente atingido por desastres. O que fica bem definido na missão constante no Plano de Emprego:

Sem comprometimento de sua missão constitucional, as Forças Armadas atuarão em cooperação com os órgãos do SINPDEC, com ações estruturadas de resposta à ocorrência de desastre natural ou antrópico, a fim de contribuir com o socorro às situações de emergência e de estado de calamidade pública, atenuando os seus efeitos, ajudando na preservação da vida humana e do bem-estar da população atingida, cooperando com o restabelecimento da normalidade social (BRASIL, 2013c, p. 2).

O documento esclarece que o emprego das FA em ações de apoio à DC se dará em duas situações: em resposta à solicitação do CENAD ou em cooperação emergencial e ligação direta com os governos municipais e/ou estaduais.

No primeiro caso, o pedido de apoio deve ser formalizado ao CENAD pelos governos estaduais e/ou municipais, com a declaração de situação de emergência<sup>67</sup> ou de estado de calamidade pública<sup>68</sup>. E então, o MD é acionado, mobiliza as FA e baixa diretrizes para a atuação militar: as FA envolvidas, a estrutura adotada, o tipo de apoio e a previsão de duração, além das necessidades de informações para acompanhar as ações.

<sup>66</sup> Causado por interferência do homem.

<sup>67</sup> Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido (BRASIL, 2012a).

<sup>68</sup> Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido (BRASIL, 2012a).

No segundo caso, quando se der a ocorrência repentina de desastre de tal monta que comprometa a capacidade de coordenação e de resposta imediata dos governos estaduais e municipais, implicando na urgência das ações, para preservar a vida humana ou evitar grave prejuízo material, a OM mais próxima atenderá prontamente a pedido de ajuda, de acordo com sua disponibilidade e orientações do Comando. O MD deverá ser informado desse apoio assim que possível.

Desastres recentes têm demonstrado que a coordenação entre os atores humanitários e militares é essencial para a execução em tempo hábil do socorro à população atingida. Primeiramente, a título de prevenção e preparação, o COC-MD deverá encaminhar os relatórios fornecidos pelo Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) com os níveis Alto e Muito Alto aos Comandos de Operações das Forças, para alertar as OM próximas à área de risco quanto a um possível emprego de pessoal e material em apoio à DC.

Ocorrido o desastre, particularmente na fase inicial, fica evidente a importância da estreita ligação entre o CENAD e o Estado-Maior Conjunto das FA (EMCFA), por meio do COC-MD, a fim de realizar ações de cooperação e coordenação entre o Comando Singular ou Conjunto ativado e a DC da área em que serão empregadas as tropas, incluindo população, autoridades civis e policiais, organizações e agências locais, nacionais ou internacionais, sejam governamentais ou não.

### **2.2.3 Marinha do Brasil**

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.marinha.mil.br/html/missao-visao.html>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Ao definir assim a missão da MB, seu Plano Estratégico deixa claro que a atuação da Força deve ser mais abrangente do que está previsto no *caput* do artigo 142 da CF. O que fica ainda mais concreto no capítulo cinco da DBM, que trata das atividades desenvolvidas pela MB sem emprego da força. Nesse sentido, em 2015, o documento anual denominado Orientações do Comandante da Marinha (ORCOM) destaca a relevância de se investir em “uma maior aproximação da Instituição com a sociedade brasileira, [...], de modo a aumentar a visibilidade da Força e a eficácia no cumprimento das suas atribuições subsidiárias”<sup>70</sup>.

### 2.2.3.1 Doutrina Básica da Marinha

Como o nome já diz, a DBM serve de base para os demais documentos doutrinários da MB, estabelecendo os princípios, conceitos e métodos de emprego tanto para ações de combate como para participações não relacionadas à atividade-fim. O propósito do documento é orientar a organização, o preparo e o emprego do PN brasileiro. E dentro desse amplo espectro, interessa ao escopo deste trabalho o capítulo dedicado às chamadas atividades benignas.

As atividades benignas são aquelas, desenvolvidas no País ou no exterior, em que o Poder Naval, com suas estruturas organizadas e autossustentáveis e com capacidades e conhecimentos especializados, atua com o propósito de contribuir com a ordem social, não sendo admitido o emprego da força (BRASIL, 2014b, p. 82).

Esse conceito abrange uma série de atividades desenvolvidas pela MB que, dependendo da situação, podem ser determinadas pelo Presidente da República, pelo MD ou pelo próprio Comandante da Marinha. Dentre elas, estão relacionadas:

- a) Apoio à Política Externa;
- b) Operação Humanitária;
- c) Ações Cívico-Sociais;
- d) Operação de Socorro;
- [...] h) Cooperação com as Atividades de DC;
- [...] (BRASIL, 2014b, p. 82).

---

<sup>70</sup> BRASIL, 2015b, p. 4.

Dentre essas atividades, duas delas interessam muito diretamente ao presente trabalho (alíneas “b” e “h”) tanto que, mesmo tendo sido diferenciadas na DBM a título de classificação, recebendo nomes diversos, serão tratadas neste trabalho por suas semelhanças. Afinal, como ficará claro depois de apresentadas as definições a seguir, percebe-se que são atividades benignas com uma importante característica comum: atendem a demandas por ajuda humanitária, possuindo a mesma essência de atenuar os efeitos de desastres, seja dentro do território nacional, seja no exterior.

As demais alíneas (“a”, “c” e “d”) estão sendo lembradas por representarem oportunidades para que as tropas mantenham a *expertise* nesse tipo de atividade, sendo inclusive um treinamento para outras situações de emprego real. Além disso, melhoram a imagem do Brasil no exterior (“a”) e aproximam a MB da sociedade de forma positiva (“c” e “d”), principalmente com relação às classes mais carentes e mais afastadas dos grandes centros, o que acaba facilitando sua atuação nos casos de ajuda humanitária.

Dentre as hipóteses de emprego do PN em tempo de paz, na alínea “a”, a DBM relaciona as atividades benignas como um instrumento eficaz da política externa do Estado, capaz de influenciar a opinião pública, reforçar laços de amizade e garantir acordos e alianças. A DBM equipara esse tipo de atividade à Diplomacia Naval.

Na alínea “b”, as OpHum são definidas conforme mostrado na página 17 deste trabalho, com ênfase em dois elementos decisivos. O primeiro é seu propósito: a redução dos efeitos de desastres naturais ou de acidentes provocados pelo homem, e o segundo são as ameaças a serem combatidas: o risco à vida ou à propriedade.

Já as ACISO, como são chamadas na alínea “c”, englobam as atividades de assistência e auxílio às comunidades, que aproveitam os recursos, o pessoal, o material e as técnicas disponíveis para resolver problemas imediatos e prementes, promovendo o espírito cívico e comunitário. Estão incluídas nessa atividade, as Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP), realizada rotineiramente pela MB, com os navios distritais, nas regiões Amazônica e do Pantanal Matogrossense.

No tocante à alínea “d”, a prestação de socorro à vida humana no mar se aplica a qualquer embarcação que estiver navegando na área marítima de socorro atribuída ao Brasil, não só às embarcações de bandeira brasileira. Um auxílio que inclui o emprego dos recursos disponíveis na prestação de auxílio a pessoas em perigo no mar, nos portos e nas águas interiores.

No item Cooperação com a DC, a DBM orienta que a atuação aconteça em coordenação com os demais órgãos competentes, conforme previsto no SINPDEC. A ideia é contribuir na fase de prevenção das calamidades públicas, por exemplo, com a emissão de previsões meteorológicas para áreas costeiras e, também, nas ações de socorro, de assistência e de recuperação, graças à capacidade de pronto emprego, a flexibilidade dos meios e a presença em todas as regiões do País, além da preservação do moral da população e o restabelecimento da normalidade social.

#### 2.2.3.2 Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais e Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

De acordo com o Manual de Fundamentos de FN, o GptOpFuzNav é um dos eixos estruturantes do CFN. Seu caráter expedicionário advém do fato de tratar-se de “uma tropa de pronto emprego, autossustentável e adequadamente aprestada para cumprir missões por tempo limitado, sob condições austeras e em área operacional distante de sua base”<sup>71</sup>.

Outra característica com destaque na publicação é a expansibilidade: os GptOpFuzNav são estruturados de modo a se expandir ou se reduzir, permitindo o emprego da Força de Emprego Rápido (FER) em operações que vão desde missões de combate até as humanitárias, e em ambientes operacionais diversos. Em função do tipo de GptOpFuzNav – Elemento Anfíbio (ElmAnf), Unidade Anfíbia (UANf) e Brigada Anfíbia

---

<sup>71</sup> BRASIL, 2013a, cap. 2, p. 2.

(BAnf) –, a estrutura modular permite a expansão rápida e eficaz, de acordo com a situação e a disponibilidade de meios, sem prejuízo da continuidade da operação. Uma determinada ação pode ser iniciada com o emprego de um tipo de GptOpFuzNav e prosseguir com outro distinto.<sup>72</sup>

Essas peculiaridades deixam antever que o GptOpFuzNav é, dentro da MB, a parcela que melhor tem condições de operar na ajuda humanitária. Daí a relevância do Manual de OpHum, que representa a base conceitual a orientar o planejamento e o desenvolvimento da participação dos GptOpFuzNav nas OpHum.

O documento destaca que esses tipos de ação requerem um planejamento especial, em cooperação com diversos atores internacionais. Todos partilhando do propósito de “salvar vidas, diminuir o sofrimento do povo e contribuir para reconstrução da região afetada, aceitando um grande risco para suas próprias vidas nesse trabalho”<sup>73</sup>.

O Manual reafirma que, embora a prioridade das FA seja a defesa do País, características como flexibilidade, organização, estrutura e prontidão tornam eficiente sua atuação em OpHum que, devido a suas peculiaridades, podem ser executadas por efetivos desde uma fração de tropa até uma Força-Tarefa (FT), da qual participam elementos de diferentes forças ou países, com preponderância do esforço logístico.

Dentro da estrutura de um GptOpFuzNav, o Componente de Comando (CteC) cumpre o papel de coordenar as relações com os civis. Por isso, deve dispor de especialistas em assuntos civis, assessoria jurídica, relações públicas e intérpretes.

Normalmente, o Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) constitui a principal ferramenta de apoio, prestando serviços à população e às agências civis. Inclusive, nas OpHum, quando o Componente Saúde – o HCamp – está na linha de frente, o CASC continua atuando, provendo toda logística (água, luz e comunicações) e segurança necessárias ao funcionamento do HCamp.

---

<sup>72</sup> BRASIL, 2013a, cap. 4, p. 5.

<sup>73</sup> BRASIL, 2008a, cap. 1, p. 1.

O Componente de Combate Terrestre (CCT) fica responsável pelo controle do trânsito e de distúrbios, além da segurança das instalações, dos comboios e das ações do CASC. Já o Componente de Combate Aéreo (CteCA), além de realizar o reconhecimento aéreo, presta apoio logístico, transportando tropa e material.

No tocante às OpHum, o Manual alerta que, devido ao seu caráter emergencial, o processo de planejamento militar não se desenvolve completamente, por tratar-se de uma situação pouco clara e que sofre constantes e rápidas mudanças. Um exemplo disso foi o processo de instalação do Hospital de Campanha (HCamp) da MB no Chile, em 2010. Em um primeiro momento, o hospital seria instalado em *Concepcion*, mas, instantes antes da decolagem do primeiro voo que levaria equipe e equipamentos para lá, decidiu-se pela instalação na região de *Cerro Navia*, periferia de Santiago. A mudança deveu-se à destruição de quatro grandes hospitais na região<sup>74</sup>.

Na inteligência<sup>75</sup>, têm que ser consideradas as particularidades que envolvem cada operação. O Manual orienta que os levantamentos sejam voltados para a cultura e os costumes da população atendida, para que haja ciência das peculiaridades envolvidas. Como exemplo desse tipo de situação, pode ser citada a atuação da *US Navy* na Indonésia, por ocasião do tsunami que atingiu a região em 2004.

Nesse caso, como a atuação se daria em um país mulçumano, foi ministrado um treinamento cultural às tropas. E, realmente, o receio dos indonésios de que os norte-americanos estavam lá para tentar convertê-los ao cristianismo ou para planejar uma invasão tornou-se um ponto sensível, tanto que as tropas norte-americanas não se estabeleceram em bases terrestres, permanecendo embarcadas. Só com a chegada do *USNS Mercy*, um navio-hospital cujo capelão naval era muçulmano, diminuiu o sentimento de rejeição e desconfiança.<sup>76</sup>

---

<sup>74</sup> PEIXOTO, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice D.

<sup>75</sup> Ramo da Atividade de Inteligência voltado para a obtenção e a análise de dados e para a produção e a disseminação de conhecimentos de Inteligência, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda da sociedade e do Estado.

<sup>76</sup> ELLEMAN, 2007 apud PILAR, 2011.

Vale ressaltar aqui que, por se tratar de um documento datado de 2008, o Manual de OpHum dos GptOpFuzNav se baseia no conceito de OpHum extraído da DBM de 2006 (atualizada em 2014). Aquela DBM considerava as OpHum como uma vertente das Operações de Paz que, por definição, admitem o uso da força. Na DBM em vigor, as OpHum são classificadas como Atividades Benignas, nas quais, ao contrário, não se admite o uso da força.

Apesar dessa diferença, o Manual não perdeu sua força normativa nos demais pontos que aborda. O planejamento é um desses pontos. Segundo o documento, ele precisa ser adaptado ao cumprimento de tarefas não tradicionais numa OpHum, com destaque para as características de flexibilidade, ciclicidade e continuidade, presentes no processo de planejamento militar, e que são importantes também nesses casos.

O apoio logístico é um ponto sensível em qualquer OpHum e, para que esse apoio seja dimensionado de forma correta, o GptOpFuzNav precisa de informações.

É importante a constituição de um destacamento precursor que se desloque para a área de operações a fim de estabelecer contatos com vistas à recepção do grosso do contingente, devendo fazer-se acompanhar dos meios mínimos que lhe permitam condições de sobrevivência e liberdade de ação para desenvolver as suas tarefas (BRASIL, 2008a, cap. 7, p. 3).

Outro fator que facilita a realização das tarefas em uma OpHum, segundo o Manual, é a habilidade do comandante do GptOpFuzNav em trabalhar com organizações que utilizam diferentes metodologias. Essa interação se dá no Centro de Operações Cívico-Militares (COCM), dimensionado de acordo com as peculiaridades da situação e preparado para favorecer o monitoramento e o fluxo de informações entre as equipes atuantes na ajuda humanitária, militares e civis.

Esses manuais refletem o que o CA (FN) José Luiz Corrêa da Silva chamou de “evolução histórica do CFN”<sup>77</sup>, que foi deixando de atuar como força terrestre e foi incorporando modernos conceitos de organização e emprego sob a forma de GptOpFuzNav, que é versátil e flexível o suficiente para se adaptar às necessidades de emprego, inclusive em situações de ajuda humanitária e assistência hospitalar.

---

<sup>77</sup> SILVA, 2014.

### 3 EMPREGO DAS MARINHAS NA AJUDA HUMANITÁRIA

Conforme apresentado neste trabalho, a tendência de aumento da ocorrência de desastres naturais é uma realidade mundial, bem como a necessidade do apoio das FA, principalmente no atendimento às populações atingidas. Por isso, a preocupação com a melhor forma de encarar o problema também extrapola as fronteiras brasileiras, e a maneira como outros países tratam o tema e empregam sua Força Naval na ajuda humanitária pode servir de conhecimento inicial para a MB caso haja interesse em uma análise mais profunda, com destaque para a forma como esses países projetam poder sobre a terra, investindo no segmento dos navios anfíbios.

#### 3.1 MARINHA BRITÂNICA

É natural que a MB, no decorrer de sua história, tenha buscado inspiração na marinha britânica, que, segundo Vidigal<sup>78</sup>, foi a mais poderosa e importante Força Naval no século XIX e início do século XX. Por consequência, a MB, constituída no início do Império, foi influenciada pelas ideias advindas da *Royal Navy*.

Atualmente, a Doutrina Marítima Britânica<sup>79</sup> trata dos temas assistência humanitária e operações de socorro, prevendo que governos e ONG conduzam a atuação, e os militares atuem em conjunto ou em apoio. Especificamente quanto aos meios navais, a ideia é que funcionem como bases logísticas para a ajuda humanitária, empregando helicópteros para o transporte de pessoal e de material. Segundo a doutrina, “a flexibilidade torna as forças marítimas particularmente eficazes no alívio de desastres, especialmente nas fases iniciais, quando podem ser o único meio disponível para fornecer ajuda de emergência”<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> VIDIGAL, 1985.

<sup>79</sup> As informações do item 3.1, à exceção do 1º§, foram extraídas de REINO UNIDO, 2011.

<sup>80</sup> REINO UNIDO, 2011, cap. 2, tradução nossa.

A doutrina delimita que a força marítima ofereça auxílio imediato: água, alimentos, abrigo temporário, combustível, energia elétrica e assistência médica (desde triagem, reanimação e estabilização, até reanimação avançada e cirurgias de controle de danos), enquanto outras agências e ONG mobilizam assistência em longo prazo.

E assim aconteceu, por exemplo, na atuação da *Royal Navy* na assistência às vítimas do tsunami que atingiu diversos países banhados pelo Oceano Índico em 26 de dezembro de 2004. A Fragata *HMS Chatam* e o navio de apoio logístico *Diligence* (integrante da *Royal Fleet Auxiliary – RFA*), que estavam em operação na região, posicionaram-se em 31 de dezembro próximo à cidade de Colombo, no Sri Lanka.

Em cooperação com militares locais, o *Chatam* constituiu-se como base para o C2 da operação e para a equipe de reconhecimento, disponibilizando helicópteros e lanchas para que fosse feita a avaliação do nível de destruição em áreas de difícil alcance. A tripulação do *Chatam*, contando com o apoio dos militares do *RFA Diligence* e, posteriormente, do Navio-Tanque *RFA Bayleaf*, trabalhou ainda na restauração de serviços essenciais, como água doce (17 poços), energia (44 geradores) e a capacidade pesqueira (reparo de 42 navios de pesca) no Sri Lanka e nas Ilhas Maldivas.

Os britânicos também fizeram a demarcação de um canal trafegável, possibilitando o acesso para Batticaloa, a maior cidade na Província Oriental do Sri Lanka, e permitindo a entrega das doações e a retomada do comércio e da pesca. O *HMS Chatam* partiu em 20 de janeiro de 2005.

Foi assim que, apesar de não estar atuando em sua atividade-fim e com recursos limitados para ajuda humanitária – por se tratar de um navio-escolta –, a fragata da *Royal Navy* exerceu papel relevante na operação. Quanto aos meios da frota auxiliar (*RFA*), a própria doutrina prevê seu uso em “condições benignas e hostis”. São considerados “plataformas flexíveis”, por realizarem muitas das funções tradicionalmente desempenhadas por navios de guerra, e também se mostrarem eficazes em alívio de desastres, atividades como antipirataria e inteligência.

### 3.2 MARINHA NORTE-AMERICANA

Considerando a hegemonia norte-americana no âmbito militar, não surpreende que os EUA seja um país com grande participação na assistência humanitária. O tema aparece inclusive na recém-lançada Estratégia Militar Nacional<sup>81</sup>, na qual é abordado como parte das Operações Avançadas Globalmente Integradas.

A ideia é que ações dessa natureza, também chamadas de missões prioritárias de força conjunta, contribuam para o alcance de um dos objetivos militares nacionais: o fortalecimento da rede global de aliados e parceiros. “Na execução de operações globalmente integradas, as forças militares americanas trabalham em estreita colaboração com parceiros internacionais e interinstitucionais a fim de gerar opções estratégicas para a nossa Nação”<sup>82</sup>, ressalta o documento.

A estratégia garante que, com esse esforço, os militares dos EUA contribuem regularmente para assistência e socorro humanitários.

Ao longo dos anos, os soldados norte-americanos, marinheiros, aviadores, fuzileiros navais e homens da Guarda Costeira têm efetivamente entregue auxílio e suporte de vida a pessoas desesperadas em todo o mundo. Tais esforços, por vezes, duram apenas algumas semanas. Em outros momentos, duram muito mais tempo. Em todos os casos, tomar medidas para aliviar o sofrimento reflete nossa ética profissional e os valores em que acreditamos (ESTADOS UNIDOS, 2015a, p. 13, tradução nossa).

A Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI<sup>83</sup>, também lançada em 2015, reafirma dois princípios básicos. Um deles é o conceito de que a presença naval avançada dos EUA é essencial para o cumprimento das missões navais, dentre elas: “prover assistência humanitária e resposta a catástrofes”. O segundo princípio é a capacidade de projeção de poder naval como instrumento facilitador em missões de “poder inteligente” na forma de assistência humanitária e resposta a catástrofes.

[...] as forças navais avançadas, em coordenação com aliados e parceiros, estão prontas a salvar vidas, prestar socorro imediato e estabelecer as condições para uma resposta civil eficaz, sem depender de portos ou aeródromos danificados ou inacessíveis em terra. Esta função apoia as missões navais de defesa do território nacional, a reação a crises e a dissuasão de conflitos, impedindo a agressão e provendo assistência humanitária e resposta a catástrofes (ESTADOS UNIDOS, 2015b, p. 28).

<sup>81</sup> ESTADOS UNIDOS, 2015a.

<sup>82</sup> ESTADOS UNIDOS, 2015a, p. 10, tradução nossa.

<sup>83</sup> ESTADOS UNIDOS, 2015b.

A título de exemplo, em dezembro de 2004, quando um tsunami matou cerca de 230 mil pessoas em 13 países, desde a Indonésia até o sul da África, a *US Navy* apoiou com 1,5 milhão de litros de água, 18 milhões de toneladas de gêneros e prestação de socorro a milhares de pessoas. Um dos primeiros meios a chegar ao local afetado, em 1º de janeiro de 2005, foi o Porta-Aviões *USS Abraham Lincoln*<sup>84</sup>.

Na operação, as tropas permaneceram operando a partir do mar, embarcadas em 25 navios, para amenizar a rejeição dos indonésios (conforme descrito no item 2.2.3.2 deste trabalho), o que só diminuiu com a chegada do Navio-Hospital *USNS Mercy*, principalmente porque fazia parte da tripulação um capelão naval mulçumano, o que foi interpretado como um indício de respeito à livre escolha de religião<sup>85</sup>.

Em agosto de 2005, foi a vez de os norte-americanos serem vítimas do maior desastre natural dos EUA: o furacão Katrina devastou os estados de Louisiana, Mississippi e Alabama, tendo atingido também Flórida e Geórgia. O número de mortos superou os 1.800. A cidade mais atingida foi Nova Orleans, que está abaixo do nível do mar.<sup>86</sup> A gravidade da situação demandou a participação das FA norte-americanas.

A *US Navy*, por exemplo, constituiu a FT 20: o C2 ficou embarcado no *USS Bataan* (navio de desembarque por helicóptero e por doca), à frente de 17 navios, incluindo os anfíbios, os de suprimentos, os de salvatagem e o Navio-Hospital *USNS Comfort*, que apoiou no atendimento de 2.000 pacientes<sup>87</sup>.

Em janeiro de 2010, o Governo norte-americano atendeu ao pedido de ajuda do Haiti e, diante da importância de uma resposta rápida, as FA disponibilizaram meios e pessoal para atuarem. Já no dia seguinte ao terremoto (13 de janeiro), o Comando Sul embarcou em duas aeronaves C-130 Hércules, uma equipe de 30 engenheiros militares, uma equipe controladora de voo e um grupo de C2.<sup>88</sup>

---

<sup>84</sup> ELLEMAN, 2007 apud PILAR, 2011.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/08/17/ult1809u8908.jhtm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

<sup>87</sup> PILAR, 2011.

<sup>88</sup> Informações coletadas pelo CMG(FN) Ricardo Henrique Santos do Pilar quando exercia a função de Oficial de Ligação da MB junto ao USSOUTHCOM (Comando Sul dos EUA), em reunião na cidade de Miami (PILAR, 2011, p. 50).

O primeiro meio naval norte-americano entrou na área de operações também no dia 13. Foi o *USCG Cutters*, da guarda costeira. Já no terceiro dia, fundeou o Porta-Aviões *USS Carl Vinson*, que iniciou o transporte de água e suprimentos por aeronave. A bordo, três centros cirúrgicos e 51 leitos possibilitavam atendimento emergencial, estabilização de vítimas e envio para locais de mais recursos.

Com o passar do tempo, outros navios somaram-se aos já posicionados. Dentre esses, o *USNS Comfort*, com capacidade de prover 300.000t de água potável, 12 salas de cirurgia, 250 leitos para internação, sendo que no dia 23 de janeiro expandiu sua capacidade para 1.000 leitos, com equipe de 500 profissionais de saúde.<sup>89</sup>

Nessas operações, foi crucial a presença dos navios-hospital *Mercy* (sediado na costa oeste) e *Comfort* (sediado na costa leste), cada um deles com capacidade para atender, por dia, a 1.000 pacientes com ferimentos e doenças leves, graças a uma equipe de 1.100 profissionais da área de saúde; 920 camas; 12 salas de cirurgia; Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para 80 pacientes; banco de sangue e farmácia; laboratórios de diagnóstico, de análise clínica e de optometria; tomografia computadorizada axial; angiografia invasiva; quatro salas de serviços radiológicos digitais. Ambos os navios têm convoo para helicópteros, bem como portas laterais para receber pacientes no mar.

A *US Navy* possui ainda navios anfíbios com modernas instalações médicas, incluindo emergência, salas de cirurgia, salas de operação odontológica, salas de raios X, banco de sangue, laboratórios e enfermarias. O desafio é aumentar a capacidade de conduzir OpHum sem comprometer a capacidade em missões navais tradicionais. Assim, o que é requisito para executar OpHum já não é considerado menos importantes do que as exigências em operações de combate.

Na ação no Haiti, o fato de existirem unidades operativas em prontidão, com meios e pessoal disponíveis – a 22<sup>a</sup> e a 24<sup>a</sup> MEU<sup>90</sup> estavam embarcadas nos *USS Bataan*

---

<sup>89</sup> Dado retirado do *sitrep (situation report)* do dia 23 de janeiro de 2010, realizado no auditório do USSOUTHCOM, presenciado pelo CMG(FN) Ricardo Henrique Santos do Pilar (PILAR, 2011, p. 50).

<sup>90</sup> A *Marine Expeditionary Unit (MEU)* é uma força de reação rápida, pronta para responder imediatamente a uma crise. Normalmente, é formada por componentes de comando, de combate, de combate aéreo e de apoio logístico. Essa FT, usualmente, é comandada por um coronel e tem o efetivo de 2.200 militares embarcados em navios anfíbios.

e *Nassau* respectivamente, e o *USS Gunston Hall* estava designado para participar de exercício de cooperação e segurança no continente africano –, proporcionaram rapidez à resposta da *US Navy*. E, por sua capacidade e meios disponíveis, a MEU comprovou ter as dimensões ideais para emprego em situações de catástrofes naturais, conforme demonstrado no socorro às vítimas do Katrina.

### 3.3 MARINHA CHILENA

Segundo Valenzuela<sup>91</sup>, em 2012, o Chile era o nono país do mundo em gastos com desastres naturais nas duas últimas décadas<sup>92</sup>. E o país tem muitos motivos para se preocupar com a ocorrência de desastres: tsunamis, erupções vulcânicas, inundações e, sobretudo, terremotos ameaçam constantemente os chilenos. E não é para menos, só para se ter uma ideia, o maior terremoto já registrado no mundo foi lá, em 1960<sup>93</sup>, e alcançou 9,5 graus na Escala *Richter*.

Isso acontece porque o território chileno está localizado na borda de uma placa tectônica, bem próximo ao encontro das placas Sul-americana e de Nazca<sup>94</sup>. A vulnerabilidade advinda da posição geográfica é reforçada pela longa costa do Chile, que possui um território marítimo maior do que sua superfície terrestre. Talvez seja essa a explicação para que o país tenha construído uma forte tradição naval e, segundo o sítio Janes<sup>95</sup>, tenha uma Esquadra com um amplo espectro de capacidades navais.

Também por isso, investimentos vêm sendo feitos pelo Serviço Hidrográfico e Oceanográfico da marinha chilena, responsável pelo alerta de tsunamis. Foi o caso da

---

<sup>91</sup> Chefe do Departamento de Planejamento Estratégico do Estado-Maior Conjunto do Chile.

<sup>92</sup> VALENZUELA, 2015.

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-04-25/conheca-os-cinco-terremotos-mais-fortes-do-mundo.html>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>94</sup> Como o choque entre as placas é constante e as rochas não aguentam a pressão do atrito e liberam a energia acumulada sob a forma de vibrações sísmicas, que provocam o terremoto e também os tsunamis. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1508839-5602,00-TERREMOTO+COMO+O+DO+CHILE+NAO+ACONTECERA+NO+BRASIL+DIZ+ESPECIALISTA.html>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1TQtKOc>>. Acesso em: 27 maio 2015.

aquisição das boias DART<sup>96</sup>, que compõem o Sistema Nacional de Alarme de Maremotos<sup>97</sup>. Elas são capazes de enviar informação em tempo real à Marinha e ao Sistema Internacional de Alerta de Tsunamis do Pacífico. Outra inovação foi a instalação de uma rede de 40 estações de maré, que vai de Arica<sup>98</sup> à Antártida, coletando informações e disseminando-as a cada cinco minutos.

Mais especificamente sobre a missão das FA durante catástrofes, Valenzuela ressalta que a principal responsabilidade pela resposta a desastres é das agências civis a nível local, regional e nacional. Segundo ele, os militares têm a mão de obra, a organização e os equipamentos necessários para atuar, mas pontua que, apesar de fazerem parte do sistema, as FA não são o sistema.

Em sua palestra<sup>99</sup>, Valenzuela apresentou as tarefas desenvolvidas pelas FA chilenas no alívio de desastres. Ele cita, por exemplo, manutenção da ordem pública, garantia de fornecimento de combustível e gás, reparação de aeródromos e pistas de pouso, reparação e limpeza de estradas e pontes, purificação e distribuição de água, resgates, transporte de pessoas e de carga, instalação de HCamp e EVAM.

No Chile, o procedimento é o seguinte: após um desastre natural, sendo declarado o estado de exceção constitucional de catástrofe, está prevista a divisão da região afetada em Zonas de Emergências. E são nomeados, de acordo com a situação, um ou mais Delegados da Defesa (normalmente em regime de rodízio entre as FA), que respondem diretamente à Presidência.<sup>100</sup>

Naquele país, a Oficina Nacional de Emergência do Ministério do Interior (ONEMI) é responsável por planejar, coordenar e executar as atividades destinadas a prevenir ou solucionar os problemas em caso de catástrofes. A ONEMI coordena as atividades dos organismos públicos ou privados envolvidos na resposta. Inclusive a participação das FA.

---

<sup>96</sup> Do inglês, *Deep-ocean Assessment and Reporting of Tsunamis*.

<sup>97</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1Jd6TRI>>. Acesso em 31 jul. 2015.

<sup>98</sup> Cidade chilena litorânea, localizada no extremo norte do país.

<sup>99</sup> VALENZUELA, 2015.

<sup>100</sup> GARCIA, 2015.

Nas atividades de mitigação no desastre de 2010, como o Chile é um país com grande quantidade de ilhas e lugares só acessíveis por mar, as unidades da marinha foram vitais no transporte de 1.835t de carga e 1.314 pessoas. Os militares participaram ainda da preparação de caixas e distribuição de ajuda, como também atuaram na remoção de escombros e na segurança dos lugares de distribuição de alimentos e instalações de serviços de utilidade pública, para evitar saques.

Nossa instituição está preparada para atender a população em casos de evacuação médica e catástrofes, como inundações, deslizamentos de terra, tempestades e terremotos durante emergências, sobretudo quando ocorrem [...] onde as condições de conectividade com o resto do país foram severamente afetadas ou a situação especial de isolamento exige a ação da marinha.<sup>101</sup>

A marinha chilena atuou também na fase de recuperação do país. Cerca de 2.800 militares, de todas as zonas navais no Chile, formaram a FT “Biobio” e prestaram ajuda à população da região da Baía de Concepção. A FT dedicou-se a distribuir alimentos, restaurar as condições básicas nos estabelecimentos de ensino e colaborar na construção de 1.700 moradias de emergência. E teve ainda o trabalho de remoção de escombros e do telhado do Mercado Central com vistas a recuperar a capacidade produtiva da comunidade de *Talcahuano*.

Apesar da importância desse trabalho, para Valenzuela, as FA devem manter o foco na segurança e defesa do país, suas principais missões, o que não exclui a participação em treinamentos para desastres a fim de estar pronta para contribuir na ajuda humanitária onde for necessário.

Nesse sentido, a marinha chilena adquiriu da França, em 2011, um navio de desembarque-doca (NDD), da classe *Foudre*, que recebeu o nome de *Sargento Aldea*. Por suas características, representou uma melhora na capacidade expedicionária do Chile, e também nos casos de emprego em assistência humanitária, principalmente por ter a bordo um hospital de 500m<sup>2</sup>, com 51 leitos e dois centros cirúrgicos.

---

<sup>101</sup> Disponível em: <[http://www.armada.cl/armada/la-armada/nuestra-contribucion-al-desarrollo/2014-04-28/164238.html#vtxt\\_cuerpo\\_T11](http://www.armada.cl/armada/la-armada/nuestra-contribucion-al-desarrollo/2014-04-28/164238.html#vtxt_cuerpo_T11)>. Acesso em: 31 jul. 2015.

#### 4 MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA

O Manual de Ajuda Humanitária para uma FTNMI aponta a logística como a alma de uma OpHum.

O centro do esforço principal para a realização de uma OpHum é, sem dúvida, a logística, ou seja, o planejamento e a execução dos planos devem priorizar os meios e atividades que minimizarão os problemas enfrentados pela população que sofre os efeitos das tragédias causadas, não só pela natureza, como também pelo homem (JID, 2013, p. 36).

Por analogia, o conceito e seus desdobramentos aplicam-se também às atividades benígnas realizadas em cooperação com a DC, dentro do território nacional. Para ambos os casos, a referência é o Manual de Logística da MB (EMA-400)<sup>102</sup>, que apresenta a logística como o instrumento para prover à MB dos meios e recursos de toda a natureza (pessoal, material e serviços), em quantidade e qualidade, no momento e no lugar adequados, e nas circunstâncias impostas por um plano de operações.

Para tal, o processo logístico de atendimento às demandas segue três etapas, denominadas fases básicas do ciclo logístico. Começa pela determinação das necessidades (o que é necessário, o quanto é necessário, quando e onde será necessário e o que é mais importante), passa pela obtenção (nada deve ser obtido se não tiver sido definido como necessário), e chega à distribuição (que envolve acumulação, transporte e entrega).

Esse processo envolve a execução de uma série de atividades agrupadas nas chamadas funções logísticas (saúde, recursos humanos, transporte, suprimento, manutenção, engenharia e salvamento). E a relevância de cada uma depende do tipo de operação executada. No emprego da MB em ajuda humanitária, algumas funções se sobressaem. É o caso, por exemplo, da função saúde<sup>103</sup>, que envolve a medicina operativa<sup>104</sup>, bem como, a medicina preventiva, que realiza, entre outras coisas, a

<sup>102</sup> As informações deste e dos próximos cinco parágrafos foram extraídas da publicação EMA-400 (BRASIL, 2003).

<sup>103</sup> Conjunto de atividades relacionadas com a conservação do pessoal, nas condições adequadas de aptidão física e psíquica, por intermédio de medidas sanitárias de prevenção e recuperação (BRASIL, 2003).

<sup>104</sup> Ramo da medicina militar cujo propósito é o de assistir o homem em operações em ambiente crítico ou de combate (BRASIL, 2003).

imunização das equipes de pronto emprego, que têm que estar com a vacinação em dia ao atuarem em locais de desastre, onde as condições sanitárias ficam comprometidas.

A função logística transporte<sup>105</sup> é ativada em diversas fases da OpHum, abrangendo as modalidades, as vias e as classes de transporte, além dos terminais, que são os pontos de origem e destino. Não menos importante, a Engenharia<sup>106</sup> engloba as atividades de: construção, montagem, conservação, ampliação, reforma, adequação, reparação, restauração, demolição, remoção, desobstrução e avaliação.

Outro ponto relevante é a função logística manutenção, considerada estratégica por estar diretamente ligada ao tempo de vida útil dos meios, que pode ser estendido por meio de programas de revitalização e modernização, desde que o esforço seja avaliado como viável nos âmbitos operacional, técnico e econômico. Funciona assim: a manutenção bem executada economiza recursos, porque reduz as necessidades de suprimento<sup>107</sup>, enquanto a manutenção inadequada implica aumento das necessidades de suprimento.

Por último, vale ressaltar o papel do apoio logístico móvel<sup>108</sup>, sobretudo nas OpHum, em razão das grandes distâncias envolvidas. Nesse caso, as estruturas são organizadas para atender determinado tipo de operação e, geralmente, são dissolvidas quando cessam os motivos da ativação. As vantagens do apoio móvel sobre o fixo são: a maior proximidade com a área de operações e meios, a maior flexibilidade conferida às operações e a contribuição para a maior permanência da Força Naval no mar, sem comprometer sua mobilidade. A maior desvantagem é a limitação de recursos disponibilizados aos meios apoiados.

---

<sup>105</sup> Conjunto de atividades que são executadas visando ao deslocamento de recursos humanos e materiais por diversos meios, em tempo e para os locais predeterminados, a fim de atender às necessidades.

<sup>106</sup> Conjunto de atividades executadas visando ao planejamento e à execução de obras e de serviços com o objetivo de obter e adequar a infraestrutura física e as instalações existentes às necessidades das forças e demais OM da MB.

<sup>107</sup> Conjunto de atividades que trata da previsão e provisão do material, de todas as classes, necessário às organizações e forças apoiadas.

<sup>108</sup> Modalidade de apoio logístico, cujo esforço principal é realizado por unidades móveis que levam esse apoio até a área de operações.

#### 4.1 MARINHA DO BRASIL EM APOIO À DEFESA CIVIL

No Brasil, o SINPDEC é responsável por planejar, articular e coordenar as ações de DC em todo o País. Coordenado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) do MI, o SINPDEC reúne órgãos e entidades da União responsáveis pelas ações de DC, e aqueles dos estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao sistema.

Para coordenar e integrar as ações do SINPDEC em todo o Brasil, a SEDEC mantém o CENAD, responsável por agilizar as ações de resposta, monitorar desastres, riscos e ameaças de maior prevalência, por isso é o CENAD que solicita o apoio das FA em casos de desastres, por meio do MD, que representa as FA no SINPDEC.

O MD é membro do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC, órgão de natureza consultiva, que propõe diretrizes para a política nacional de DC. O MD, dentro desse contexto, estabelece a seguinte missão para as FA:

Cooperar com os órgãos e entidades responsáveis pelas atividades relacionadas com a defesa civil, a fim de contribuir com as ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou atenuar os efeitos dos desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.<sup>109</sup>

Como visto no item 2.2.2.5 deste trabalho, a forma como essa colaboração acontece está prevista no Plano de Emprego das FA em casos de desastres. Basicamente, tudo começa quando um governo estadual ou municipal formaliza um pedido de apoio ao CENAD, com a declaração de situação de emergência<sup>110</sup> ou de estado de calamidade pública<sup>111</sup>. A partir daí, o CENAD repassa o pedido ao MD, que, em seguida, mobiliza as FA que prestarão o apoio solicitado e ativa, se julgar necessário, um Comando Conjunto da Operação que deve manter o MD informado diariamente, por meio do Centro de Operações Conjuntas (COC); a seguir, o MD, por meio do COC, disponibiliza representante para atuar em regime de plantão no CENAD,

<sup>109</sup> Diretriz nº. 4/2001, do Ministério da Defesa citada em BRASIL, 2012a.

<sup>110</sup> Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido (BRASIL, 2012a).

<sup>111</sup> Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido (BRASIL, 2012a).

além de designar outro representante para o Gabinete de Crise no cenário do desastre, sob a coordenação do Grupo de Apoio a Desastres (GADE). A última etapa é a cooperação em si, que se realiza até que seja possível executar a transição necessária para os órgãos estaduais e municipais, assim que restabeleçam suas capacidades de reação.

Diversamente, quando o apoio se dá em cooperação emergencial e ligação direta com os governos municipais ou estaduais, a OM mais próxima ao desastre poderá apoiar a DC local, dentro de suas possibilidades e seguindo o Plano de Contingência já preparado pelas FA para esses casos. Esse plano é posto em prática quando ocorre um desastre que compromete a capacidade dos governos de darem uma resposta urgente, para preservar a vida humana e evitar grave prejuízo material.

No âmbito da MB, cabe aos Distritos Navais (DN) a tarefa de preparar os planos de operação em apoio à DC, de acordo com as peculiaridades da região sob jurisdição de cada DN. Conforme é apresentado no organograma da MB<sup>112</sup>, são nove DN subordinados ao Comando de Operações Navais (ComOpNav), a quem cabe a execução das tarefas atribuídas à MB quando em apoio à DC:

Coordenar as ações de redução de danos (...) e as de salvamento de náufragos, apoiar as ações de DC com pessoal, material e meios de transporte e apoiar as ações de resposta a desastres, com os Navios de Assistência Hospitalar (NAsH), ocorridos na Amazônia, a fim de contribuir para a cooperação com os órgãos e entidades responsáveis pelas atividades relacionadas com a DC (BRASIL, 2012a, p. 3).

Para efeito deste trabalho, será considerado como exemplo o 1ºDN, que tem sob sua jurisdição os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Nesses estados, as ações a serem desenvolvidas pelas unidades da MB em cooperação com a DC são regulamentadas pelo Plano de Operação Defesa Civil do Com1ºDN<sup>113</sup>.

Segundo o documento, quando a OM é contactada por um órgão de DC para dar apoio às vítimas de uma calamidade, deve participar o ocorrido ao Com1ºDN, o mais rapidamente possível, com informação ao ComOpNav. De preferência, deverão constar da mensagem subsídios para que o Com1ºDN avalie e defina os meios e efetivos

---

<sup>112</sup> BRASIL, 2015c.

<sup>113</sup> BRASIL, 2012a.

necessários à composição de uma FT, podendo inclusive prever a incorporação de meios de outro DN, do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e do Comando-em-Chefe da Esquadra (ComemCh), o núcleo do PN brasileiro.

E então, se julgado conveniente e for autorizado pelo ComOpNav, o Com1ºDN ativa a FT, definindo os meios e efetivos, além do local e do horário da apresentação dos Grupamentos Tarefa (GT) no menor tempo possível, mesmo em caso de mobilização fora do expediente. Durante a ação, os GT acionados assumem as funções previstas no plano de operações do 1ºDN, da seguinte forma:

- o Grupamento de Apoio Marítimo é responsável por executar busca e salvamento marítimo (SAR), desobstruir áreas ao tráfego aquaviário, controlar a Área Marítima, a fim de impedir ou restringir o acesso de embarcações, efetuar remoção, triagem e EVAM de feridos e dar apoio logístico à DC;

- o GptOpFuzNav deverá estar em condições de: prontificar seus meios, em até 48h, de modo que possa deslocar-se por via rodoviária, marítima ou aérea; instalar e operar um HCamp; resgatar pessoal e transportar pessoal e material e apoiar o pouso de helicóptero; e

- enquanto isso, o Grupamento de Apoio Aéreo deverá estar em condições de ser empregado em busca e salvamento e em transporte de pessoal e material em apoio à DC; e de ser empregado em apoio aos outros GT.

O documento ressalta ainda que os recursos financeiros aplicados em caráter de despesa deverão ser ressarcidos. Contudo, não é tão simples. O Almirante-de-Esquadra Airton Teixeira Pinho Filho alerta para o fato que, quando os meios da MB são empregados em atividades subsidiárias, nem sempre os gastos têm sido ressarcidos em sua totalidade, e quando o são, não se leva em consideração a diminuição da vida útil dos meios em um emprego que não é a atividade-fim da Força.<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> FILHO, 2015.

#### 4.1.1 Atuações recentes

A forma de atuação da MB em apoio à DC mais frequente tem sido nas funções logísticas transporte e saúde. Sem a pretensão de esgotar o assunto, serão mostradas algumas participações, com destaque para o uso dos meios navais e aeronavais.

Em novembro de 2008, por exemplo, cerca de 60 cidades de Santa Catarina foram atingidas por chuvas. Uma das maiores enchentes da região causou 135 mortes e afetou mais de 1,5 milhão de pessoas. A principal região alagada foi o Vale do Rio Itajaí. Diante da gravidade dos acontecimentos, as FA foram acionadas e a MB entrou em ação atuando basicamente no transporte de doações.

O Navio-Rebocador “Tritão” foi o primeiro a atracar vindo do Rio Grande do Sul com 20t de doações (roupas, alimentos, remédios, colchões e 15 mil litros de água), além de 70 FN, que ajudaram na distribuição do material, e médicos, que atenderam em um ambulatório, montado nas proximidades do píer.<sup>115</sup> A Corveta “Imperial Marinheiro” atracou dias depois com 46t de doações vindas de Santos (SP), mesma origem de outras 50t de mantimentos embarcadas no Navio-Faroleiro “Almirante Graça Aranha”.<sup>116</sup>

Em dezembro desse mesmo ano, a MB atuou em ajuda às cidades do Norte Fluminense atingidas por enchentes. Foram empregados dois helicópteros, dez embarcações e quatro caminhões de 5t, apropriados para o trânsito em terrenos alagados. O apoio à DC foi no transporte de pessoal e material, além do resgate de pessoas.

Em dezembro de 2009<sup>117</sup>, foi a vez de a MB auxiliar nas operações de resgate de vítimas em Angra dos Reis (RJ), onde as chuvas fortes provocaram deslizamentos de encostas, deixando mais de 50 mortos no continente e em Ilha Grande.

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/qualidade-de-vida-sc/19,0,2314721,Navio-da-Marinha-leva-20-toneladas-de-doacoes-a-Itajai.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

<sup>116</sup> Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/menu\\_v/sinopse/2007/Complemento/Complementos%20antigos/complemento\\_04122008.htm](http://www.mar.mil.br/menu_v/sinopse/2007/Complemento/Complementos%20antigos/complemento_04122008.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/01/02/marinha-ajuda-a-defesa-civil-nas-operacoes-em-ilha-grande/>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

Cerca de 600 militares auxiliaram o trabalho da DC, prestando apoio logístico. Cinco embarcações trabalharam para organizar o tráfego aquaviário na região. No dia dois de janeiro de 2010, um navio-rebocador chegou ao local para auxiliar na remoção de entulhos e de vítimas na Ilha do Bananal, onde um deslizamento atingiu uma pousada e algumas casas, deixando pelo menos 20 mortos.

O ano de 2011 começou com o desastre na Região Serrana (RJ) que, pela magnitude dos impactos, será abordado no item 4.1.2. Mas, em março, as chuvas também causaram enchentes em São Lourenço do Sul e Turuçu, no Rio Grande do Sul. A MB auxiliou a DC na distribuição de alimentos, água e roupas. Foram deslocados para a região 25 FN pertencentes ao 5º DN, sediado em Rio Grande. A Força também utilizou o Navio-Patrolha “Benevente”, um helicóptero Esquilo, um caminhão, quatro botes e uma caminhonete no apoio às ações na região.<sup>118</sup>

Em dezembro de 2013, fortes chuvas atingiram o estado do Espírito Santo, deixando milhares de desabrigados e desalojados. Nesse caso, o diferencial da contribuição da MB foi a disponibilização do laboratório de medicamentos.<sup>119</sup>

Em fevereiro de 2014, a maior enchente no Rio Madeira afetou Porto Velho (RO) e municípios amazonenses que fazem fronteira com Rondônia. A MB atuou, por intermédio do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN), em ações de DC nos dois Estados. O Navio-Patrolha Fluvial “Amapá” prestou assistência à região alagada de Nazaré, com resgate de famílias afetadas pela cheia das águas; os Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) “Oswaldo Cruz” e “Soares de Meirelles” atracaram em Porto Velho e Humaitá (AM), respectivamente, para oferecer atendimentos médicos, hospitalares e laboratoriais, enquanto helicópteros foram utilizados para remoção de pessoas doentes ou ilhadas, em localidades de difícil acesso.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1MGbXFf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1MGc3N2>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

<sup>120</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1MA7nGS>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

#### 4.1.2 Atuação na Região Serrana do Rio de Janeiro

As enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro começaram na madrugada de 11 de janeiro de 2011 e, já no dia seguinte, o ComFFE havia mobilizado um destacamento avançado, que foi transportado à região em helicópteros da MB. O objetivo foi avaliar a situação e escolher o local para o posicionamento do HCamp, que acabou sendo instalado em área próxima ao prédio da Prefeitura de Nova Friburgo.<sup>121</sup>

Passado um dia, o ComFFE ativou um GptOpFuzNav, integrado por pessoal e meios pertencentes à Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM), Batalhão Logístico de FN, Unidade Médica Expedicionária da Marinha (UMEM), Batalhão de C2, Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea e o 2º Batalhão de Infantaria de FN.

No mesmo dia (13), partiu da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, em Duque de Caxias (RJ) – subordinada ao ComFFE, um comboio de seis ambulâncias e caminhões levando instalações hospitalares e material de apoio. A rapidez foi possível graças a uma das características apontadas por Phillips<sup>122</sup> como determinante para a eficiência da resposta militar a desastres: a prontificação dos efetivos.

A MB empregou dois tipos de aeronaves no apoio logístico: o helicóptero UH-14 Super Puma (do 2º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral) e o UH-12 Esquilo (do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral). As aeronaves transportaram gêneros para os locais mais distantes e, principalmente, as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros, da Força Nacional de Segurança e da DC, para auxiliar pessoas ilhadas ou em meio aos escombros.

---

<sup>121</sup> As informações deste item estão disponíveis em: <<http://bit.ly/1TTrMr2>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>122</sup> Assunto tratado no cap. 2, p. 22, deste trabalho.

Entre as viaturas terrestres, os caminhões UNIMOG<sup>123</sup> foram de grande valia nas operações de apoio. O diferencial da viatura é a altura considerável com relação ao chão, que permite adentrar terrenos cobertos de lama, sem atolar. Juntamente com os Land-Rover, esses meios foram empregados como apoio logístico de transporte para entrega de suprimentos (cestas básicas e água) onde o uso de aeronaves era inviável.

O HCamp realizou os primeiros atendimentos no dia 14, entrando em plena atividade no dia seguinte. A partir daí, funcionou durante 14 dias, sendo das 8h às 20h em pleno funcionamento e das 20h às 8h, com plantonistas por especialidade. Foram 2.205 atendimentos realizados por 68 profissionais da área de saúde. No efetivo médico: oito clínicos gerais, três ortopedistas, cinco cirurgiões, três pediatras e três anestesistas, além de profissionais de apoio. Voluntários pertencentes à Associação de Veteranos do CFN atuaram em serviços administrativos do HCamp.<sup>124</sup>

O suprimento de remédios da farmácia do HCamp também foi crucial no atendimento a centenas de doentes crônicos. Moradores que sofriam de diabetes, insuficiência renal, hipertensão, problemas cardíacos e até problemas emocionais só conseguiram a medicação graças ao fornecimento desses medicamentos<sup>125</sup> da MB.

## 4.2 A MARINHA DO BRASIL EM OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS

Conforme estudado no início deste capítulo, a efetividade das OpHum depende da conjugação de uma série de funções logísticas. E, como será visto a seguir, à exceção da ação no Haiti (na qual helicópteros brasileiros operaram a partir de um navio francês), a atuação da MB tem se resumido à instalação e operação do HCamp (Chile) e ao transporte de doações às áreas atingidas (Argentina e Cabo Verde).

---

<sup>123</sup> Sigla do alemão *Universal-Motor-Gerät*.

<sup>124</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1hLKYLD>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>125</sup> MEROLA; ARAÚJO, 2011, p. 10.

#### 4.2.1 Terremoto no Haiti

Desde 2004, as FA brasileiras vêm atuando no Haiti na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH<sup>126</sup>). Por isso, um contingente de cerca de 1.000 militares já estava naquele país em 12 de janeiro de 2010 quando ocorreu o terremoto que deixou cerca de 300 mil mortos na nação mais pobre do continente<sup>127</sup>.

Uma das primeiras ações da MB em socorro às vítimas foi uma operação conjunta, fruto de um acordo entre Brasil e Itália. Na ação, 74 voluntários brasileiros (63 militares e 11 civis) embarcaram no Porta-Aviões italiano *Cavour* para a missão, possibilitando que a equipe médica adiantasse a contribuição do Brasil no âmbito da função logística saúde.<sup>128</sup>

Também foram embarcados os helicópteros Super Puma e Esquilo, com uma equipe especializada em EVAM. As aeronaves da MB operaram em conjunto com as italianas em EVAM, transporte de pessoal e material, busca e resgate e apoio às tropas em terra. Os destacamentos aéreos da MB nesse momento somaram um total de onze oficiais e 36 praças, além de uma carga de cerca de 2,2 t.

Em paralelo, os brasileiros se mobilizaram na coleta de doações, que foram sendo levadas em aeronaves da FAB: do início da operação até 19 de janeiro de 2010, 18 voos realizaram o transporte prioritário das equipes e do material emergencial, cuja necessidade de rapidez e a natureza menos volumosa e mais leve indicavam o transporte aéreo como o mais apropriado. Mas, chegou o momento do transporte de material mais volumoso e pesado, e os navios anfíbios assumiram a função logística transporte.<sup>129</sup>

Primeiro, foi o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) “Almirante Saboia”, que partiu em 1º de fevereiro de 2010 e atracou em Porto Príncipe, em 18 de fevereiro. A bordo, cerca de 700t, entre gêneros não perecíveis, medicamentos

<sup>126</sup> Do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti*.

<sup>127</sup> COUTO; SOARES, 2013, p.168.

<sup>128</sup> Dados deste e do próximo parágrafo foram extraídos de: BRASIL, 2010b.

<sup>129</sup> Dados deste e dos próximos três parágrafos foram extraídos de: FILHO, 2011, p. 44-50; e de AJUDA, 2010, p. 5.

e material hospitalar para os desabrigados, além de viaturas, blindados e suprimentos, para as tropas brasileiras no Haiti. Havia ainda 257 militares, sendo 176 da tripulação do navio e mais 80 de diversos órgãos da MB e um Oficial do Exército Brasileiro (EB).

Dando sequência ao fluxo logístico humanitário, o NDCC “Garcia D’Ávila” suspendeu para o Haiti em 28 de fevereiro, levando a bordo cerca de 200t de material de ajuda humanitária, que embarcaram no Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE) e Fortaleza (CE). O navio transportou, também, cerca de 700t de material para o reabastecimento das tropas brasileiras: viaturas (caminhão, ambulância e blindado), 14 geradores de energia e munição.

De acordo com relatório da MB, de 29 de janeiro a oito de junho, os dois NDCC realizaram duas viagens ao Haiti cada um e transportaram juntos 1.087,893t de carga (viaturas, geradores, alimentos) para a tropa e 1.021,623t, para ajuda humanitária, sendo 6,2t de água doada pelo Suriname, perfazendo um total de 2.109,516t de carga. A carga para ajuda humanitária foi composta de 15 mil unidades de rações para 24 horas, 9.800 garrafas de água, 600 colchonetes de espuma, 60 barracas para dez pessoas cada uma, 106t de medicamentos, 26t de carne enlatada e 40 pallets<sup>130</sup> de roupas.

Tudo isso demonstra a importância dos navios anfíbios nesse tipo de operação, já que, em cenários de desastre, nem sempre há cais para atracação, ou guindastes para realizar o desembarque de carga. Nesses casos, os NDCC e, sobretudo, os NDD se destacam, pela capacidade de se aproximarem da praia e desembarcarem, em meios próprios, a ajuda necessária, como será visto no próximo capítulo.

#### **4.2.2 Terremoto no Chile**

Quarenta e sete dias separam a tragédia no Haiti do tremor que atingiu o Chile. Apesar de esse terremoto ter superado o do Haiti na escala Richter, o resultado foi diferente: “o Governo estava à frente da crise e os mortos somavam cerca de 500, o

---

<sup>130</sup> Estrados de madeira, metal ou plástico que são utilizados para movimentação de carga.

que bem refletia a experiência acumulada, com foco na prevenção”.<sup>131</sup>

Também a participação da MB na ajuda às vítimas foi distinta: atendendo à determinação presidencial, um GptOpFuzNav, com o Componente Médico (HCamp), foi enviado em socorro de emergência<sup>132</sup>. A unidade foi mobilizada em 48 horas e transportada ao local da catástrofe por aviões da FAB. Não chegou a ser enviado um destacamento precursor, conforme previsto no Manual de OpHum do GptOpFuzNav, o que trouxe dificuldades ao grupo.

Ao chegarmos ao Chile, soubemos que a ideia do governo local era que nós substituíssemos o atendimento de um hospital pediátrico que havia sido destruído pelo terremoto. Não havia pediatras brasileiros em número suficiente para essa missão. Estávamos preparados para socorrermos pessoas afetadas por um terremoto e não para substituírmos um hospital pediátrico.<sup>133</sup>

Apesar dos óbices iniciais, agravados pela inadequabilidade das barracas de campanha para o clima frio e pela deficiência nas comunicações (durante os primeiros três dias, só havia um telefone celular disponível), o HCamp foi instalado próximo a Santiago e, com seu efetivo de 102 militares da UMEM, sendo 48 da área de saúde da DSM, e 54 para apoio do Batalhão Logístico de FN, realizou mais de 12.000 atendimentos, em 41 dias de funcionamento<sup>134</sup>.

Segundo a imprensa chilena, a estrutura do HCamp chegou a ser elogiada.

O HCamp brasileiro é o que tinha a melhor estrutura. Inclusive, de acordo com o que foi divulgado pela imprensa, o fato de o nosso Hospital possuir a melhor estrutura foi determinante para as autoridades chilenas decidirem instalá-lo na capital, em substituição ao hospital chileno destruído pelo terremoto.<sup>135</sup>

Outro facilitador para os brasileiros foi a receptividade do povo chileno, satisfeito com o profissionalismo dos militares. “Havia preferência pelo atendimento dos médicos brasileiros e pela maneira impecável com que os FN trabalhavam na recepção de quem vinha até o Hospital, representando com dignidade a MB e o Brasil”.<sup>136</sup>

<sup>131</sup> COUTO; SOARES, 2013, p.168.

<sup>132</sup> HOSPITAL, 2010.

<sup>133</sup> ARAÚJO, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice A.

<sup>134</sup> FILHO, 2015b. Entrevista concedida ao autor. Apêndice B.

<sup>135</sup> CHEREM, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice C.

<sup>136</sup> *Ibidem*.

### 4.2.3 Enchentes na Argentina

Um temporal afetou as cidades argentinas de Buenos Aires e La Plata em abril de 2013. Foram mais de 50 mortos e muitos desabrigados. Em ajuda às vítimas, no dia nove de maio, o NDCC “Almirante Sábóia” saiu em missão do Rio de Janeiro na Comissão “Ajuda Humanitária à Argentina”. O destino foi a capital portenha, levando 19.600 *kits* compostos de colchões, travesseiros, cobertores, fronhas e lençóis, em um volume total de 5.028,965 m<sup>3</sup>.<sup>137</sup>

### 4.2.4 Erupção vulcânica em Cabo Verde

Em novembro de 2014, o vulcão localizado na ilha cabo-verdiana do Fogo, no continente africano, entrou em erupção e expeliu lava por 19 dias. Não houve vítimas fatais, mas milhares de pessoas ficaram desabrigadas. A lava destruiu os povoados Portela e Bangaeira, que ficam dentro da caldeira vulcânica da ilha do Fogo. Viviam na região cerca de 1.300 pessoas, que tiveram de ser deslocadas para outras regiões.<sup>138</sup>

Em socorro à população atingida, a tripulação da Fragata brasileira “União” (F-45), composta de cerca de 200 militares, distribuiu medicamentos, ração humana e barracas. O apoio ocorreu nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, quando o navio estava em trânsito para Beirute (Líbano), onde se incorporou à FT Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL<sup>139</sup>).

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/ndcc-almirante-saboia-parte-com-destino-a-buenos-aires/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>138</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/02/marinha-do-brasil-presta-ajuda-humanitaria-a-vitimas-de-vulcao-em-cabo-verde>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

<sup>139</sup> Do inglês, *United Nations Interim Force in Lebanon*.

## 5 CAPACIDADES E LIMITAÇÕES DA MARINHA DO BRASIL NA AJUDA HUMANITÁRIA

Redução, atenção e recuperação. Essas são as três fases do trabalho de ajuda humanitária de acordo com o "Plano para melhorar a Orientação e Aconselhamento da JID ao Sistema Interamericano em caso de Desastres"<sup>140</sup>. Neste capítulo, os propósitos são identificar as capacidades e limitações da MB nessas tarefas, bem como, realizar uma análise comparativa com o que foi apresentado sobre as marinhas britânica, norte-americana e, com maior detalhamento, a chilena.

Vale ressaltar que, como a ajuda humanitária está elencada entre as atividades subsidiárias das FA, o papel da MB é atuar em apoio a outras instituições. No caso de ações dentro do Brasil, normalmente, o trabalho é realizado em apoio à DC; no exterior, como a responsabilidade primária do socorro às vítimas é do Estado anfitrião, a MB atua sob a coordenação de organizações governamentais e não-governamentais e de organismos internacionais, como a ONU.

### 5.1 REDUÇÃO

Diante das forças da natureza e da vulnerabilidade das populações, os especialistas são unânimes em ressaltar a importância de se tentar prevenir os desastres. Quando não é possível, tenta-se mitigar riscos maiores, alertando as possíveis vítimas e estando preparados para dar uma resposta. Por isso, essa fase compreende as etapas de prevenção, mitigação, preparação e alerta dos desastres.

Pela natureza de suas atividades, a MB participa das etapas de preparação e alerta. Faz parte da preparação, por exemplo, a regulamentação dos procedimentos para o emprego da Força, por meio de manuais, cartas de instrução e planos de emprego e de

---

<sup>140</sup> Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2012/CP28390P.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

ação; além da aquisição dos recursos necessários e do aprestamento para realizar uma resposta adequada.

Essa fase está na ordem do dia da ONU desde a década de 90, período em que foram aprovadas iniciativas como a Estratégia de Yokohama e os Princípios Orientadores para Aumentar a Eficácia dos Alertas Precoces<sup>141</sup>. A intenção era incentivar o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce no campo das catástrofes naturais.

No caso dos tsunamis, por exemplo, o tema continua em discussão no âmbito da UNESCO<sup>142</sup>, tanto que o Grupo Intergovernamental de Coordenação do Sistema de Alerta sobre Tsunamis e outros Desastres Costeiros para o Caribe e Regiões Adjacentes solicitou<sup>143</sup> ao Brasil que indique o “Contato Nacional para Tsunami” e o “Ponto Focal para Alerta contra Tsunami”, isto é, instituições aptas a assumirem a responsabilidade de operar o Sistema de Alerta de Tsunami (SAT).

Tendo em vista essa solicitação, no ano passado, o Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), emitiu o Parecer nº. 19/2014<sup>144</sup> recomendando a escolha da SEDEC, como órgão central das ações de proteção e DC, como Contato Nacional de Tsunami, e do CENAD ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) como Ponto Focal para Alerta contra Tsunami.

Segundo esse documento, a indicação do CENAD se justifica porque, além de trabalhar ininterruptamente, o órgão dispõe de profissionais aptos a operar um sistema ou centro de alerta de tsunami e a oferecer consultoria e assessoria sobre o tema. O MCTI é uma opção por desenvolver serviços e rede de monitoramento nas áreas de sismologia e de gerenciamento de riscos e desastres naturais.

A conclusão do Parecer é que não existe, no âmbito da MB, instituição pronta a assumir a responsabilidade de operar o SAT, devido a limitações decorrentes da complexidade do assunto, que exige experiência em diversos ramos do conhecimento e a aquisição de equipamentos específicos.

---

<sup>141</sup> Assunto tratado no item 2.1.1, p. 26-27 deste trabalho.

<sup>142</sup> Organização educacional, científica e cultural das Nações Unidas.

<sup>143</sup> BRASIL, 2014a.

<sup>144</sup> *Ibidem*.

O Serviço Meteorológico Marinho (SMM) não dispõe de geólogos ou geofísicos nem opera modelos de previsão de tsunamis e de inundação e software de gerenciamento de risco e nem possui *expertise* em monitoramento de abalos sísmicos e em detecção de tsunamis (BRASIL, 2014a, p. 7).

Nos estudos realizados<sup>145</sup>, a Armada do Chile é um exemplo de marinha que assumiu essa responsabilidade, pois opera o Sistema Nacional de Alarme de Maremotos, enquanto nos EUA, essa tarefa é do Centro de Nacional de Alerta de Tsunami, ligado à agência Administração Oceânica e Atmosférica Nacional. No caso brasileiro, o Parecer adverte que, a indicação da MB traria um impacto negativo às atividades dos serviços meteorológico marinho e hidrográfico, sendo necessários o aporte de recursos e a contratação de pessoal especializado.

Atualmente, o CHM opera o SMM, com a capacidade de produzir e divulgar informações relativas à meteorologia, por meio de boletins chamados Meteoromarinha. São informes emitidos duas vezes por dia com o resumo da situação atmosférica e a previsão do tempo válida para 24 e 48 horas, para as áreas costeiras e oceânicas, fornecendo informações de fenômenos de tempo significativos, ventos predominantes, ondas e visibilidade. Os boletins também emitem os Avisos de Mau Tempo.

Aviso de Mau Tempo é uma mensagem emitida com a máxima antecedência possível, quando houver previsão de [...]: vento com Força 7 ou superior [...], para as áreas costeiras, e com Força 8 ou superior para as áreas oceânicas; ondas com altura [...] de 3 metros ou superior, para as áreas costeiras, e de 4 metros ou superior para as áreas oceânicas; visibilidade restrita, ou seja, abaixo de 1 km; ondas com altura significativa de 2,5 metros ou superior atingindo a costa (ressaca); e a formação potencial de um Ciclone Subtropical ou qualquer sistema anômalo de baixa pressão intenso.<sup>146</sup>

As informações produzidas pelo SMM são disseminadas via satélite (Inmarsat), rádio, Internet, telefone e fax. Esses canais de comunicação da MB já são conhecidos pela população, e servem de base, inclusive, para a previsão meteorológica divulgada pelos meios de comunicação social. Por esse motivo, visualiza-se como possível contribuição da MB, o aproveitamento desses canais, a ser estudado, para divulgar também as informações oriundas do SAT, independente do órgão que assuma sua operação no Brasil.

<sup>145</sup> Assunto tratado no capítulo três deste trabalho.

<sup>146</sup> Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/downloads/normam/normam\\_19.pdf](https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/downloads/normam/normam_19.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2015.

## 5.2 ATENÇÃO

A fase compreende as medidas empreendidas para minimizar os impactos de desastre, utilizando os recursos disponíveis e os procedimentos adequados a dar uma resposta satisfatória às vítimas, principalmente salvando vidas. Trata-se, conforme já visto, de uma operação logística de grandes proporções e, neste estudo, terão destaque o C2 e as funções logísticas transporte e saúde, que englobam as principais tarefas em que a MB tem sido demandada a atuar na ajuda humanitária.

O papel do componente de C2 destaca-se, sobretudo, diante da relevância de atender às demandas de coordenação entre as atividades militares e as ações desenvolvidas pelos demais atores (agências de organismos internacionais, de ONG e de órgãos de DC). Nesse momento, a organização e o emprego de comunicações e de inteligência são facilitadores das demais funções logísticas, otimizando sua execução.

No caso das OpHum, o C2 pode ser instalado no mar, em navio que esteja próximo à área do desastre, o que facilita a integração com o contingente operativo e com as demais equipes envolvidas nessa operação. Foi o que aconteceu com o navio britânico *Chatam*<sup>147</sup>, que se constituiu como base para o C2 da operação e para a equipe de reconhecimento. O mesmo aconteceu com o *USS Bataan*<sup>148</sup> que, durante o socorro às vítimas do Katrina, esteve à frente de 17 navios. A atuação da marinha chilena, em fevereiro de 2010, nas ações de resposta ao terremoto é outro exemplo.

No âmbito da MB, o componente de C2 está presente tanto nos navios, como nos GptOpFuzNav, coordenando a emissão de ordens e diretrizes e a obtenção de informações sobre a situação, viabilizando o cumprimento da missão designada.

Um dos elementos essenciais para o componente C2 é a comunicação. E quando esse elemento falha, fica comprometida a emissão de ordens e diretrizes e a

---

<sup>147</sup> Assunto tratado no item 3.1 deste trabalho.

<sup>148</sup> Assunto tratado no item 3.2 deste trabalho.

obtenção de informações sobre a evolução da situação e das ações empreendidas. Durante a atuação brasileira no Chile, em 2010<sup>149</sup>, a situação foi contornada assim:

Até o 3º dia o único telefone disponível era o celular funcional do Comandante do GptOpFuzNav. A partir do 4º dia, foi concedido pelas autoridades locais um telefone fixo sem restrições de uso, inclusive para chamada internacional. Para os militares, o GptOpFuzNav alugou dez telefones móveis, sem restrições em Santiago. Com esse serviço foi possível estabelecer as comunicações entre as diversas equipes formadas para os serviços de atendimento à população, bem como para falar com os representantes dos órgãos locais. Uma medida para contribuir com a solução desse óbice é o emprego de telefones satelitais.<sup>150</sup>

E o MD possui o Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), capaz de dar o suporte necessário para o estabelecimento de ligações de voz, dados e imagens que garantam o fluxo de informações em tempo real. O sistema permite a interligação e a interoperabilidade entre os centros de C2, com capacidade de redundância e disponibilização de bancos de dados.

Para garantir a adequação às múltiplas unidades operativas e missões, são diversas as formas de apresentação dos terminais satelitais do SISCOMIS: portáteis, leves, transportáveis, rebocáveis, fixos, veiculares, móveis navais, móveis aeronáuticos e móveis submarinos. Por exemplo, o documento “Orientações para uso da capacidade satelital do SISCOMIS”<sup>151</sup> sugere que os GptOpFuzNav sejam o emprego principal dos terminais leves, transportáveis e veiculares e os navios de guerra, dos móveis navais.

### 5.2.1 Transporte

O transporte é primordial em uma OpHum ou em cooperação com a DC, viabilizando a disponibilização de muitos recursos logísticos. É o que acontece quando meios navais e aeronavais fazem chegar doações (suprimentos) e militares (pessoal) ao local da ajuda. As principais capacidades e limitações da MB para exercer essa função logística serão expostas a seguir.

<sup>149</sup> Assunto tratado no item 4.2.2 deste trabalho.

<sup>150</sup> PEIXOTO, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice D.

<sup>151</sup> BRASIL, 2014c.

### 5.2.1.1 Meios Navais

A MB possui diversos tipos de navios, que vão desde submarinos até um navio-aeródromo. Nem todos apresentam características que os qualificam para o emprego em OpHum, e nem deveria ser assim, afinal a ajuda humanitária não é a atividade-fim da MB. Entretanto, alguns desses meios, por suas capacidades, podem ter essa destinação, conforme visto nas ações realizadas em ajuda humanitária pela MB e pelas marinhas britânica, norte-americana e chilena.

Como exemplo, no capítulo três deste trabalho, foi relatado o emprego dos porta-aviões norte-americanos *USS Abraham Lincoln* e *USS Carl Vinson*, na Indonésia e no Haiti, respectivamente, sobretudo em razão da grande capacidade de C2 e de operar com helicópteros. No âmbito da MB, o NAE “São Paulo” possui, dentre outras, a capacidade de C2, além de caracterizar-se como uma excelente plataforma de helicópteros, com capacidade para operar com todas as aeronaves da MB. Entretanto, o meio encontra-se indisponível, à espera de modernização. A MB está estudando o assunto, levantando escopo e prazos, a fim de embasar a decisão sobre o futuro do NAE.

Nesse contexto, os meios existentes, com maior capacidade em se tratando de assistência humanitária, são os navios anfíbios, cujas características facultam a projeção de meios de FN, realizando um conjugado anfíbio<sup>152</sup>. Atualmente, a MB conta com o NDD “Ceará”, e três NDCC (“Mattoso Maia”, “Garcia D’Ávila” e “Almirante Saboia”).<sup>153</sup>

O NDD “Ceará” foi incorporado à *US Navy* em 1956 e começou a operar no Brasil em 1989. Além da tripulação (223 militares), pode acomodar 340 FN, três EDCG (Embarcações de Desembarque de Carga Geral) e seis EDVM (Embarcações de Desembarque de Viaturas e Material), ou, alternativamente, 50 viaturas anfíbias na doca e mais 30 no convés. O amplo convoo na popa pode receber todos os tipos de helicópteros

<sup>152</sup> GptOpFuzNav embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados.

<sup>153</sup> Dados deste e dos próximos sete parágrafos foram extraídos de CARNEIRO, 2015.

da MB. Atualmente, encontra-se em reparos na Base Naval de Val-de-Cães, em Belém (PA), após uma avaria no sistema de propulsão<sup>154</sup>, nas proximidades da Guiana Francesa a caminho de Porto Príncipe (Haiti), onde desembarcaria material logístico.

Em razão do ocorrido, outro navio anfíbio da MB, o NDCC “Almirante Saboia”, assumiu a Comissão Haiti XXI. O “Almirante Saboia” foi lançado ao mar pela marinha britânica em 1965. Seu convés de voo, na popa, pode operar qualquer tipo de helicóptero em dotação na MB; a meia nau possui também uma área que pode funcionar como convoo para receber helicópteros de menor porte, como o Esquilo. É equipado com portas na proa e na popa, permitindo o fácil embarque e desembarque de viaturas.

Sua tripulação é de 65 militares e pode embarcar 340 FN (ou até 534 em configuração de alta densidade), 18 carros de combate pesados e 34 outras viaturas. Pode transportar até 20 helicópteros, sendo 11 no convés de viaturas e nove no convés superior. Seus três guindastes têm capacidade para 25t (à frente da superestrutura) e 4,5t (na proa, um em cada bordo). Nos costados, pode transportar pontões de desembarque.

O NDCC “Mattoso Maia” esteve em atividade nos EUA de 1970 a 1994, quando veio para o Brasil. Tripulado por 267 militares, pode transportar 351 FN e, internamente, possui uma garagem de 1.765 m<sup>2</sup> para viaturas ou carga. O embarque é feito por meio de uma porta de popa. A garagem possui duas plataformas rotativas (uma na proa e outra na popa) com capacidade de 75t, que facilitam as manobras internas e o posicionamento das viaturas ou da carga. Internamente, pode transportar cerca de 2.000t de carga, ou até 23 CLAnf (Carros-Lagarta Anfíbio) ou, alternativamente, 41 caminhões de 2,5t. No convés superior, pode ainda receber mais 29 caminhões de 2,5t.

Após chegar à praia, a rampa dianteira de alumínio de 34m de comprimento é lançada para permitir o acesso à terra. A seguir, os veículos armazenados na garagem sobem uma rampa interna e depois saem pela rampa dianteira. O convés de voo, na popa, tem 242m<sup>2</sup> e pode operar com todos os helicópteros do inventário da MB.

---

<sup>154</sup> Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/05/14/ndd-ceara-atraca-na-base-naval-de-val-de-caes-em-belem-pa/>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

O NDCC “Garcia D’Ávila” é o mais novo dos quatro. Foi lançado ao mar em 1986 e dispõe de rampas na proa e na popa, um guindaste de 25t e dois de 8t. Possui um elevador com capacidade de 20t que liga o convés de viaturas (onde há dois guindastes móveis de 20t) ao principal. O convoo pode operar todos os tipos de aeronaves de asa rotativa da MB; além de outra área que pode, eventualmente, receber helicópteros. Guarnecido originalmente por 49 militares, pode transportar 343 FN (ou até 537 em configuração de alta densidade), além de 16 carros de combate pesados ou quantidades variadas de outros veículos.

Após conhecer um pouco mais os navios anfíbios da MB, nota-se que sua idade média ultrapassa os 46 anos – mesmo o mais novo deles está prestes a completar 30 anos. Um fator que dificulta e eleva os custos de manutenção e que, somado à falta de investimentos, culmina em problemas, como o que ocorreu com o NDD “Ceará”. Um sinal de que os navios empregados nessa tarefa chegaram a um quadro de esgotamento.

O próprio Ministro da Defesa, Jaques Wagner, expôs a gravidade da situação ao assinar, em junho deste ano, a Portaria 1.350, determinando que a MB contrate o transporte de 972 militares que farão o rodízio com os que estão na MINUSTAH. Na fundamentação do documento, o problema fica claro:

[...] considerando a indisponibilidade de meios orgânicos das Forças Singulares em quantitativos e capacidades suficientes para o transporte integral dos militares e do material necessário, no período supramencionado, bem como o elevado custo de suas manutenções, justificando a necessidade de contratação de aeronaves para a rotação da tropa brasileira (BRASIL, 2015d).

#### 5.2.1.2 Meios Aeronavais

Como visto no capítulo quatro, os helicópteros da MB podem ser utilizados em tarefas essenciais à ajuda humanitária, como: reconhecimento aéreo, transporte de tropas e de carga, SAR, além de resgate e transporte de doentes e feridos nas áreas de difícil acesso (EVAM).

Para atuar em operações dessa natureza, a opção mais usual são os helicópteros classificados como de emprego geral e que, como a própria classificação já diz, podem ser empregados em um amplo espectro de tarefas. Suas capacidades se enquadram nas principais demandas nas ações de ajuda humanitária.

É o caso dos helicópteros Esquilo Mono-Turbina (UH-12) e Bi-Turbina (UH-13), que têm capacidade para transportar o piloto e mais cinco ou seis passageiros, além de cerca de uma tonelada de carga no gancho<sup>155</sup>. Os helicópteros Super Puma (UH-14)<sup>156</sup> da MB carregam até 20 militares, além da tripulação básica (dois pilotos, um mecânico de voo e um fiel). A capacidade de carga externa é de até três toneladas.

Os cinco Super Cougar (UH-15) já entregues à MB<sup>157</sup> representam uma parcela do total de 16, que têm previsão de entrega até 2019<sup>158</sup>, com capacidade de realizar missões de esclarecimento, SAR, apoio a Operações Anfíbias. Pode transportar dois tripulantes e até 29 militares equipados<sup>159</sup>. Sua capacidade de carga é de 5,7t e a autonomia de voo chega a cinco horas<sup>160</sup>.

## 5.2.2 Saúde

A operação na Região Serrana foi a primeira comissão operativa da UMEM, oficialmente ativada em dez de junho de 2010. A OM, destinada à medicina de combate, é apoiada pela Base de FN da Ilha das Flores e é diretamente subordinada ao Comando da Tropa de Reforço<sup>161</sup> e possui ainda subordinação técnica ao CMOpM.

Quando é necessário ativar o HCamp, cabe ao CMOpM: participar do planejamento das ações de saúde, fazendo parte do Estado-Maior da missão; solicitar

<sup>155</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1Njp5Ae>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>156</sup> Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/ehu-2/htm/aeronave.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1PlnuYi>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>158</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1E4rXhc>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>159</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1hLOENs>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

<sup>160</sup> AS NOVAS, 2014.

<sup>161</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/1TTrMr2>>. Acesso em 03 ago. 2015.

recursos humanos e de material à DSM; orientar as ações de rotina do HCamp; e assessorar a DSM quanto à condução dos trabalhos.<sup>162</sup>

A missão primária da UMEM é prestar apoio de saúde às operações dos GptOpFuzNav, inclusive mobiliando o HCamp, e também montar e nuclear uma Unidade Médica Nível Dois (UMND), por ocasião de Operações de Paz e humanitárias e outras operações, sob demanda da Administração Naval. Daí a relevância de se conhecer as capacidades e limitações dessas estruturas da MB.

#### 5.2.2.1 Hospital de Campanha

Como visto ao longo deste trabalho, quando o assunto é a função logística Saúde na ajuda humanitária, dentro e fora do País, a MB tem participado com a instalação do HCamp – “uma estrutura especial adequada a cada missão, hierarquizada, inserida em uma Cadeia de C2, com a tarefa de realizar triagem, tratamento, estabilização do quadro clínico e remoção de pacientes graves para um hospital de apoio”.<sup>163</sup>

Inicialmente planejados para apoiar as tropas em ação, os HCamp vêm sendo adaptados para o emprego cada vez mais frequente em cenários pós-desastre. O conceito é torná-lo mais flexível, facilitando a adaptação às peculiaridades da missão a qual se destina, inclusive quanto ao quantitativo e especialização do pessoal envolvido.

A versatilidade do HCamp permite que seja montado de acordo com as características da cena do desastre: a população a ser atendida; a necessidade de dias de operação com autonomia; a possibilidade de reabastecimento e recebimento de reforços, se necessário; o GptOpFuzNav a que vai estar integrado, considerando, portanto, o apoio de segurança, rancho, alojamento, água e energia elétrica; e a possibilidade de substituição das barracas por algum tipo de edificação existente na área atingida.

---

<sup>162</sup> BRASIL, 2011.

<sup>163</sup> As informações deste e dos próximos dois parágrafos foram extraídas de BRASIL, 2011.

O Diretor do CMOpM, o CA (Md) Cãnfora, explica que a Marinha conta com uma Equipe de Pronto Emprego (EPE), nomeada por portaria da DSM, para atuar no HCamp, destinado às ações de saúde em Missões Operativas, Operações de Paz, situações de desastres e de apoio humanitário. O pessoal deve estar em condições de embarcar em até 24 horas após a ativação.<sup>164</sup>

Atualmente, o HCamp da MB tem 11 barracas com sistemas elétrico, hidráulico e de ar condicionado, conforme pode ser visto no APÊNDICE F<sup>165</sup>. Uma estrutura que vem atendendo às demandas, embora tenha limitações. Segundo o Diretor da UMEM, o Capitão-de-Fragata (Md) Ricciardi<sup>166</sup>, as barracas encontram-se desgastadas, devido às sucessivas montagens desde 2009. E ainda: falta padronização dos equipamentos de saúde (material sensível), que, em sua grande maioria, são inadequados à atividade operativa. Faltam também *cases* que permitam acondicionamento, armazenamento e transporte adequados desses equipamentos.

Além das restrições no equipamento, o diretor avalia que a UMEM tem limitações de efetivo, devido ao reduzido quantitativo de pessoal para fazer frente aos diversos apoios, atividades assistenciais, funções administrativas e manutenção do equipamento (faltam materiais adequados para manutenção, lavagem e secagem).

De acordo com Ricciardi, para ampliar a capacidade de atendimento da MB, existe um projeto de aquisição de uma nova estrutura de HCamp, que passará a ter 14 barracas. Outra perspectiva, dessa vez anunciada pelo Diretor do CMOpM, CA (Md) Cãnfora, é que o MD pretende adquirir um HCamp para as FA, que ficará localizado no futuro Centro de Medicina Operativa das FA, a fim de possibilitar o treinamento dos militares. O Centro deverá ser instalado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pois há recursos humanos consideráveis das três Forças na área.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> MIES, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice E.

<sup>165</sup> Quadros descritivas do Hospital de Campanha da MB. Apêndice F.

<sup>166</sup> RICCIARDI, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice G.

<sup>167</sup> MIES, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice E.

### 5.2.2.2 Unidade Médica Nível Dois

Como signatário do *United Nations Standby Arrangements System* (UNSAS) – sistema de pronto emprego idealizado pela ONU para assegurar uma atuação rápida de suas forças de manutenção da paz –, o Brasil se comprometeu a colocar à disposição uma Instalação de Saúde Nível 2 que, na MB, é denominada Unidade Médica Nível Dois (UMND), atendendo aos requisitos e características estabelecidos pela ONU.<sup>168</sup>

Por conta dessa decisão, em novembro de 2009, a MB adquiriu um HCamp de estrutura híbrida, composto por 23 módulos, com as características para sediar uma Instalação de Saúde Nível 2 da ONU, além de um contêiner adicional, para o serviço de radiologia. Desde então, a DSM determinou que a UMEM seja a fiel depositária da estrutura da UMND, com a seguinte configuração:

- a) 15 (quinze) barracas;
- b) 04 (quatro) contêineres expansíveis para: emergência, centro cirúrgico, unidade de terapia intensiva e unidade de recuperação pós-anestésica;
- c) 04 (quatro) contêineres rígidos expansíveis, sendo 01 (uma) unidade destinada à cozinha, com capacidade de confeccionar rancho para até 50 (cinquenta) pessoas e 03 (três) unidades para sanitários, com instalação masculina e feminina independentes; e
- d) 01 (um) contêiner rígido expansível para radiologia.<sup>169</sup>

Com essa estrutura, a unidade tem a capacidade máxima diária de realizar 40 atendimentos ambulatoriais e quatro cirurgias, oferecer dez tratamentos dentários, realizar dez radiografias e 20 exames laboratoriais por dia e manter até 20 pacientes internados por até sete dias cada, possuir medicamentos e suprimentos para 60 dias.

As limitações da UMND são a robustez da estrutura, que demanda uma maior capacidade de transporte se comparada ao HCamp, como também, o maior tempo demandado na montagem (30 dias), comprometendo a urgência dos atendimentos.

Em caso de necessidade, e desde que autorizado pela DSM, a UMND ou parte de sua estrutura poderá vir a ser empregada também dentro do País.

<sup>168</sup> As informações deste item foram extraídas do APÊNDICE G.

<sup>169</sup> RICCIARDI, 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice G.

### 5.2.2.3 Navios de Assistência Hospitalar

Navios da esperança – é assim que a população da região Amazônica e do Pantanal Matogrossense chama os NAsH que, periodicamente, realizam as ASSHOP. Acontece que, diferentemente da ajuda humanitária abordada neste trabalho, a motivação para a atuação dos NAsH não é um desastre natural ou provocado pelo homem; as pessoas atendidas nesse caso convivem com a permanente ausência dos serviços básicos, exatamente como ficam, provisoriamente, as vítimas de desastres.

Nas ASSHOP, os militares representam o Poder Público se aproximando das populações ribeirinhas. O efeito prático é a formação de laços de confiança, o que pode auxiliar no caso de ajuda humanitária por motivo de desastres, como as cheias e as secas que, no caso da Amazônia e do Pantanal Matogrossense, são recorrentes.

Os NAsH “Oswaldo Cruz” e “Carlos Chagas” foram incorporados à MB em 1984. Por serem da mesma classe, possuem idênticas capacidades operacionais (duas lanchas e um helicóptero) e hospitalares (sala de cirurgia, duas enfermarias, dois ambulatórios, laboratório, sala de raios X, dois gabinetes odontológicos e farmácia).<sup>170</sup>

Incorporado à MB em 2000, o NAsH “Dr. Montenegro” tem duas lanchas. Como capacidades hospitalares, possui: UTI, sala de cirurgia, três consultórios (clínico, ginecológico/obstétrico e pediátrico), dois gabinetes odontológicos, laboratório, sala de coleta, farmácia, sala de raios X, sala de emergência, posto de enfermagem, duas enfermarias, depósito de medicamentos, lavanderia hospitalar e central de esterilização.

O NAsH “Soares de Meirelles”, incorporado em 2010, conta com consultórios médico e odontológico e farmácia. Assim que houver disponibilidade orçamentária, será realizada a segunda fase de conversão, que prevê a construção de

---

<sup>170</sup> As informações deste e do próximo parágrafo estão disponíveis em: <<https://www.mar.mil.br/asshop/navios.htm>>. Acesso em 4 ago. 2015.

convoo e conclusão da área hospitalar, acrescentando sala de vacinação e de raios X, centro cirúrgico, enfermaria e laboratório de análises às capacidades da embarcação.<sup>171</sup>

O “Tenente Maximiliano” é o mais novo dos cinco NAsH e o único que atua no 6º DN. É também o menor deles, enquanto os demais têm um deslocamento médio de 300t, o dele é de somente 160t. Ele também destoa no comprimento: mede 31m, enquanto a média dos outros quatro é de 50m. Foi incorporado em 2010, e possui centro cirúrgico, enfermaria, sala de esterilização, sala de expurgo<sup>172</sup>, farmácia, laboratório, consultório médico, consultórios odontológicos e sala de raios X.<sup>173</sup>

Como visto, os NAsH “Dr. Montenegro”, “Soares de Meirelles” e “Tenente Maximiliano” não operam com aeronaves, o que significa uma limitação, sobretudo para realizar EVAM. No sentido de superar essa limitação, o Plano de Articulação e Equipamento da MB (PAEMB) prevê que os cinco NAsH para a Região Amazônica tenham convoo, assim como o NAsH para o Pantanal.<sup>174</sup>

### 5.3 RECUPERAÇÃO

A fase inclui as atividades desenvolvidas depois que o desastre acontece, não mais com caráter emergencial, mas com vistas a restabelecer os serviços indispensáveis à comunidade (reabilitação), e a reparar a infraestrutura afetada, restaurando o sistema de produção (reconstrução).<sup>175</sup>

Diferentemente do EB, que tem a execução de obras de engenharia como atribuição subsidiária prevista no LBDN<sup>176</sup>, a MB, pela própria natureza das atividades que desenvolve, tem uma participação limitada nessa fase. Mas, quando é demandada, coloca à disposição o Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais (BtlEngFuzNav).

<sup>171</sup> Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2011/12/22/primeira-viagem-do-nash-soares-de-meirelles-u-21/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

<sup>172</sup> Ambiente destinado à limpeza, desinfecção e guarda dos materiais e roupas utilizadas na assistência ao paciente e também pode ser utilizado para a guarda temporária de resíduos.

<sup>173</sup> Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2009/03/20/nash-tenente-maximiliano/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

<sup>174</sup> Disponível em: <<http://www.planobrazil.com/navio/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

<sup>175</sup> JID, 2012.

<sup>176</sup> BRASIL, 2012c, p. 173.

Um exemplo foi a atuação do BtlEngFuzNav nas enchentes de janeiro de 2011 na Região Serrana. Um destacamento – composto por um grupo de pioneiros, um trator escavocarregador, motosserras e ferramental de sapa (ferramentas portáteis de terraplanagem e de corte) – atuou na desobstrução de vias e no corte de árvores que representavam perigo para a população.<sup>177</sup>

A capacidade de terraplanagem e desobstrução de vias é a mais comum de ser empregada em situações pós-desastre. Incluindo a preparação de canteiros de trabalho, o resgate de pessoas soterradas, a remoção de escombros, a melhoria de estradas e outros movimentos de terra oriundos de deslizamentos ou terremotos.

O reparo de pontes é útil no apoio a áreas isoladas. Quando é necessária uma estrutura temporária para transpor cursos d'água, são utilizadas Embarcações de Desembarque Pneumáticas orgânicas, Passadeira de Alumínio e Portada Tática Leve Castor (espécie de ponte móvel). A limitação é que esses equipamentos não podem ser utilizados em rios com grande fluxo de água, pedras, ou profundidade menor do que um metro.

O BtlEngFuzNav também tem a capacidade de reconhecer fontes d'água a ser tratada nas regiões afetadas por calamidades e de tratar e produzir água potável com o uso de filtros, desde que a água não esteja contaminada.

#### 5.4 ANÁLISE COMPARATIVA

É inquestionável o fato de que os EUA detêm a hegemonia militar mundial. E, exatamente por isso, não seria razoável usar as capacidades da *US Navy* como parâmetros para confrontar as capacidades da MB. E, mesmo assim, quando se trata de ajuda humanitária, há pontos comuns. Um exemplo são as semelhanças entre a MEU e o GptOpFuzNav. Trata-se de unidades de reação rápida, prontas para responder a crises. São formadas sob demanda para cumprir tarefas específicas. Geralmente, são constituídas por componentes de comando, de combate (terrestre e aéreo) e de apoio

---

<sup>177</sup> As informações do item 5.3 foram extraídas do APÊNDICE H.

logístico. No caso brasileiro, normalmente, é incluído o componente médico (HCamp). Concluídas as tarefas, os efetivos retornam às suas OM de origem.

No uso da Força Naval em ajuda humanitária, a própria *US Navy* privilegia o emprego de navios anfíbios, apesar de contar com amplas opções para essa tarefa, como: Navios de Combate do Litoral, Navios Combinados de Alta Velocidade, Bases Flutuantes Avançadas de Preparação, navios de Comando de Transporte Marítimo Militar, plataformas da Guarda Costeira e navios-hospital.<sup>178</sup> Dentre esses tipos de meios empregados pela *US Navy*, a MB só possui navios anfíbios, inclusive, dois deles são de origem norte-americana (o NDD “Ceará” e o NDCC “Matoso Maia”). Quanto ao navio-hospital, sua aquisição está prevista no PAEMB, entretanto, com baixa prioridade.

O Reino Unido, à frente da *Commonwealth of Nations*<sup>179</sup> e com forte tradição marítima, também possui uma marinha com capacidade de atuar globalmente, inclusive na ajuda humanitária. Capacidade essa que está prestes a se ampliar com o recém-construído Porta-Aviões *Queen Elizabeth*, que deve fazer testes no mar em 2016.

Conforme visto, os navios previstos na doutrina marítima britânica para atuar nessa tarefa pertencem à RFA, que possui três navios anfíbios e 16 navios de apoio logístico. Além desses, a *Royal Navy* conta ainda com outros três navios anfíbios e mais dez navios de apoio logístico que, por suas características, também podem ser empregados nessa atividade benigna.<sup>180</sup>

Atualmente, na MB, o principal meio que vem sendo utilizado nas ações de ajuda humanitária é o NDCC “Almirante Saboia”, originário da RFA, da mesma forma que o NDCC “Garcia D’Ávila”. A MB não possui navios de apoio logístico, estando prevista no PAEMB a obtenção de três Navios-Transporte de Apoio (NTrA).<sup>181</sup>

Com relação ao Chile, por estar localizado na borda de uma placa tectônica e possuir uma extensa costa, o país tem muitos motivos para se preocupar com a

<sup>178</sup> ESTADOS UNIDOS, 2015b.

<sup>179</sup> Organização intergovernamental composta por 53 países membros independentes.

<sup>180</sup> Disponível em: <<https://janes.ihs.com/CustomPages/Janes/DisplayPage.aspx?DocType=Reference&ItemId=+++1322787&Pubabbrev=JWNA>>. Acesso em: 18 ago. 2015

<sup>181</sup> SILVA, 2014.

ocorrência de desastres e para investir em uma marinha com amplas capacidades navais. Nesse ponto, como o objetivo é estabelecer um paralelo na atuação em ajuda humanitária, serão apresentados os navios da Armada do Chile que possuem capacidade de desembarcar tropas e material em terra, que são quatro, como no caso da MB.

Há dois NDCC, o *Roncagua* e o *Chacabuco*, o pequeno Navio-Transporte *Aquiles* – os três construídos localmente pelo estaleiro ASMAR –, e o maior deles, o NDD *Sargento Aldea*, adquirido da França em 2011. Os dois NDCC foram construídos segundo os planos da classe francesa *Batral* e revitalizados em 2002-2003. Guarnecidos por uma tripulação de 57 militares, transportam até 180 soldados e 350t de carga. A porta de proa (cuja rampa suporta cargas de 40t) dá acesso ao interior do navio e viaturas podem ser armazenadas na parte interna ou no convés.

O Navio-Transporte *Aquiles* é guarnecido por 80 homens. Internamente, acomoda até 250 militares e pode, rapidamente, ser convertido para emprego como navio-hospital. Dispõe de dois porões, com volume de 2.000m<sup>3</sup>. Na popa, um convés de voo permite pouso e decolagem de helicópteros do porte do *Cougar*.

O *Sargento Aldea* tem uma guarnição de 224 militares. A doca interna pode acomodar embarcações de até 400t. Possui um guindaste de 37t de capacidade e um elevador com capacidade de 52t. O convés de voo, cuja área é de 1.450m<sup>2</sup>, tem dois helipontos, e um terceiro pode ser disponibilizado na popa.<sup>182</sup> O esforço chileno em fortalecer suas capacidades anfíbias não se resumiu à compra do *Sargento Aldea*, também em 2011, foi criada a Brigada Anfíbia Expedicionária, credenciada, por sua flexibilidade de uso, a atuar em ações de ajuda humanitária e mitigação de desastres.<sup>183</sup>

Como visto, o número de navios é o mesmo, entretanto, com exceção do *Sargento Aldea*, os meios anfíbios da marinha chilena têm menor capacidade de transporte de material e pessoal. Contudo, o *Aquiles* possui a opção de ser convertido em navio-hospital, recurso não disponível nos navios anfíbios da MB.

---

<sup>182</sup> CARNEIRO, 2015.

<sup>183</sup> Disponível em <<http://www.revistavigia.cl/donde-la-patria-lo-requiera/revistavigia/2014-06-12/121849.html>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Por suas características, o *Sargento Aldea* é considerado um Navio de Propósito Múltiplo (NPM). No Brasil, a END recomenda atenção especial ao projeto e à fabricação desses navios. Assim, está prevista no PAEMB a obtenção de quatro NPM, para a tarefa de projeção de poder, nas OpHum e para transporte de pessoal e material para a Região Amazônica. Os NPM representam um investimento na flexibilidade de emprego dos meios navais, já que eles combinam instalações médicas com capacidade de C2 e de transporte de carga e de meios aéreos, navais e de FN, que podem ser desembarcados ou lançados de diferentes formas. Esses atributos ampliam a capacidade para projeções anfíbias, que incluem as respostas a desastres naturais.

Nesse sentido, desde 2014, a MB está em negociações com a marinha francesa para a obtenção por oportunidade, ainda em 2015, do LPD *Sirocco*, também da classe *Foudre* e que, por isso, possui capacidades semelhantes às do *Sargento Aldea*, incluindo capacidade de tropa de 450 militares, transporte de até quatro helicópteros de porte médio, convés doca com capacidade para duas EDCG ou dez EDVM, além de uma área hospitalar de 500m<sup>2</sup> com dois centros cirúrgicos, 55 leitos e dois centros de tratamento de queimados<sup>184</sup>.

Quanto aos helicópteros de emprego geral, apresentados nos QUADROS 5 e 6, do APÊNDICE I<sup>185</sup>, em números absolutos, a MB conta com uma maior quantidade de aeronaves em serviço do que a marinha chilena, mas, se for considerado o fato de que o Brasil é mais de dez vezes maior que o Chile, tanto em população quanto em extensão territorial, essa vantagem não se confirma, uma vez que a MB possui pouco mais do que o dobro desses meios aeronavais. Se levarmos em consideração a previsão do PAEMB para a obtenção de helicópteros de emprego geral (66 unidades)<sup>186</sup>, a MB possui pouco mais da metade da quantidade estratégica necessária.

---

<sup>184</sup> GIOSEFFI, 2014.

<sup>185</sup> Quadros dos helicópteros de emprego geral das marinhas do Brasil e do Chile. Apêndice I.

<sup>186</sup> SILVA, 2014.

## 6 CONCLUSÃO

Não é novidade a tendência de crescimento no número de desastres naturais em todo o mundo. O conseqüente aumento do impacto desses fenômenos sobre a população é esperado, notadamente sobre quem mora em países mais pobres e em áreas de risco. E quando isso acontece, é grande a pressão por uma ação efetiva das FA, que devem estar em condições de cooperar prontamente na ajuda humanitária, justamente como vem fazendo a MB, que já foi empregada inúmeras vezes em ações dessa natureza, enfrentando limitações materiais, e superando-as pelo profissionalismo do seu pessoal.

E é com essa preocupação que a MB tem se atualizado. Em 2014, por exemplo, incorporou a projeção anfíbia na DBM, em uma mostra da pertinente valorização da atuação dos GptOpFuzNav nas tarefas de ajuda humanitária. Outra demonstração de preocupação com o tema foi o planejamento detalhado, preparado pelo Com1ºDN, sobre sua atuação em cooperação com a DC em caso de desastres.

Nas OpHum, as atividades são desenvolvidas com base na doutrina que está em constante discussão e evolução no nível das organizações internacionais, como a ONU, a OEA e a UNASUL. Cada vez mais, a busca é pela cooperação entre os países. E ainda há muito para avançar, principalmente quanto à necessidade de padronizar linguagem e procedimentos no planejamento e no emprego das FA.

A adesão do Brasil ao Manual de Ajuda Humanitária para uma FTNMI representou um passo significativo nesse sentido. Cabe ao Estado garantir que acordos bilaterais sejam assinados, sobretudo com os países do entorno estratégico brasileiro, com vistas a um aumento na eficiência da ajuda às populações atingidas e maior segurança jurídica aos militares que atuam nas OpHum.

Dentro do País, o dever de agir para reduzir os riscos de desastre e mitigar seus efeitos é compartilhado entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Trata-se do compromisso do poder público de proteger os cidadãos, colocando em prática conceitos como solidariedade, cooperação e integração, presentes nos discursos de posse

dos presidentes da República dos últimos 30 anos e no regramento nacional e internacional.

Nesse caso, o papel da MB é cooperar com as ações realizadas pela DC. O que vem sendo feito com o respaldo de um conjunto de normas que oferece a segurança necessária nos aspectos jurídicos e procedimentais para agir dentro do País. Sendo assim, a atuação, além de cumprir o que prevê a legislação, contribui para uma imagem positiva da MB perante a sociedade brasileira.

A ideia é atuar em ajuda humanitária, quando for necessário, aproveitando as potencialidades e as disponibilidades da Força, sem prejuízo de sua missão principal. E foi com base nesse pressuposto que esta monografia estudou como os principais meios da MB para essa tarefa têm sido empregados nas fases de redução, de atenção e de recuperação.

Sobre questões relacionadas à fase de redução, a capacidade da MB de produzir e divulgar informações relativas à meteorologia tem o papel de alertar quanto a riscos nas áreas costeiras e oceânicas em caso de mau tempo – uma capacidade diretamente relacionada à atividade-fim da MB, e que, em paralelo, presta relevante serviço à sociedade.

Nas ações da fase de atenção, a função logística saúde cumpre papel essencial, com destaque para o HCamp, cujos óbices mais significativos foram expostos por quem lida diretamente com a missão: o desgaste das barracas, que também não são adequadas para operarem em locais muito frios; as restrições nas comunicações; e a falta de robustez dos equipamentos de saúde, o que é agravado pela inexistência de *cases* adequados ao seu transporte e armazenamento.

Para minimizar essas limitações, existe proposta de ampliação do HCamp da MB e projeto para um HCamp das FA. Quanto às comunicações, uma vez que em 2014, o MD, nas orientações para uso da capacidade satelital do SISCOMIS, previu a utilização de terminais desse sistema pelo GptOpFuzNav, sugere-se disponibilizar esse recurso também à UMEM, quando em atuação nas OpHum. Quanto à resistência dos

materiais de saúde, a proposta é que estudos sejam realizados para se verificar a possibilidade de aquisição de equipamentos adequados a atividades operativas, desenvolvidas fora do ambiente hospitalar tradicional. Afinal, se forem robustos o bastante para essas situações, também o serão para a ajuda humanitária.

Relevante mencionar também a atuação dos NAsH nas ASSHOP, nas ACISO e nos momentos de desastre. Sua presença, por vezes, representa a única forma de acesso a serviços básicos a muitos brasileiros. A ampliação das capacidades dos NAsH já está prevista no PAEMB. A meta é dispor de seis NAsH com convoo. Atualmente, a MB possui cinco e somente dois deles têm essa capacidade, importante para as EVAM.

Ainda dentro da fase de atenção, a função logística transporte teve sua limitação exposta quando o próprio Ministro da Defesa determinou a contratação de aeronaves para o rodízio da tropa brasileira no Haiti. Um cenário em que a capacidade da MB de atuar na projeção anfíbia fica limitada em razão da idade avançada dos navios anfíbios e pela escassez de recursos para sua manutenção.

O caminho para reverter esse quadro já vem sendo trilhado pela MB nas tratativas para aquisição de um NPM, prevista na END e no PAEMB. A obtenção por oportunidade do navio *Sirocco*, caso se concretize, permitirá que a MB esteja melhor equipada para realizar a projeção anfíbia, modalidade de operação anfíbia adequada para ser empregada tanto nas atividades em cooperação com a DC quanto nas OpHum. E com um diferencial: a capacidade hospitalar do NPM pode ser crucial para uma RMM eficaz em regiões litorâneas atingidas por catástrofes.

Quanto aos meios aeronavais, normalmente, a atuação em operações dessa natureza é feita pelos helicópteros de emprego geral, que têm atendido às demandas por reconhecimento aéreo, SAR, EVAM e transporte de tropas e de carga. A MB ainda está aquém de alcançar as 66 aeronaves desse tipo previstas no PAEMB, mas com a conclusão da entrega dos Super Cougar, a capacidade atual estará ampliada para 48 unidades.

A MB, pela própria natureza das atividades que desenvolve, tem uma participação limitada na fase de recuperação, que engloba a execução de obras de

engenharia, atribuídas subsidiariamente ao EB pelo LBDN. Mas, quando é demandada a restabelecer serviços essenciais a populações atingidas por desastres, coloca à disposição o BtlEngFuzNav.

Mas, até que ponto a MB deve se aprestar para agir em socorro às vítimas de desastres, tendo em vista que a PND estabelece que as FA aperfeiçoem seu preparo para essa atuação? Na visão deste autor, a resposta está na forma como a própria legislação brasileira trata a questão, considerando a atuação em ajuda humanitária como uma atribuição subsidiária, enquanto a defesa externa do Estado se mantém como missão precípua das FA.

Ou seja, se o papel de articular e coordenar ações de redução dos efeitos de desastres e de mobilizar a população para medidas preventivas é da DC (dentro do País) e do Estado anfitrião (quando se trata de OpHum), não é apropriado aprestar a Força especificamente para essa tarefa. O que não quer dizer que representantes da MB não devam acompanhar as reuniões e os exercícios da DC quando convidados, até porque, se os responsáveis pela ajuda humanitária forem incapazes de realizá-la, a Força será chamada a atuar.

E, como foi estudado, é com essa visão que as marinhas britânica, norte-americana e chilena vêm lidando com a questão: empregando seus meios na ajuda humanitária, mas sem prejudicar sua missão principal. O ponto em comum é o emprego de navios anfíbios nessa tarefa, exatamente como previsto na END brasileira, que recomenda atenção especial à obtenção de NPM.

Em síntese, na medida em que a MB se prepara para empregar o PN na defesa do Estado e possui os meios para essa missão, já está se preparando para agir em momentos de desastres. Ou seja, o quanto mais capacitada estiver a MB para cumprir suas tarefas básicas, sobretudo a de projetar poder sobre terra, maiores serão suas capacidades para fazer a diferença na ajuda humanitária, confirmando a vocação do povo brasileiro para a solidariedade e salvando cada vez mais vidas.

## REFERÊNCIAS

- AJUDA Humanitária ao Haiti. **Revista NOMAR**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, ano XLVI, p. 5, n. 814, fev. 2010. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/atuais/814/nomar\\_814.pdf](https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/atuais/814/nomar_814.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2015
- ALMEIDA, Nélio de. Operações Anfíbias: nossa razão de ser. **Âncora e Fuzis**. Revista do CIASC. Rio de Janeiro, n. 42, ago. 2011.
- AMORIM, Celso. Grande estratégia e poder naval em um mundo em fluxo. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 253-267, jul./dez. 2013.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo de Loureiro. **Entrevista sobre o emprego do Hospital de Campanha da MB no Chile em 2010**. Rio de Janeiro, 25 jul. 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice A.
- AS NOVAS aeronaves HM-4 CARACAL (EC 725). **Verde-Oliva**: Exército Brasileiro. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social do Exército, ano XLII, n.225, out. 2014.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente**: discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004.
- BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. **Navio da Marinha do Brasil segue para o Haiti**. Brasília, 2010a. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti](https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. **Operação conjunta entre as marinhas do Brasil e da Itália no Haiti**. Brasília, 2010b. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti](https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. **Nota à Imprensa nº 2 (Terremoto no Haiti)**. Brasília, 2010c. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti](http://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. **Nota à Imprensa nº 4 (Terremoto no Haiti)**. Brasília, 2010d. Disponível em: <[http://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti](http://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti)>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- BRASIL. Centro de Hidrografia da Marinha. **Parecer nº 19**, de 13 de maio de 2014. Análise de solicitação sobre indicação de "Contato Nacional para Tsunami" e "Ponto Focal para Alerta contra Tsunami" do Brasil. Niterói, 2014a.
- BRASIL. Comando do 1º Distrito Naval. **Com1ºDN n. 004-12**: plano de operação Defesa Civil. Rio de Janeiro, 2012a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: manual de fundamentos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2013a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-13**: manual de operações humanitárias dos grupamentos operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Ofício nº. 25, de 2015. **Relatório final do Seminário “Operações de Manutenção da Paz e Ações Humanitárias: Lições Apreendidas e Perspectivas”**, Rio de Janeiro, 2015a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Editora Saraiva, 21. ed., 1999a.

BRASIL. Decreto Legislativo nº. 373, de 25 de setembro de 2013. Aprova a política nacional de defesa, a estratégia nacional de defesa e o livro branco de defesa nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem n. 83, de 2012 (Mensagem n. 323, de 17 de julho de 2012, na origem). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

BRASIL. Decreto nº. 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a política de defesa nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 jul. 2005a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>. Acesso em: 8 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a estratégia nacional de defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2008b. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia\\_defesa\\_nacional\\_portugues.pdf](http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Diretoria de Saúde da Marinha. **DSM-4003**: manual para ativação e operação do hospital de campanha. Rio de Janeiro: Diretoria de Saúde da Marinha, 2011.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: doutrina básica da Marinha. 2. rev. Brasília, DF, 2014b.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-400**: manual de logística da Marinha. Brasília, DF, 2. ver., 2003.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-402**: operações de manutenção de paz. Brasília, DF, 2002a.

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Plano de emprego das Forças Armadas em casos de desastres**. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <[http://www.coter.eb.mil.br/opexz/pdf/Plano\\_Emprego\\_FF\\_AA\\_Desastres.pdf](http://www.coter.eb.mil.br/opexz/pdf/Plano_Emprego_FF_AA_Desastres.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Gabinete do Comandante da Marinha. **Orientações do Comandante da Marinha**. Brasília, DF, 2015b.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Apoio do Governo Federal ao Haiti**. Brasília, DF, 2010f. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto\\_no\\_haiti](https://www.mar.mil.br/hotsites/terremoto_no_haiti)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Lei complementar nº. 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das FA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jun. 1999b. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103941/lei-das-forcas-armadas-lei-complementar-97-99>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Lei complementar nº. 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei complementar nº. 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da

Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2010g. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Marinha. **Organograma**. Maio de 2015c. Disponível em: <<http://www.marinha.mil.br/html/org-maio-2015.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF, 2012b. 115p. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04**: doutrina militar de defesa. 2. ed. Brasília, DF, 2007a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: glossário das Forças Armadas. 4. ed. Brasília, DF, 2007b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD42-M-02**: doutrina de logística militar. 2. ed. Brasília, DF, 2002b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional**. Brasília, DF, 2012c. 370p. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/livrobranco.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Orientação Técnica nº 001-SC-1.3-MOD1/SC-1/CHOC/EMCFA-MD de 14 de fevereiro de 2014. **Orientações para uso da capacidade satelital do SISCOMIS**. Brasília, DF, 2014c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012d. Disponível em: <[http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria nº. 1.350**, de 17 de junho de 2015. Designa a Marinha do Brasil para conduzir a contratação do transporte de tropas para a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Brasília, DF, 2015d.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Anuário brasileiro de desastres naturais**: 2011. Brasília, DF, 2012e.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Of. nº. 96/MI**: protocolo de ações entre o MI, o MS e o MD. Brasília, DF, 2013d.

CARNEIRO, Mário Roberto Vaz. Navios de assalto anfíbio na América do Sul. **Segurança & Defesa**, Belo Horizonte, n. 117, p. 30-46, 2015.

CHEREM, João Carlos dos Santos. **Entrevista sobre o Emprego do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil no Chile em 2010**. Rio de Janeiro, 27 jul. 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice C.

COUTO, José Alberto Cunha; SOARES, José Antônio de Macedo. **Gabinete de crises**: Fernando Henrique, Lula e Dilma. Campinas: Facamp Editora, 2013.

CUNHA, Luiz Carlos Brito. **Necessidade de estabelecimento de doutrina para atuação em catástrofes**: perspectivas para a Marinha do Brasil. 2012. 72f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ELLEMAN, Bruce A. **Waves of hope: the U.S. Navy's response to the tsunami in Northern Indonesia**. New Port, RI: Naval War College Press, 2007.

ESTADOS UNIDOS. **The National Military Strategy of the United States of America**. 2015a. Disponível em: <[http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/National\\_Military\\_Strategy\\_2015.pdf](http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Publications/National_Military_Strategy_2015.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

ESTADOS UNIDOS. **Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI**. 2015b. Disponível em:<<http://www.navy.mil/local/maritime/CS21R-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

FARIAS, Edilson Antunes de. A retomada das operações anfíbias pela US Navy e pelo USMC. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 32, p. 60-70, 2014.

FERREIRA, Renato Rangel. Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 32, p. 36-43, 2014.

FILHO, Airton Teixeira Pinho. **Apresentação sobre a Secretaria-Geral da MB** para os alunos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), em 15 jul. 2015. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015a.

FILHO, Oscar Moreira da Silva. O terremoto no Haiti – A participação do NDCC Almirante Saboia. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, RJ, v. 30, p. 44-50, 2011. Disponível em: <[https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfibio/oanfibio\\_esp.pdf](https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/oanfibio/oanfibio_esp.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2015.

FILHO, Pedro da Silva Moreira. **Entrevista sobre o emprego da Marinha do Brasil em Operações Humanitárias**. Rio de Janeiro, 07 maio 2015b. Entrevista concedida ao autor. Apêndice B.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FRANCISCO, Corazon M.; PIRNIE, Bruce R. **Assessing requirements for peacekeeping, humanitarian assistance, and disaster relief**. Washington, D.C. : RAND, 1998.

GARCIA, Marcelo Gómez. **Apresentação da Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos de Chile (ANEPE)**. Apresentação para os alunos do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), em 09 Abr. 2015. Viña Del Mar: Academia de Guerra Naval, 2015.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As operações anfíbias no século XXI. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 130, p. 155-179, 2010.

GIOSEFFI, José Carlos Silva. A evolução do planejamento estratégico do Corpo de Fuzileiros Navais. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 32, p. 46-57, 2014.

GIOSEFFI, José Carlos Silva. **Entrevista sobre as capacidades e limitações do BtlEngFuzNav para atuar em cooperação com a Defesa Civil**. Rio de Janeiro, 26 jun. 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice H.

GIOSEFFI, José Carlos Silva. Navios de propósitos múltiplos: vetor anfíbio do futuro. **Âncoras e Fuzis**: publicação do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, n. 45, p. 33-35, 2014.

GUEVARA, Inigo. Brazilian study recommends procuring French LPD. **HIS Janes's Defence Weekly**, UK, v. 52, n. 6, p. 10, 2015.

HOSPITAL de Campanha é enviado para o Chile. **Nomar online**. Brasília, fev. 2010. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/hotsites/nomar/atuais/814/nomar814.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

INDIA. Ministry of Defence. **Indian maritime doctrine**. Sivakasi: Standart Press, 2009.

JÚNIOR, Leonel Mariano da Silva. Incursão Anfíbia com emprego de unidades de infantaria. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 32, p. 24-33, 2014.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA – JID. **Manual de ajuda humanitária para uma força-tarefa naval multinacional interamericana**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://iadb-pt.jid.org/documentos-e-publicacoes/manuais>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA – JID. **Plano para melhorar a orientação e assessoria da JID ao Sistema Interamericano em casos de desastres**. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<http://www.scm.oas.org/pdfs/2012/CP28386P.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MEROLA, Ediane; ARAÚJO, Isabel de. **Doentes crônicos recorrem às Forças Armadas**. *Jornal O Globo*, RJ, 17 jan. 2011, p. 10. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/424787/complemento\\_4.htm?sequence=5](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/424787/complemento_4.htm?sequence=5)>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MIES, Humberto Giovanni Cãnfora. **Entrevista sobre as principais capacidades e limitações do Centro de Medicina Operativa da Marinha**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice E.

MIES, Humberto Giovanni Cãnfora. **Subsistema de medicina operativa**: perspectivas diante de novos desafios da Marinha do Brasil. 2012. 69 f. Monografia (Curso de Estratégia e Política Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Carta das Nações Unidas**. USA, São Francisco, 1945. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm)>. Acesso em: 02 maio 2015.

OS PROJETOS estratégicos da Marinha do Brasil. **Marinha em Revista**. Brasília, DF, v. 4, n.10, p. 52-56, jun. 2014.

PEIXOTO, Carlos da Silva. **Entrevista sobre o emprego do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil no Chile em 2010**. Rio de Janeiro, 21 jul. 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice D.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale. **A intervenção humanitária no direito internacional contemporâneo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

PESCE, Eduardo Ítalo. Projetos da Marinha do Brasil no plano de articulação e equipamentos de defesa. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 133, n. 1/3, jan./mar. 2013.

PESCE, Eduardo Ítalo. **Prospectives scenarios: a glimpse of future naval warfare**. Palestra realizada na Escola de Guerra de Naval, durante o US Naval War College 11th Regional Alumni Symposium. Rio de Janeiro, 14 maio 2015.

PHILLIPS, Mark. The role of the military in international disaster relief activities. In: The National Institute for Defense Studies (Org.): **The role of the military in international disaster relief operations**. Tóquio, Japão, 2012.

PILAR, Ricardo Henrique Santos do. **Emprego da Marinha do Brasil em catástrofes naturais em apoio à política externa brasileira**. 2011. 117f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

PIRNIE, Bruce R.; FRANCISCO, Corazon M. **Assessings requirements for peacekeeping, humanitarian assistance, and disaster relief**. Washington, D.C.: Office of Secretary of Defense, under RAND's National Defense Research Institute, 1988.

REINO UNIDO. Ministry of Defence. **British maritime doctrine**. 2011. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/33699/20110816JDP0\\_10\\_BMD.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/33699/20110816JDP0_10_BMD.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RICCIARDI, Kleber Coelho de Moraes. **Entrevista sobre as principais capacidades e limitações da UMEM na cooperação com a Defesa Civil e em OpHum**. Rio de Janeiro, 10 maio 2015. Entrevista concedida ao autor. Apêndice G.

ROBERTS, Adam. **Humanitarian action in war**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SILVA, José Luiz Corrêa da. Tropa Anfíbia Expedicionária. **O Anfíbio**: Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro, v. 32, p. 6-15, 2014.

“SUPER Cougar” modernizando a aviação naval brasileira. **Marinha em Revista**, Brasília, DF, v. 2, n. 6, p. 20-26, dez. 2011.

VALENZUELA, Alberto Soto. **Disasters: some experiences of the Chilean Armed Forces**. In: U.S. NAVAL WAR COLLEGE - 11<sup>th</sup> REGIONAL ALUMNI SYMPOSIUM. Apresentação efetuada no Painel “Innovations in Cooperation”, realizado para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), em 14 maio 2015. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

VIANA, Vítor Rodrigues. **Segurança Coletiva: a ONU e as operações de apoio à paz**. Lisboa: Edições Cosmos, 2002.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

## GLOSSÁRIO

**Ação cívico-social:** conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no País ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das Forças Armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Além da natureza assistencial, também se insere como assunto civil e colabora nas operações psicológicas.

**Ação subsidiária:** ação ou atividade, executada pelas Forças Armadas, visando à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil e à contribuição com as ações governamentais, levada a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no País, fora do âmbito militar, e pela própria natureza estratégica. O mesmo que atividade subsidiária.

**Ajuda humanitária:** ação que se desenvolve no sentido de prestar socorro urgente a quem for atingido pelos efeitos de desastres naturais ou causados pelo homem, com o objetivo de salvar vidas, proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas. O mesmo que Assistência humanitária e Auxílio humanitário.

**Alerta:** é a declaração formal de ocorrência próxima ou eminente, está dada em função do tempo estimado desde que este se avisa até que o evento catastrófico ocorra.

**Aprestamento:** conjunto de medidas de prontificação ou preparo de uma força ou parte dela, especialmente as relativas à instrução, ao adestramento, ao pessoal, ao material ou à logística, destinado a colocá-la em condições de ser empregada a qualquer momento.

**Assalto anfíbio:** ataque lançado do mar para, mediante desembarque, estabelecer firmemente a Força de Desembarque em terra.

**Atividades de emprego limitado da força:** são aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional. A força só é admitida nas situações de legítima defesa ou no nível mínimo necessário ao desempenho da função.

**Atribuições subsidiárias gerais:** emprego das Forças Armadas, de natureza não-militar, estabelecido em instrumentos legais, que dizem respeito à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. Integram estas atribuições: a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; o atendimento às solicitações de diversas naturezas de órgãos governamentais; e a participação em planos e programas públicos.

**Atribuições subsidiárias particulares:** constituem uma contribuição das Forças Armadas, de natureza não-militar, vinculadas com suas atividades finalísticas, levadas a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no País, fora do âmbito militar, e pela natureza estratégica das atribuições em apreço. Algumas destas atribuições são realizadas em atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo País.

**Brigada Anfíbia (BANf):** tipo de GptOpFuzNav que possui basicamente um dos componentes integrado por dois ou mais elementos de valor Batalhão, com capacidade

média de durar na ação por até 30 dias, sem reabastecimento. Possui efetivo aproximado de sete mil militares.

**Calamidade pública:** situação de emergência, provocada por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de necessidades ou ameaçando a existência ou a integridade dos elementos que a compõe; ou situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

**Caráter expedicionário:** é o que possibilita as Forças, partindo de suas bases no território nacional, sustentarem as operações longe delas.

**Catástrofe:** resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais, ambientais e, conseqüentemente, prejuízos econômicos e sociais. O mesmo que Desastre.

**Comando e controle (C2):** exercício da autoridade e da direção que um comandante tem sobre as Forças sob o próprio comando, para o cumprimento da missão designada. Viabiliza a coordenação entre a emissão de ordens e diretrizes e a obtenção de informações sobre a evolução da situação e das ações desencadeadas.

**Comando Singular:** comando operacional constituído por elementos pertencentes a uma única Força Armada, e a qual se subordina diretamente.

**Conjugado Anfíbio:** GptOpFuzNav embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval.

**Corpo de Fuzileiros Navais (CFN):** é uma tropa profissional e voluntária, em permanente condição de emprego, de caráter expedicionário por excelência, essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, bem como dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para assegurar o controle das margens das vias fluviais durante as operações ribeirinhas e para atuar em operações internacionais de paz e em ações humanitárias.

**Crise:** fenômeno complexo, de diversas origens possíveis, internas ou externas ao País, caracterizado por um estado de grandes tensões, com elevada probabilidade de agravamento – e riscos de sérias conseqüências –, não permitindo que se anteveja com clareza o curso de sua evolução.

**Defesa Civil (DC):** conjunto de ações preventivas, de socorro assistencial e recuperativo, destinado a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

**Demonstração anfíbia:** aproximação ao território inimigo por forças navais, inclusive com meios que caracterizam uma Operação Anfíbia, sem o efetivo desembarque de tropa.

**Desastre:** resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais, ambientais e, conseqüentemente, prejuízos econômicos e sociais. O mesmo que Catástrofe.

**Diplomacia Naval:** é a tradução do termo consagrado na literatura estrangeira para a atividade do Poder Naval em apoio à Política Externa do País.

**Elemento Anfíbio (ElmAnf):** tipo de GptOpFuzNav que possui componentes, no máximo, de Companhia de FN, com capacidade média de durar na ação por até 5 dias, sem reabastecimento. Possui efetivo aproximado de 300 militares.

**Escala Richter:** Escala criada pelo sismólogo Charles Richter para medir a magnitude dos terremotos, quantificando a energia liberada. A escala, que se inicia no grau zero e é infinita, baseia-se num princípio logarítmico, ou seja, um terremoto de magnitude 6, por exemplo, produz efeitos dez vezes maiores que um outro de 5, e assim sucessivamente. Nunca foi registrado um terremoto igual ou superior a 10 graus na escala Richter.

**Flexibilidade:** capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando a graduação no seu emprego.

**Forças combinadas:** Forças compostas por parcelas significativas de meio ou tropa militar das Forças Armadas de um país.

**Forças conjuntas:** Forças compostas por elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada, sob comando único.

**Força de Desembarque (ForDbq):** Força organizada por tarefas, constituída de grupamentos operativos de fuzileiros navais destinados à realização de operações anfíbias. Dependendo do valor, esses grupamentos são organizados em: brigada anfíbia, unidade anfíbia e elemento anfíbio.

**Força Naval:** conjunto de unidades navais, podendo incluir unidades de fuzileiros navais e aéreas embarcadas, sob comando único, destinado a realizar operações navais.

**Força-Tarefa:** Força organizada por tarefas com comando próprio, constituída de unidades navais e aéreas embarcadas, para o cumprimento de missão específica.

**Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf):** Força organizada por tarefas, composta por forças navais, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma Força de desembarque, criada para realizar uma Operação Anfíbia.

**Força-Tarefa combinada:** Força combinada, organizada para a execução de uma missão específica, de objetivos e duração limitados, sendo desativada após o cumprimento da missão.

**Força-Tarefa combinada anfíbia:** Força organizada por tarefas, composta de significativos elementos das Forças Armadas, sob o comando de um Oficial da Marinha do Corpo da Armada, destinada a realizar uma Operação Anfíbia.

**Força-Tarefa Interaliada:** Força organizada por tarefas, composta de elementos das Forças Armadas de duas ou mais nações aliadas, para a realização de operações, visando o cumprimento de determinada missão.

**Força-Tarefa Ribeirinha:** Força que tem uma organização temporária, a cujo Comandante são atribuídos meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em Organização por Tarefas, para a execução de uma missão específica em uma Área Ribeirinha.

**Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav):** é uma organização para o combate nucleada por tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, e que reúne os elementos constitutivos de acordo com a natureza de suas atividades. Esse modelo organizacional confere flexibilidade e versatilidade a seu Comandante, pois combina as capacidades e potencialidades dos meios de combate terrestre (incluindo os meios de apoio ao combate), aéreos (incluindo os meios de controle aerotático e defesa antiaérea) e logísticos, integrados por uma estrutura de comando e controle. Os GptOpFuzNav, estruturados com a possibilidade de serem expandidos ou reduzidos, estão em condições de cumprir extensa gama de tarefas, podendo ser empregados em operações com diferentes níveis de violência, desde missões de combate até as humanitárias, e em ambientes operacionais diversos.

**Grupo-Tarefa (GT):** subdivisão da Força-Tarefa formada com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate em proporções adequadas.

**Hospital de Campanha (HCamp):** hospital instalado em barracas ou outras construções provisórias, destinado a realizar o tratamento em campanha, quando da impossibilidade de instalação ou utilização de hospitais fixos. Tem por finalidade prestar assistência médica ao pessoal das unidades desdobradas.

**Incursão anfíbia:** rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada.

**Interoperabilidade:** capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução.

**Logística militar:** conjunto de atividades necessárias para apoiar a criação, movimentação, engajamento, desengajamento e desativação de um comando ou força operativa, com base nas estimativas de necessidades por ela formuladas.

**Mitigação:** é tomar as medidas necessárias e possíveis para diminuir os efeitos do desastre.

**Mobilidade:** capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato.

**Operação Humanitária (OpHum):** operação realizada para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social.

**Operação Anfíbia (OpAnf):** é uma operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil ou potencialmente hostil, com o efeito desejado de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas.

**Operação de Paz:** é a principal forma de emprego do Poder Naval em ações sob a égide de organismos internacionais. É uma das Atividades de Emprego Limitado da Força.

**Organização Militar (OM):** denominação genérica atribuída à unidade de tropa, repartição, estabelecimento, navio, base, arsenal ou qualquer outra unidade administrativa, tática ou operativa, das Forças Armadas.

**Organização por Tarefas:** organização temporária a cujo comandante, especialmente designado, são atribuídos meios e efetivos provenientes de organizações ou comandos diversos para a execução de tarefas específicas em cumprimento à determinada missão. Representa a estrutura de comando, apresentando a distribuição dos meios que o Comandante dispõe para o cumprimento de sua missão.

**Permanência:** capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões.

**Poder Marítimo:** é a capacidade resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social.

**Poder Naval:** parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval.

**Preparação:** é dispor dos recursos e procedimentos para realizar uma adequada resposta.

**Prevenção:** é tomar todas as medidas necessárias e possíveis para evitar que ocorra o evento.

**Projeção anfíbia:** modalidade de OpAnf que se utiliza das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como Operações de Evacuação de Não Combatentes, resposta a desastres ambientais e OpHum.

**Projetar poder sobre terra:** é a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças até a realização de operações navais. O Poder Naval, ao dispor de uma Força de caráter expedicionário, em permanente condição de pronto emprego, assegura sua capacidade de projeção de poder.

**Reabilitação:** período de transição no qual se restabelecem os serviços e linhas vitais indispensáveis para a comunidade.

**Reconstrução:** caracteriza-se pelas ações realizadas com a finalidade de reparar a infraestrutura afetada e restaurar o sistema de produção com vistas a revitalizar a economia e conseguir alcançar ou superar o nível de desenvolvimento prévio ao desastre.

**Recursos logísticos:** recursos de que necessitam as FA, que são previstos e providos pela logística, os quais são agrupados em três categorias (pessoal, material e serviços) e que congregam funções logísticas correlatas.

**Resposta:** é o conjunto de ações desenvolvidas até superar a condição crítica do evento para a atenção de lesionados e a de afetados.

**Retirada anfíbia:** retirada ordenada e coordenada de forças de uma região litorânea hostil ou potencialmente hostil, por meio de navios, embarcações ou aeronaves embarcadas.

**Sismologia:** é o estudo dos sismos (ou terremotos) e, genericamente, dos diversos movimentos que ocorrem na superfície do globo terrestre

**Situação de emergência:** situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.

**Suprimento:** conjunto de atividades que trata da previsão e provisão do material, de todas as classes, necessário às organizações e forças apoiadas.

**Unidade Anfíbia (UANf):** tipo de GptOpFuzNav que possui, pelo menos, um dos componentes com valor Batalhão, com capacidade média de durar na ação por até dez dias, sem reabastecimento. Possui efetivo aproximado de dois mil militares.

**Versatilidade:** capacidade de alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas.

## APÊNDICE A

### **Emprego do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil no Chile em 2010**

Entrevista com o CMG (Md) Carlos Eduardo de Loureiro Araújo

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O então Capitão-de-Fragata (Md) Carlos Eduardo de Loureiro Araújo, foi o primeiro Encarregado do Hospital de Campanha da MB, do Grupamento Operativo de Ajuda Humanitária, por ocasião do terremoto no Chile em 2010. Atualmente o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Md) Araújo é aluno do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM-2015). A entrevista visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 20 de julho de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Houve algum Memorando de Entendimento (MOU) ou Acordo Bilateral entre o Brasil e o Chile para essa Operação Humanitária? Em caso negativo, quais dificuldades foram enfrentadas em razão da ausência desse documento?

Resposta:

Não. Houve a necessidade de obtermos autorização do Ministério da Saúde do Chile para realizarmos alguns procedimentos médicos, inclusive para a aplicação de certos medicamentos. Esse óbice foi superado por meio do contato direto com autoridades do órgão supracitado.

2) Foi possível encaminhar uma equipe precursora para avaliar as necessidades da população atingida e levantar as capacidades da região afetada no que tange as facilidades logísticas existentes ao HCamp?

Resposta:

Não foi possível. A determinação era para chegarmos em 48h, e assim foi feito. Outros países, como o Japão, encaminharam uma equipe precursora justamente para verificar as condições da região atingida e as necessidades da população atingida pelo terremoto.

3) Quais foram os principais óbices encontrados após a chegada da sua equipe no Chile?

Resposta:

A principal dificuldade, que foi superada com o apoio do governo local, diz respeito a nossa preparação para os efeitos esperados de um terremoto sobre a população. Ao chegarmos ao Chile, soubemos que a ideia do governo local era que nós substituíssemos o atendimento de um hospital pediátrico que havia sido destruído pelo terremoto. Não havia pediatras brasileiros em número suficiente para essa missão. Estávamos preparados para socorrer pessoas afetadas por um terremoto e não para substituir um hospital pediátrico.

Outra dificuldade, também superada pela boa vontade das equipes de ambos os países, foi a barreira da língua. Não havia intérprete disponível e, mesmo sendo línguas próximas, o espanhol, quando falado rápido, é de difícil compreensão.

## **APÊNDICE B**

### **Emprego da Marinha do Brasil em Operações Humanitárias**

Entrevista com o CMG (RM1-FN) Pedro da Silva Moreira Filho

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-FN) Pedro da Silva Moreira Filho, Ajudante da Divisão de Logística de Pessoal do Estado-Maior da Armada (EMA), é o Oficial competente, no EMA, para prover informações a respeito do emprego da MB em Operações Humanitárias. A entrevista, realizada por telefone e e-mail, visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTA**

Data: 7 de maio de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Como tem sido a participação da MB em Operações Humanitárias nos últimos anos?

Resposta:

No terremoto no Haiti, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, a MB participou com: contingente de Fuzileiros Navais da MINUSTAH; embarque de aeronaves e equipes de saúde no NAe *Cavour* da Marinha da Itália, em passagem pelo Brasil; apoio logístico pelo NDCC “Almirante Sabóia”, com cerca de 700 toneladas de material para assistência humanitária, aliás, em um único semestre, enviamos dois navios (cada um em duas viagens), transportando meios da MB e do EB em reforço àqueles já desdobrados naquele país, além de itens de ajuda humanitária.

No terremoto no Chile, ocorrido em 27 de fevereiro de 2010, a MB enviou, por meio de aeronaves da FAB, um Hospital de Campanha composto por uma equipe de saúde e de FN, para prover apoio às vítimas da catástrofe. O Hospital foi instalado nas proximidades de Santiago e realizou mais de 12.000 atendimentos, em 41 dias de funcionamento.

Na ajuda humanitária à Argentina, realizada em maio de 2013, em razão das inundações nas regiões de Buenos Aires e de La Plata, foram transportados pelo NDCC “Almirante Saboia”: colchões, cobertores, lençóis, fronhas e travesseiros, em um volume total de 5.028,965 m<sup>3</sup>.

Em janeiro deste ano, a Fragata “União” transportou para Cabo Verde os seguintes materiais para apoio aos desabrigados da Erupção Vulcânica, ocorrida no país em novembro do ano passado: barracas de campanha, medicamentos diversos e rações operacionais.

## APÊNDICE C

### **Emprego do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil no Chile em 2010**

Entrevista com o CMG (FN) João Carlos dos Santos Cherem

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) João Carlos dos Santos Cherem, atual Comandante da Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, rendeu o então Comandante do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Ajuda Humanitária, CMG (FN) Carlos da Silva Peixoto, por ocasião do terremoto no Chile, em 27 de fevereiro de 2010. A entrevista, realizada por telefone e e-mail, visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 27 de julho de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Quais foram as principais ações desenvolvidas pelo GptOpFuzNav no Chile, para o cumprimento da missão (apoio à saúde da população chilena)?

Resposta:

- a) o Componente Médico (CM) desenvolveu a assistência médica primária, secundária e terciária em atendimento às necessidades do Ministério da Saúde do Chile;
- b) foram realizados 12.360 atendimentos à população chilena; e
- c) o CASC realizou a recuperação das instalações do Complexo Desportivo de *Cerro Navia*, área utilizada pelo GptOpFuzNav, efetuando reparo na rede elétrica, pintura interna e externa dos compartimentos, colocação de fechaduras e instalação de luminárias.

2) Como foi a receptividade da população chilena?

Resposta:

A receptividade do povo chileno é algo que ficará marcada em todos que participaram dessa missão. É impressionante como o brasileiro é bem visto no Chile. E, com essa missão, o nome do Brasil no Chile ficou ainda mais forte, considerando a satisfação da população chilena com o serviço prestado, principalmente no que se refere ao profissionalismo de nossos militares. Esse foi o comentário geral da população que foi atendida por nós. Havia preferência pelo atendimento dos médicos brasileiros e pela maneira impecável com que os Fuzileiros Navais trabalhavam na recepção de quem vinha até o Hospital, representando com dignidade a MB e o Brasil. E ainda, o HCamp brasileiro é o que tinha a melhor estrutura. Inclusive, de acordo com o que foi divulgado pela imprensa, o fato de o nosso Hospital possuir a melhor estrutura foi determinante para as autoridades chilenas decidirem instalá-lo na capital, em substituição ao hospital chileno destruído pelo terremoto.

### 3) Quais foram as principais dificuldades encontradas?

Resposta:

a) inadequação (emergencial x assistencial) da organização e operação do HCamp (CM) em relação às necessidades do Ministério da Saúde do Chile;

b) inadequabilidade das barracas de campanha para o clima frio, considerando as temperaturas baixas naquela época do ano, no Chile, em face das costuras laterais permitirem a passagem de vento, o que gera a redução da temperatura ambiente no interior da barraca e o desconforto para o pessoal durante prolongado tempo de missão;

c) ausência de viaturas de ½t e de 5t para transporte de material e fainas leves, gerando dependência dos meios locados pelo Ministério da Saúde do Chile;

d) falta de um gerador menor, uma vez que o gerador de 340 KvA, por seu peso e volume (peso: 5,4t e 20,4 m<sup>3</sup>), é de difícil embarque em aeronave C-130 (Hércules) da FAB, em virtude da necessidade de paletização do material. Acresce o fato de que este gerador, por não possuir rodas para seu deslocamento, necessita de Munck (tipo de guindaste) para içamento e arriamento. Ademais, este gerador foi subempregado em função de que a energia elétrica necessária para a operação do HCamp poderia ser suprida por um gerador de 90 KvA, que tem menor peso e volume, e pode ser embarcado em reboque sobre rodas, facilitando o embarque e desembarque em aeronaves da FAB e os deslocamentos do HCamp;

e) ausência de comunicação com o Brasil por videoconferência, o que poderia auxiliar na tomada de decisão dos médicos do HCamp; e

f) acesso à internet com maior facilidade, visando a manutenção do moral da tropa e informações em tempo real para a MB sobre as operações do GptOp.

4) Que sugestões o senhor visualiza para o aprimoramento de procedimentos para o emprego do GptOpFuzNav em Operações Humanitárias?

Resposta:

Sugere-se:

a) manter a versatilidade conferida ao Componente Médico (CM - HCamp) para atender as necessidades do solicitante;

b) verificar a possibilidade de adequação das atuais barracas de campanha para o clima frio, podendo apresentar costuras laterais mais justas e acabamento interior apropriado à temperatura existente na região com a finalidade de prover o máximo de conforto ao pessoal;

c) prover o GptOpFuzNav com viatura sobre rodas leve, a fim de conferir mobilidade e praticidade nas fainas, para independência dos meios chilenos;

d) prover o GptOpFuzNav de gerador de 90 KVA que atende às necessidades do HCamp, permite o embarque e desembarque nas aeronaves da FAB em melhores condições e proporciona mobilidade ao GptOp;

e) prover o GptOpFuzNav de comunicação por satélite e videoconferência, a fim de permitir o emprego do HCamp em melhores condições; e

f) prover o GptOpFuzNav de comunicação com a MB via internet, com o propósito de proporcionar a manutenção do moral da tropa e manter as comunicações com as OM da MB.

## APÊNDICE D

### **Emprego do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil no Chile em 2010**

Entrevista com o CMG (FN) Carlos da Silva Peixoto

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Carlos da Silva Peixoto, atual Encarregado do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), era o então Capitão-de-Fragata (FN) Comandante do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Ajuda Humanitária, por ocasião do terremoto no Chile em 27 de fevereiro de 2010. A entrevista visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 21 de julho de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Qual foi a missão do GptOpFuzNav por ocasião da ajuda humanitária brasileira no terremoto do Chile?

Resposta:

Prestar atendimento de saúde à população atingida pelo terremoto em Santiago, a fim de contribuir para o esforço de ajuda humanitária do Ministério da Saúde do Chile em apoio à população atingida pelo desastre natural. Para tanto, o esforço principal era prover toda logística (água, luz e comunicações) e segurança necessárias ao funcionamento do HCamp.

2) Quais foram as principais dificuldades encontradas pelo GptOpFuzNav no Chile, para o cumprimento da missão? E os fatores positivos constatados?

Resposta:

A proibição de levarmos armamento para proteção do HCamp era motivo de preocupação permanente. Embora o país anfitrião tenha sido responsável pela segurança do nosso pessoal, havia determinadas situações que poderiam ocorrer e, as respectivas soluções não estavam acordadas em um documento formal, por exemplo um Acordo Bilateral ou um Memorando de Entendimento. Essa falta de acordo elevam as chances de um desgaste desnecessário aos Estados envolvidos. Um exemplo disso é a questão jurídica que envolveria um militar brasileiro que cometesse um crime em solo chileno. Deveria o militar ser repatriado? Ou seria entregue às autoridades locais? Outro exemplo, que não fica tão claro, é a própria questão da segurança a ser provida pelo país anfitrião. Qual o nível dessa segurança, ou seja, de que forma será realizada e sob quais condições?

Outra dificuldade encontrada, minimizada com o empréstimo de mantas pela Secretaria de Saúde do Chile, foi o clima frio da região, sobretudo à noite. Embora as roupas de abrigo individuais fossem adequadas para o período diurno, à noite, como as barracas montadas para alojar os militares não tinham a vedação apropriada e não havia aquecedores, foram necessários cobertores para o repouso da tropa.

Outro complicador é que soubemos qual era o destino do GptOpFuzNav somente no *briefing* do piloto da aeronave da FAB, quando fomos então informados que o destino seria a cidade de Santiago. Inicialmente, o apoio a ser prestado seria

diretamente à população em *Concepcion*, nas áreas afetadas pelo terremoto, entretanto, ao desembarcarmos, fomos informados que nosso atendimento seria em *Cerro Navia*, na periferia de Santiago, em substituição ao Hospital Pediátrico *Félix Bulnes* que, por conta do terremoto, estava inoperante. Essa decisão teve consequências diretas em nossa capacidade de atendimento, devido a especificidade de alguns equipamentos e profissionais, necessários à realização das tarefas.

Fatores positivos: boa recepção pela população local; fácil acesso às autoridades locais para realização dos ajustes necessários ao cumprimento da missão, por meio do elemento de ligação da área de logística, o que possibilitou ampliar nossa capacidade de atendimento. Ex: disponibilização de viaturas de transporte, caminhão “munk” (espécie de guindaste acoplado à carroceria do veículo) para desembarque de carga, fornecimento de combustível para gerador, apoio na segurança (guarda “carabinieri”) para a área de estacionamento; composição do GptOpFuzNav somente com voluntários; e contato direto com o comando da FFE.

### 3) Como eram efetuadas as comunicações com o Brasil?

Resposta:

Até o 3º dia o único telefone disponível era o celular funcional do Comandante do GptFuzNav. A partir do 4º dia, foi concedido pelas autoridades locais um telefone fixo sem restrições de uso, inclusive para chamada internacional. Para os militares, o GptOpFuzNav alugou 10 telefones móveis, sem restrições em Santiago. Com esse serviço foi possível estabelecer comunicação entre as equipes formadas, para os serviços de atendimento à população, bem como para falar com os representantes dos órgãos locais. Uma medida para contribuir com a solução desse óbice é o emprego de telefones satelitais.

## APÊNDICE E

### **Principais capacidades e limitações do Centro de Medicina Operativa da Marinha**

Entrevista com o CA (Md) Humberto Giovanni Cãnfora Mies

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Contra-Almirante (Md) Humberto Giovanni Cãnfora Mies, Diretor do Centro de Medicina Operativa. A entrevista, realizada por telefone e e-mail, visa complementar a pesquisa documental sobre as principais capacidades e limitações do atual Centro de Medicina Operativa da Marinha, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 24 de junho de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Há alguma equipe de emprego rápido da MB no tocante à função logística saúde, no caso de ocorrência de desastre natural ou antrópico?

Resposta:

Sim, a MB conta com a Equipe de Pronto Emprego (EPE), nomeada por portaria da Diretoria de Saúde da Marinha (DSM), para atuar no Hospital de Campanha

(HCamp), destinado às ações de saúde em Missões Operativas, Operações de Paz, situações de desastres e de apoio humanitário. O pessoal deve estar em condições de embarcar em até 24 horas após a ativação.

2) Quais as principais capacidades e limitações do atual Centro de Medicina Operativa da Marinha (CMOpM)?

Resposta:

As capacidades confundem-se com as realizações. São elas:

- capacitação dos militares que vão participar das diversas comissões da MB, com destaque para as equipes de saúde e os socorristas dos navios indicados para a *United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL)*, dos GptOpFuzNav designados para a *United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)*, dos militares que vão guarnecer o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT) e do NE Brasil, entre outras;
- capacitação de Oficiais e Praças dos diversos quadros e especialidades para atuarem como tripulantes de uma Unidade Médica Nível II inserida em uma Operação de Manutenção de Paz (OMP) da ONU. São 40 alunos, entre médicos, enfermeiros, técnicos de Enfermagem e outras especialidades, que realizam uma revisão de Trauma, Direito Humanitário Internacional e participam de treinamentos militares específicos;
- realização de visitas técnicas às OM operativas da MB, a fim de levantar necessidades de recursos materiais e humanos nas divisões de saúde, com destaque para as visitas realizadas aos navios indicados para a UNIFIL e o Navio-Escola (NE) Brasil;
- elaboração e revisão de normas, manuais e protocolos, de forma periódica, adequando-se a novas tecnologias e doutrinas;
- padronização de material de saúde (consumo e/ou permanente), como na Mochila do Enfermeiro do CFN, o Kit individual de Primeiros socorros do CFN e a dotação de saúde para os Navios indicados para a UNIFIL; e

- capacidade de Operações Conjuntas: experiência da ACISO Atlântico em 2008 – Oficiais do EB e FAB no HCamp da MB; Operação Amazônia 2011 e 2012 – Oficial do CMOpM no Centro Logístico do Teatro de Operações (CLTO); Operação Jaspe 2010 – Oficial do CMOpM na elaboração do Plano de Operações; e Plano de Resposta Médica na Operação Espadarte.

Já as limitações envolvem o material de saúde porque, a despeito dos estudos para a padronização dos equipamentos de saúde, uma das maiores dificuldades reside na obtenção, em decorrência da legislação, pois o material adquirido nem sempre tem o perfil de resistência e rusticidade necessários para o uso operativo.

3) Com relação ao futuro HCamp das FA, onde será localizado?

Resposta:

A sugestão no Relatório de Padronização do HCamp para as FA (Relatório da Subcomissão de Integração das Áreas de Medicina Operativa e Saúde de Campanha (S-XV)/COMLOG/MD) é que fique localizado no Centro de Medicina Operativa das FA, a fim de possibilitar o treinamento dos militares.

4) Onde será localizado o futuro Centro de Medicina Operativa das FA? E como funcionará, sobretudo em relação ao guarnecimento de pessoal?

Resposta:

Na cidade do Rio de Janeiro, acredito que o MD irá solicitar opções às FA. Isso minimizaria a deficiência de captação de pessoal, pois há recursos humanos consideráveis das três Forças na área. A intenção é que sejam treinados militares (médicos e enfermeiros) nas funções de instrutoria das FA. Inicialmente, ficariam lotados nas OM de origem e na ocasião de ministração do curso seriam destacados no Centro. É claro que o futuro Centro teria também sua lotação própria, preenchida por militares das FA.

## APÊNDICE F

### Quadros descritivos do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil

#### QUADRO 1

##### Módulo principal do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil

<i>Quantidade de barracas</i>	<i>Tamanho das barracas</i>	<i>Emprego das barracas</i>
01	8m X 16m	Triagem, Serviço de Pronto-atendimento (4 leitos), UTI (2 leitos)
01	6m X 8m	Centro Cirúrgico
01	6m X 8m	Enfermaria (16 leitos)
01	6m X 8m	Odontologia e Farmácia
04	5m X 7m	Alojamentos

Fonte: APÊNDICE G.

#### QUADRO 2

##### Módulo avançado do Hospital de Campanha da Marinha do Brasil

<i>Quantidade de barracas</i>	<i>Tamanho das barracas</i>	<i>Emprego das barracas</i>
01	4m X 8m	Triagem e Enfermaria (4 leitos)
01	4m X 4m	UTI (2 leitos)
01	4m X 4m	Centro Cirúrgico (controle de danos)

Fonte: APÊNDICE G.

## APÊNDICE G

### **Principais capacidades e limitações da Unidade Médica Expedicionária da Marinha na cooperação com a Defesa Civil e em OpHum**

Entrevista com o CF (Md) Kleber Coelho de Moraes Ricciardi

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Capitão-de-Fragata (Md) Kleber Coelho de Moraes Ricciardi, Diretor da Unidade Médica Expedicionária da Marinha (UMEM), é o terceiro Diretor desde a criação da Organização Militar. A entrevista visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 10 de maio de 2015.

Local: Unidade Médica Expedicionária da Marinha. Ilha das Flores, São Gonçalo (RJ).

1) Qual a missão da UMEM?

Resposta:

A missão da UMEM é prestar apoio de saúde às operações dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais; montar e nuclear uma Unidade Médica Nível Dois (UMND), no contexto das Operações de Paz e Humanitárias e outras

operações a critério da Administração Naval; além de prover atenção básica de saúde limitada aos militares do Complexo Naval da Ilha das Flores (CNIF).

2) Quais as principais capacidades e limitações da UMEM no que concerne a sua participação em cooperação com a Defesa Civil após desastres e em OpHum?

Resposta:

A principal participação da UMEM nessas ocasiões se dá por meio da instalação e operação de um Hospital de Campanha (HCamp) no País, e de uma UMND nas Operações Humanitárias, que são realizadas no exterior. É bem verdade que, de acordo com a DSM-4003, o propósito do HCamp é possibilitar o apoio de saúde às Operações Navais, mas, em cumprimento à determinação da Alta Administração Naval, também atuar em Operações de Paz, situações de desastres e de apoio humanitário.

3) E como se dá essa atuação em ajuda humanitária?

Resposta:

Em situações de desastres e missões humanitárias, é necessária a instalação de uma estrutura especial adequada a cada missão, hierarquizada, inserida em uma Cadeia de C2, com a tarefa de realizar a triagem, tratamento, estabilização do quadro clínico e remoção de pacientes graves para um hospital de apoio.

Nesses casos, utilizamos o HCamp, que é uma unidade de saúde móvel, de caráter temporário, composta por estruturas modulares móveis, semimóveis ou fixas, do tipo barraca ou contêiner, rígidas ou mesmo híbridas destinadas ao apoio de saúde em missões operativas operações de manutenção da paz, situações de desastre e outras missões de caráter humanitário. O HCamp deverá possuir a infraestrutura necessária para a assistência emergencial e sua configuração deverá estar de acordo com a natureza da missão atribuída.

No âmbito militar, os HCamp foram inicialmente planejados para apoiar as tropas em ação. Uma recente onda de ocorrências naturais, domésticas e internacionais, tem suscitado o seu emprego alternativo em cenários pós-desastre. Tal diversidade de cenários enseja que o grau de complexidade da estrutura física e da disponibilidade de recursos materiais e humanos do HCamp seja flexível, sendo determinado durante a fase de planejamento de acordo com as características da missão a qual se destina.

4) Qual é a estrutura do HCamp da MB?

Resposta:

Nosso HCamp conta com 11 barracas, sendo o módulo principal composto por: uma barraca 8 x 16 – Triagem, Serviço de Pronto-atendimento (4 leitos), UTI (2 leitos); 01 barraca 6 x 8 – Centro Cirúrgico; 01 barraca 6 x 8 – Enfermaria (16 leitos); 01 barraca 6 x 8 – Odontologia, Farmácia; 04 barracas 5 x 7 – Alojamentos. O módulo avançado inclui uma barraca 4 x 8 – Triagem + Enfermaria (04 leitos); 01 barraca 4 x 4 – UTI (02 leitos); e 01 barraca 4 x 4 – Centro Cirúrgico (controle de danos).

5) Quais são as limitações do HCamp da MB?

Resposta:

Um problema é que o material de estacionamento (barracas) encontra-se desgastado, devido às sucessivas montagens e ao longo tempo de utilização (desde 2009).

Quanto aos equipamentos de saúde (material sensível), falta padronização e, em sua grande maioria, eles são inadequados à atividade operativa. Faltam também *cases* (espécie de caixas específicas) que permitam acondicionamento, armazenamento e transporte adequados.

6) Qual a perspectiva de melhorias para o HCamp da MB?

Resposta:

Existe um projeto de nova estrutura para o HCamp, que teria 14 barracas, sendo o módulo principal composto de 7 barracas 6 x 6 – Triagem + SPA (4 leitos), UTI (2 leitos) + Trauma (1 leito) + Laboratório, Centro Cirúrgico, Enfermarias (2 x 8 leitos), Odontologia + Farmácia, Comando; e 3 barracas 6 x 6 – Alojamentos (conversão para enfermarias – até 24 leitos). E um módulo avançado, com: 2 barracas 6 x 6 – Triagem + Enfermaria (6 leitos); 1 barraca 6 x 6 – UTI (2 leitos); e 1 barraca 6 x 6 – Centro Cirúrgico (controle de danos).

7) A MB possui alguma unidade móvel para realização do procedimento de raios X?

Resposta:

Atualmente, quando necessário, temos empregado uma barraca com essa finalidade e, nesse caso, a Comissão de Radioproteção (COMRAD) da DSM precisa analisar a viabilidade. Em caso de liberação, a COMRAD estabelece os procedimentos e equipamentos de radioproteção a serem adotados para garantir a utilização segura do serviço de radiodiagnóstico.

Temos feito assim porque nossa ambulância de grande porte adaptada para esse fim encontra-se em processo de retirada de serviço (baixa). Em função de sua praticidade, vinha sendo a opção de módulo radiológico empregada nas propostas modulares.

8) Além do HCamp, a MB possui alguma outra estrutura de saúde móvel? Caso afirmativo, essa estrutura pode ser empregada no País?

Resposta:

Como signatário do *United Nations Standby Arrangements System* (UNSAS) – sistema de pronto emprego idealizado pela ONU com intenção de assegurar uma atuação rápida de suas forças de manutenção da paz –, o Estado brasileiro se prontificou

a colocar à disposição da ONU uma Instalação de Saúde Nível 2 que, na MB, é denominada Unidade Médica Nível Dois (UMND), atendendo aos requisitos e características estabelecidos pela ONU. Em decorrência dessa decisão, em novembro de 2009, a MB adquiriu da empresa canadense *Whetherhaven* um HCamp de estrutura híbrida, composto por um total de 23 módulos (contêineres e barracas), com as características necessárias para sediar uma Instalação de Saúde Nível 2 da ONU. A essas unidades somou-se um contêiner adicional, adquirido da empresa *Nordic Shelter* com a finalidade de abrigar um serviço de radiologia.

Sim, desde que autorizado pela DSM. A UMEM é somente a fiel depositária da UMND.

9) E quais são as capacidades dessa UMND?

Resposta:

Tipicamente, uma UMND é capaz de prover todos os serviços de saúde oferecidos pelas unidades de saúde de nível um, acrescidos da capacidade de realizar cirurgias de emergência, prestar serviços pós-operatório, terapia intensiva, internação, diagnóstico por imagem básico, laboratório, farmácia, medicina preventiva e atendimento odontológico. A seguir, um quadro com os requisitos quantitativos para uma Instalação de Saúde Nível 2 (dois).

### QUADRO 3

Requisitos da Unidade Médica Nível Dois

<i>Atividade</i>	<i>Capacidade</i>
Cirurgia	Até 4 cirurgias por dia
Internação	Até 20 pacientes por semana
Ambulatório	Até 40 consultas por dia
Odontologia	Até 10 consultas por dia
Material de Consumo	Suficiente para 60 dias

Fonte: EMA 402 (BRASIL, 2002a)

10) E qual a composição dessa UMND?

Resposta:

No quadro a seguir, temos a descrição detalhada da UMND:

#### QUADRO 4

##### Componentes da Unidade Médica Nível Dois

<i>Componentes</i>	<i>Qtde</i>
Geradores 450 KVA	2
Estação de tratamento d'água	1
Contêiner de raios X	1
Contêiner Centro-Cirúrgico, Tratamento Intensivo, Pós-Anestésico e Emergência	4
Contêiner Banheiro	3
Contêiner Cozinha	1
Ar condicionado 48.000 BTU	34
Barraca 6mX8m - Paio (2), Odontologia, Posto de Comando, Farmácia, Laboratório e Centro de material	7
Barraca 6mX16m – Triagem e corredor acesso	2
Barraca 8mX16m – Enfermarias (2), Consultórios e Alojamentos	5
Barraca 8mX8m Alojamento	1
Corredor barraca/barraca	9
Corredor barraca/contêiner	8
Corredor contêiner/contêiner	5

Fonte: EMA 402 (BRASIL, 2002a)

## APÊNDICE H

### **Capacidades e limitações do BtlEngFuzNav para atuar em cooperação com a Defesa Civil**

Entrevista com o CF (FN) José Carlos Silva Gioseffi

#### **1. PROPÓSITO**

Ampliar a pesquisa e obter informações sobre o tema “O emprego da Marinha do Brasil na ajuda humanitária: capacidades e limitações”. Os resultados da pesquisa serão relatados em um trabalho monográfico, como parte do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM).

#### **2. JUSTIFICATIVA**

O Capitão-de-Fragata (FN) José Carlos Silva Gioseffi, Comandante do Batalhão de Engenharia dos Fuzileiros Navais (BtlEngFuzNav) é o militar competente para informar as capacidades e limitações do BtlEngFuzNav para atuar em cooperação com as atividades de Defesa Civil. A entrevista, realizada por meio de telefone e e-mail, visa complementar a pesquisa documental sobre o tema, com informações de caráter ostensivo.

#### **3. PERGUNTAS**

Data: 26 de junho de 2015.

Local: Escola de Guerra Naval, Urca, Rio de Janeiro, RJ.

1) Como foi a participação do BtlEngFuzNav nas enchentes de janeiro de 2011 em Nova Friburgo?

Resposta:

Por determinação do Ministério de Defesa, a Marinha do Brasil recebeu a missão de operacionalizar a montagem do Hospital de Campanha com o objetivo de prestar apoio de saúde à população da cidade de Nova Friburgo vitimada pelas enchentes em JAN2011. Nesse contexto, o BtlEngFuzNav forneceu um destacamento, comandado por 01 (um) Segundo-Tenente (FN), composto por 01 (um) GpPion, 01 (um) Trator Escavocarregador, motoserras e ferramental de sapa.

Durante a operação, o DstBtlEngFuzNav foi empregado na desobstrução de vias e corte de árvores que se apresentavam como um perigo iminente para a população ou para o cumprimento das tarefas do Hospital de Campanha.

2) Quais são as capacidades e limitações do BtlEngFuzNav para atuar em cooperação com as atividades de Defesa Civil?

Resposta:

O emprego do BtlEngFuzNav em operações de apoio às calamidades e defesa civil, pode ser realizado segundo as seguintes capacidades:

a) Defesa nuclear, biológica, química e radiológica (DefNBQR)

Capacidade: identificação de agentes NBQR em ambientes diversos e descontaminação de pessoal, de viaturas e de áreas contaminadas por ocorrência de vazamentos químicos em indústrias, incidentes radiológicos, acidentes em usinas nucleares ou epidemias biológicas.

b) Transposição de curso d'água

Capacidade: com a utilização de Embarcações de Desembarque Pneumáticas (EDPn) orgânicas, Portada Tática Leve CASTOR (espécie de ponte móvel) e Passadeira de Alumínio, a OM dispõe de limitada capacidade de transpor cursos d'água e de montagem de meios flutuantes, de forma temporária, a fim de apoiar áreas

isoladas por enchentes.

Limitação: esses equipamentos não podem ser utilizados em rios caudalosos, com pedras, com profundidade menor do que um metro ou no qual houver corrente com velocidade igual ou superior a 1metro/seg.

c) Terraplanagem e desobstrução de vias

Capacidade: a OM dispõe de equipamentos pesados de Engenharia que podem ser empregados na preparação de canteiros de trabalho, resgate de pessoas soterradas, remoção de escombros, reparo de pontes, melhoria de estradas, desobstrução de vias e outros movimentos de terra oriundos de deslizamentos ou terremotos.

d) Tratamento de água

Capacidade: com a utilização de equipamentos (filtros) 7VT, 3VT e de Osmose Reversa, a OM tem a capacidade de tratar e produzir água potável em condições de calamidades, bem como de reconhecer fontes d'água a ser tratada nas regiões afetadas.

Limitação: A água não poderá estar contaminada.

## APÊNDICE I

### Quadros dos helicópteros de emprego geral das marinhas do Brasil e do Chile

#### QUADRO 5

##### Helicópteros de emprego geral da Marinha do Brasil

<i>Plataforma</i>	<i>Denominação</i>	<i>Função Principal</i>	<i>Em serviço</i>	<i>1ª entrega</i>
AS 350 BA	UH-12	Logística	17	1979
AS 355 F2	UH-13	Logística	7	1987
AS 332 F1	UH-14	Logística	6	1987
AS 532 M1	UH-14	Logística	2	N/A
EC 725	UH-15	Logística	5	2010

Fonte: disponível em: <<https://janes.ihs.com/CustomPages/Janes/DisplayPage.aspx?DocType=Reference&ItemId=+++1304567&Pubabbrev=SAM>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

#### QUADRO 6

##### Helicópteros de emprego geral da Marinha do Chile

<i>Plataforma</i>	<i>Denominação</i>	<i>Função Principal</i>	<i>Em serviço</i>	<i>1ª entrega</i>
AS 365	Dauphin	Logística SAR	6	2006
AS 332 L1	SH-32	Logística	2	2012
BO 105C	UH-05	Logística	4	1991
BEL 206 B	...	Logística	5	1970

Fonte: disponível em: <<https://janes.ihs.com/CustomPages/Janes/DisplayPage.aspx?DocType=Reference&ItemId=+++1304586&Pubabbrev=SAM>>. Acesso em: 28 jul. 2015.